



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS – MEL

DEYSE EDBERG RIBEIRO SILVA

**A VARIAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DATIVO E
ACUSATIVO EM FEIRA DE SANTANA**

Feira de Santana, BA
2016

DEYSE EDBERG RIBEIRO SILVA

**A VARIAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DATIVO E
ACUSATIVO EM FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida

Feira de Santana, BA
2016

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Silva, Deyse Edberg Ribeiro
S579v A variação na representação do objeto dativo e acusativo em Feira de Santana / Deyse Edberg Ribeiro Silva. – Feira de Santana, 2016.
121 f. : il.

Orientadora: Norma Lucia Fernandes de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2016.

1. Sociolinguística. 2. Variação Linguística. 3. Português brasileiro – Feira de Santana, BA. I. Almeida, Norma Lucia Fernandes de, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 801(814.22)

DEYSE EDBERG RIBEIRO SILVA

**A VARIAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DATIVO E
ACUSATIVO EM FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 22/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota (Membro)
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (Membro)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

*Ao meu Deus, que sempre me valeu,
criando-me com tanta vontade de vencer.*

*A minha “jardineira linda”, minha avó (in memoriam),
de quem sinto saudades de ouvir a voz.*

*Aos meus de sangue e coração, Rugemberg e Anadil,
meus pais, minha origem e minha vida.*

*Ao meu querido Júnior Gama, meu amor,
pelo incentivo, apoio e constância.*

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha vida, pela força, alegria e estímulos na alma, mesmo em momentos de dores e perdas. Por ti e para ti são todas as coisas!

À minha orientadora, Professora Dra. Norma Lucia, por ter me conduzido ao caminho da Sociolinguística, outrora desconhecido, pela sugestão do tema, pelas horas de sono perdidas, sem as quais não teria conhecido o verdadeiro nome PESQUISA, tanto na Iniciação Científica, como no mestrado. Agradeço pela orientação atenciosa e o encorajamento, acreditando em minha capacidade.

À banca examinadora, pelas orientações válidas naquele momento, em especial, professora Dra. Silvana Araújo, pelo apoio e acompanhamento no período anterior à qualificação.

Aos meus pais, Anadil e Rugemberg, espelhos da minha vida, pelo apoio material e, principalmente afetivo, desde o primeiro dia de pesquisa até agora. Amo muito vocês!

Ao meu companheiro e amor, Júnior Gama, pela compreensão e incentivos com os quais sempre me encorajava, pelos ouvidos atentos aos meus comentários sobre a pesquisa.

Aos meus irmãos de sangue.

À Siméia, pela ajuda nos últimos momentos da minha pesquisa. Deus te pague tudo em dobro.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, com a qual me mantive para desenvolver a pesquisa, em dedicação exclusiva.

Aos amigos, pelo carinho e por compreenderem as minhas ausências.

*Mas os que esperam no Senhor renovarão as forças,
subirão com asas como águias;
correrão, e não se cansarão;
caminharão, e não se fatigarão.*

Isaías 40: 31

RESUMO

Assim como em outras variedades do Português Brasileiro, o português falado em Feira de Santana possui formas estratégicas distintas para a representação do objeto acusativo e dativo de referência à segunda pessoa do singular competindo, para objeto direto, as formas acusativas: *o/a, te, lhe, você* e *objeto nulo*; e para a representação do objeto indireto, as formas dativas: *te, lhe, para você* e *objeto nulo*. Motivado em tais observações, este trabalho empenhou-se em investigar a alternância de uso *na representação do objeto dativo e acusativo de referência a segunda pessoa*, explorando o objeto de estudo em dois esquemas de análise, a saber: i) O uso variável dos clíticos *te* e *lhe* para referenciar o interlocutor; ii) O uso variável dos clíticos *te* e *lhe* como objeto direto de referência à segunda pessoa do singular. Para a efetivação da análise foram utilizadas 60 entrevistas, sendo 36 de fala espontânea e 24 diretamente dirigidas aos informantes, em ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias: 25 a 35 anos (*faixa I*), 45 a 55 anos (*faixa II*) e a partir de 65 anos (*faixa III*). As entrevistas de fala espontânea constituem parte do banco de dados do projeto de pesquisa *A língua portuguesa falada no semiárido baiano (Fase: 3)*, composto por um total de 72 amostras de fala espontâneas. Valeu-se da *Teoria Sociolinguística* para a estratificação dos dados e análise dos mesmos. Dentre os resultados, destacamos: para o primeiro esquema analítico os grupos de fatores *faixa etária* e *escolaridade*, sendo os falantes a partir de 65 anos (*faixa III*) os que mais fazem uso do clítico *lhe* para referenciar o *interlocutor*. A *escolaridade* dos informantes confirma a hipótese de que os falantes com menor escolaridade (*popular*) fazem maior uso do clítico na sua forma não padrão, referenciando a segunda pessoa. Conferiu-se ao segundo esquema analítico o grupo de fatores *tempo e modo verbais* como o mais pertinente, sendo o *pretérito perfeito* e o *presente do indicativo* os tempos verbais mais condicionantes ao uso do clítico como *acusativo*. Já a alternância para a forma canônica do clítico *lhe* em sua função sintática de dativo é determinada pela presença do *futuro perifrástico*. Por fim, este estudo agrega dados sobre a investigação de *lhe* como acusativo de segunda pessoa em Feira de Santana, assim como em outras variedades do PB.

Palavras-chave: Sistema pronominal, objeto direto e indireto, português brasileiro, Feira de Santana.

ABSTRACT

As with other varieties of Brazilian Portuguese, the Portuguese language spoken in Feira de Santana has different strategic ways to represent the accusative and dative objects referring to the second person singular, competing, to represent the direct object, the accusative forms: *o/a, te, lhe, você* (him, her, you) and null object; and for indirect representation, the dative forms *te, lhe (you), para você* (for you) and null object. The present work, motivated in such observations, is committed to investigate the alternation of use *in the representation of dative and accusative objects referring to the second person*, exploring the research subject in two analysis schemas, namely: i) The variable use of the *te* and *lhe* (you) to reference the interlocutor; b) The variable use of the *te* and *lhe* (you) clitics as direct object referring to the second person singular. In order to reach the analysis 60 interviews were collected, being 36 of spontaneous speaking and 24 directly aimed to the informants, in both genders, distributed in three age-groups: 25 to 35 years (*group I*), 45 to 55 (*group II*) and age 65 and older (*group III*). The interviews of spontaneous speaking are part of the databank of the research project *A língua portuguesa falada no semi-árido baiano (Fase 3)*, it is composed of 73 spontaneous speaking samples. The Sociolinguistics Theory was used in order to do the data stratification and analysis. Among the results, it is highlighted: for the first analytic schema, the group-age and level of schooling factors being the 65 and older (*group III*) speakers who most use the *lhe* (you) clitic referring to the *interlocutor*. The informants' *level of schooling* confirms the hypothesis that the speaker with low level of schooling (*popular*) most uses the clitic in its non standard form, referring to the second person. It was checked that *time* and *verb tenses* were the most pertinent factors in the second analysis schema, being the *past perfect* and the *simple present* the most conditioning verb tenses for the use of the clitic as *accusative*. The alternation to the canonical form of the clitic *lhe (you)* in its dative syntactic function is determined by the *periphrastic future* presence. Finally, this study gathers data about the investigation of *lhe* (you) as second person accusative in Feira de Santana, as well as in other varieties of Brazilian Portuguese.

Keywords: Pronoun system, Direct and indirect objects, Brazilian Portuguese, Feira de Santana.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 01 - Representação espacial do município baiano de Feira de Santana, com o encontro das BR's 116 e 324..... | 50 |
| Figura 02 - Localização da Região Metropolitana de Feira de Santana..... | 51 |
| Figura 03 - Feira de Santana, evolução da população de 1950 a 1996..... | 54 |
| Figura 04 - Fragmento do relato sobre as mudanças ocorridas em Feira de Santana entre as décadas de 40 e 50..... | 55 |
| Figura 05 - Critérios de composição da amostra / tipos de informantes..... | 72 |
| Figura 06 - Esquema de estratificação da amostra..... | 73 |
| Figura 07 - Esquema de controle da variável <i>faixa etária</i> | 84 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 01 - Pronomes pessoais do português do Brasil de acordo com a tradição gramatical..... | 62 |
| Quadro 02 - Distribuição dos pronomes pessoais em função de sujeito e complementos nas variedades do PB..... | 64 |
| Quadro 03 - Composição da amostra / Número geral por tipos de informante..... | 73 |
| Quadro 04 - Informações gerais dos informantes <i>feirenses</i> / <i>popular</i> (fala espontânea)..... | 74 |
| Quadro 05 - Informações gerais dos informantes <i>feirenses</i> / <i>culto</i> (fala espontânea)... | 75 |
| Quadro 06 - Informações gerais dos informantes <i>migrantes</i> / <i>popular</i> (fala espontânea)..... | 75 |
| Quadro 07 - Informações gerais dos informantes <i>feirenses</i> / <i>popular</i> (fala dirigida).... | 76 |
| Quadro 08 - Informações gerais dos informantes <i>feirenses</i> / <i>culto</i> (fala dirigida)..... | 76 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|------------|
| Gráfico 01 - Distribuição das formas de expressão do objeto direto em referência ao interlocutor em Salvador..... | 90 |
| Gráfico 02 - Distribuição geral da representação do objeto direto em função das variantes linguísticas..... | 92 |
| Gráfico 03 - Distribuição geral da representação do objeto indireto em função das variantes linguísticas..... | 94 |
| Gráfico 04 - Distribuição das formas de expressão do objeto, <i>te</i> e <i>lhe</i> , em referência ao interlocutor, em Feira de Santana..... | 98 |
| Gráfico 05 - Distribuição (%) por <i>faixa etária</i> dos clíticos <i>te</i> e <i>lhe</i> na representação das formas objetivas para referenciar o interlocutor..... | 101 |
| Gráfico 06 - Distribuição do clítico <i>lhe</i> nas formas de <i>OD</i> e <i>OI</i> na fala de Feira de Santana..... | 105 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|------------|
| Tabela 01 - Evolução populacional de Feira de Santana/ Década de 90 aos dias atuais | 55 |
| Tabela 02 - Distribuição das formas objetivas de referência ao interlocutor em Feira de Santana..... | 90 |
| Tabela 03 - Distribuição das ocorrências do objeto acusativo e dativo na amostra/ <i>fala espontânea</i> | 91 |
| Tabela 04 - Atuação da variável <i>faixa etária</i> no uso dos clíticos <i>te</i> e <i>lhe</i> como representantes do objeto na forma de segunda pessoa..... | 100 |
| Tabela 05 - Atuação da variável <i>escolaridade</i> no uso dos clíticos <i>te</i> e <i>lhe</i> como representantes do objeto na forma de segunda pessoa..... | 102 |
| Tabela 06 - Resultado dos clíticos <i>te</i> e <i>lhe</i> após o cruzamento entre os grupos de fatores: <i>faixa etária</i> e <i>escolaridade</i> | 103 |
| Tabela 07 - Distribuição do <i>lhe</i> nas formas <i>acusativo</i> e <i>dativo</i> na fala de Feira de Santana..... | 105 |
| Tabela 08 - Atuação da variável <i>tempo e modo verbais no uso de lhe como acusativo e dativo</i> na fala de Feira de Santana..... | 106 |

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

| | |
|------|---|
| AFS | Amostra Feira de Santana |
| DOC | Documentador |
| EF | Ensino Fundamental |
| FSA | Feira de Santana |
| GT | Gramática Tradicional |
| IC | Iniciação Científica |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| OD | Objeto Direto |
| OI | Objeto Indireto |
| PB | Português Brasileiro |
| PE | Português Europeu |
| SSA | Salvador |
| SAJ | Santo Antônio de Jesus |
| SP | Sintagma Preposicional |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
|-------------------------|-----------|

1ª PARTE

Fundamentos Teóricos: contribuições para as discussões sobre a formação do português brasileiro

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | A TEORIA | 21 |
| 1.1 | LINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRIA..... | 22 |
| 1.2 | A MUDANÇA LINGUÍSTICA..... | 24 |
| 1.2.1 | Sobre o tratamento da mudança | 26 |
| 1.2.2 | Os níveis de mudanças linguísticas | 27 |
| 1.3 | A SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA..... | 27 |
| 1.3.1 | A heterogeneidade linguística | 30 |
| 1.3.2 | A variação e a mudança linguísticas sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista | 31 |
| | | |
| 2 | A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB) | 34 |
| 2.1 | O PANORAMA PLURIÉTNICO E PLURILÍNGUE: PORTUGUESES, ÍNDIOS E AFRICANOS..... | 35 |
| 2.1.1 | A diversidade de línguas e culturas | 35 |
| 2.1.2 | As vertentes do Português Brasileiro | 38 |
| 2.2 | PROPOSTAS TEÓRICAS PARA UM ESTUDO SOBRE A GÊNESE DO PB: A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR DE TIPO LEVE E A DERIVA SECULAR..... | 38 |
| 2.2.1 | Transmissão Linguística Irregular de tipo leve (TLI) | 40 |
| 2.2.2 | A Deriva Secular | 44 |
| 2.3 | O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA..... | 46 |
| 2.3.1 | Urbanização e escolarização no Brasil | 46 |
| | | |
| 3 | UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DE FALA | 50 |
| 3.1 | A SÓCIO-HISTÓRIA DE FEIRA DE SANTANA..... | 50 |
| 3.1.1 | Ocupação e povoamento do município feirense | 53 |
| 3.1.2 | O contato linguístico em Feira de Santana | 56 |

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 4 | O FENÔMENO LINGUÍSTICO..... | 58 |
| 4.1 | REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA..... | 58 |
| 4.2 | ESTUDOS SOBRE O USO VARIÁVEL DO <i>LHE</i> NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ALGUNS RELATOS PIONEIROS..... | 58 |
| 4.3 | OS PRONOMES SOB A PRESCRIÇÃO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL..... | 61 |
| 4.3.1 | O emprego do clítico dativo <i>lhe</i> segundo a gramática normativa..... | 64 |
| 4.3.2 | O uso do <i>lhe</i> como acusativo em variedades do português falado no Brasil: examinando alguns casos..... | 65 |
| 4.3.2.1 | A fala de Salvador..... | 66 |
| 4.4 | O COMPLEMENTO DATIVO NO PORTUGUÊS EUROPEU..... | 67 |
| 4.5 | ALGUMAS QUESTÕES CENTRAIS DA PESQUISA..... | 69 |
| 4.5.1 | Objetivo geral..... | 69 |
| 4.5.2 | Objetivos específicos..... | 69 |

2ª PARTE

Fundamentos metodológicos: materiais e método para análise dos dados

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 5 | FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS..... | 71 |
| 5.1 | O <i>CORPUS</i> | 71 |
| 5.1.1 | A escolha dos falantes..... | 72 |
| 5.1.2 | A escolha dos dados..... | 77 |
| 5.2 | A VARIÁVEL DEPENDENTE..... | 78 |
| 5.2.1 | Para representação do <i>acusativo</i>..... | 79 |
| 5.2.2 | Para representação do <i>dativo</i>..... | 79 |
| 5.3 | GRUPOS DE FATORES CONDICIONANTES..... | |
| 5.3.1 | Os grupos de fatores linguísticos..... | |
| 5.3.1.1 | Preenchimento do Sujeito..... | 81 |

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 5.3.1.2 | Tempo e modo verbais..... | 82 |
| 5.4.1 | Os grupos de fatores extralinguísticos..... | 83 |
| 5.4.1.1 | Faixa etária..... | 83 |
| 5.4.1.2 | Sexo..... | 84 |
| 5.4.1.3 | Escolaridade..... | 85 |
| 5.4.1.3.1 | Norma culta..... | 86 |
| 5.4.1.3.2 | Norma popular..... | 87 |
| 5.4.1.3.3 | Migrantes..... | 87 |
| 5.5 | SUPORTE PARA O PROCESSAMENTO DOS DADOS: O <i>GOLDVARB X</i> | 88 |
| 6 | RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS..... | 89 |
| 6.1 | RESULTADOS GERAIS DAS VARIANTES..... | 89 |
| 6.1.1 | As estratégias para representar o <i>objeto acusativo</i> de segunda pessoa em Feira de Santana..... | 92 |
| 6.1.2 | As estratégias para representar o <i>objeto dativo</i> de segunda pessoa em Feira de Santana..... | 94 |
| 6.1.3 | A relação do contexto social de <i>migração</i> com a fala feirense..... | 97 |
| 6.2 | A ALTERNÂNCIA ENTRE <i>TE</i> E <i>LHE</i> PARA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DE REFERÊNCIA AO INTERLOCUTOR..... | 97 |
| 6.2.1 | Condicionamentos sociais para o uso variável entre os clíticos <i>te</i> e <i>lhe</i>..... | 99 |
| 6.2.1.1 | A faixa etária dos informantes..... | 99 |
| 6.2.1.2 | Escolaridade dos informantes..... | 102 |
| 6.3 | A ALTERNÂNCIA DE <i>LHE</i> COMO <i>O.D</i> E <i>O.I</i> DE REFERÊNCIA A SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR..... | 104 |
| 6.3.1 | Condicionamento linguístico para o uso de <i>lhe</i> como objeto direto e indireto na fala de Feira de Santana..... | 1 |
| 6.3.1.1 | Tempo e modo verbais..... | 1 |

| | | |
|-----------------------------|-------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | | 108 |
| REFERÊNCIAS | | 112 |
| ANEXOS | | 118 |
| ANEXO A | | 119 |
| ANEXO B | | 120 |
| ANEXO C | | 121 |

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitas pesquisas linguísticas de cunho variacionista sobre o Português Brasileiro, doravante (PB), têm sido desenvolvidas com base nas observações sobre o quadro dos pronomes, sobretudo, no que diz respeito à sua reformulação. Após a fixação dos pronomes *você* e, posteriormente, *a gente*, sucederam-se várias alterações morfossintáticas no quadro pronominal do PB.

Com base nos dados de pesquisas sobre este assunto, têm sido evidenciados resultados inovadores, tanto no fato do uso dos pronomes pessoais do caso reto, como também do emprego dos pronomes oblíquos. Segundo Almeida (2009), estes estudos sugerem a reorganização do quadro pronominal não somente na primeira e segunda pessoa, em menor ou maior grau, mas em todas as pessoas do discurso. Contudo, as pesquisas apontam para um índice de maior mudança no nível de terceira pessoa.

Tratando-se do sistema pronominal do PB, é no paradigma de terceira pessoa que os processos de variação e mudança têm-se desenvolvido mais, dentre as quais vale citar o ‘desuso’ das formas¹ de acusativo (*a, o, as, os*) e das formas dativas (*lhe, lhes*), resultando em usos inovadores em suas funções, visto que derivam em empregos que diferem das prescrições gramaticais da língua portuguesa. Dentre as alternâncias que ocorrem entre a língua portuguesa ditada pela gramática normativa e o emprego das formas pronominais na língua falada, destacam-se, nesta pesquisa de mestrado, o uso inovador do pronome oblíquo *lhe* como objeto direto, o pronome tônico *você*, como estratégia de expressão do objeto direto e a preposição *para* + *você*, como representação do objeto indireto na fala popular e culta do município baiano de Feira de Santana. O presente trabalho intitulado por “*A variação na representação do objeto dativo e acusativo em Feira de Santana*” é fruto de um trabalho de análise sociolinguística quantitativa que teve começo com uma pesquisa de Iniciação Científica (IC), inicialmente em um *corpus* de fala espontânea popular e, somados, posteriormente, a mais dados de fala espontânea do português culto, da mesma comunidade linguística.

Nessa pesquisa busca-se, especificamente, observar a alternância na representação dos pronomes objetos em função dativa e acusativa no português falado pelos feirenses, como,

¹ Esclarecemos que usamos o termo *acusativo* e *dativo* para corresponderem ao *objeto direto* (OD) e ao *objeto indireto* (OI), respectivamente.

também, observar se houve ou não interferência relacionada ao *contato dialetal*, partindo da análise da fala de migrantes, residentes no município mencionado.

Do mesmo modo, partindo das observações feitas por Almeida (2009; 2014) na capital baiana e no interior baiano de Santo Antônio de Jesus, constatou-se que há uma alternância no uso das formas de representação do Objeto Direto, doravante (OD), como expressão de segunda pessoa, sendo as formas mais utilizadas pela comunidade soteropolitana: os clíticos *te* e *lhe*, a forma *você*, o pronome de tratamento, e o uso do objeto nulo. Respalhando-se nessas análises, despertou-se o desejo de investigar o uso da variação desse fenômeno na fala popular e culta de feirenses e migrantes de Feira de Santana.

Segundo a prescrição gramatical, o pronome oblíquo *lhe* deve ser utilizado como objeto indireto, correspondendo ao dativo latino, referindo-se à terceira pessoa do discurso (*de quem se fala*). Contudo, observa-se no português falado que essa regra normativa tem sido empregada de forma dispare, visto que comumente alterna-se o uso do clítico *lhe* entre objeto direto e indireto, acusativo e dativo, respectivamente, como formas representativas não de terceira pessoa, mas de segunda pessoa, entrando em contradição com a Gramática Tradicional, doravante (GT). Diante das pesquisas, evidencia-se uma recategorização do *lhe* em uma posição prototípica, em busca de eliminação dos resíduos de marcas casuais que tem atingido todo o sistema pronominal.

As pesquisas sobre o sistema pronominal do português têm demonstrado que os fenômenos que se inserem na chamada remodelagem do quadro de pronomes, nomeadamente este que ora se apresenta, o uso de *ele/ ela* para representar o objeto direto, a perda dos clíticos anafóricos de terceira pessoa, o uso das formas *você* e *a gente* em posição prototipicamente assumida por um pronome clítico, incluem-se numa tendência à eliminação dos resíduos de marcas casuais que, ao longo do tempo, tem atingido todo o sistema pronominal (ALMEIDA, 2009, p. 18).

Para melhor delimitar a variante linguística em questão, foram traçados alguns objetivos gerais e específicos, a saber: mapear os contextos de ocorrência ou não do uso dos pronomes como objeto direto e indireto, observando o emprego das variantes em informantes feirenses e migrantes; determinar as características tanto linguísticas quanto pragmático-discursivas e sociais, comparando os resultados da atual pesquisa com os resultados de outras análises já empreendidas sobre o fenômeno em questão.

A fim de alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, têm-se uma amostra com 60 entrevistas, submetida a um esquema de coleta de fala espontânea e dirigida, entre *migrantes*

e *feirenses*. O *corpus* foi montado com base na predição da Teoria Sociolinguística e distribuída pelos dois *sexos*, três *faixas etárias*: (I- jovens (25-35), II adultos (45-55), III idosos (acima de 65); dois níveis de *escolaridade* (fundamental incompleto e superior completo), correspondendo ao grupo de *fatores sociais*. Para as correspondências relacionadas aos *fatores linguísticos*, constam: o *preenchimento do sujeito e tempos e modos verbais*. As entrevistas possuem natureza distintas, sendo a primeira coleta dados de fala espontânea e a segunda coleta, realizada após o exame de qualificação, teve natureza de entrevista mais dirigida. Os dados da primeira coleta fazem parte do banco de dados do projeto de pesquisa *A língua portuguesa falada no semiárido baiano (Fase 3)*, etapa composta pelo total de 72 amostras de falas espontâneas.

Respalhando-se nas referências específicas sobre o tema abordado neste estudo, percebeu-se que vários pesquisadores empenharam-se no que respeita ao tratamento dos pronomes objetos, a saber: Almeida (2009; 2014); Oliveira (2003), dentre outros. Essas atuais pesquisas reforçam ainda mais a reflexão sobre o quadro do sistema pronominal do PB, sugerindo a reorganização do quadro apresentado pela GT, a fim de que se obtenha um sistema pronominal que melhor represente a língua portuguesa em seu uso real. Neste contexto, “trata-se de dar ao trabalho do linguista uma aplicabilidade social” (ALMEIDA, 2009, p. 20).

Para maior clareza e avaliação sobre o tema, o trabalho tem sido estruturado em três partes, sendo a **primeira** iniciada com a discussão sobre *A história da Linguística*, o surgimento da *Teoria da Variação* -- uma consideração à *Sociolinguística quantitativa* --, adotando-se seus pressupostos teóricos, bem como sua concepção de língua em seu uso e contexto social; a noção adotada por essa teoria sobre a *heterogeneidade linguística* e o tratamento da *variação e mudança linguística*. Adiante, considera-se relevante, na **segunda** parte do trabalho, a *Formação do Português Brasileiro*, sua realidade histórica de *gênese polarizada*, bem como as propostas teóricas sobre a origem do PB, considerando-se a *Transmissão Linguística Irregular (TLI)* e a *Deriva Românica*, além da perspectiva histórica sobre os processos tardios de *escolarização e urbanização*.

Além desses temas, aborda-se sobre a *sócio-história do município baiano de Feira de Santana*, ocupação de *povoamento* da região e os *fluxos migratórios*. Por conseguinte, explana-se sobre o *fenômeno linguístico* abordado, bem como sua realidade de uso em variedades do PB, no português falado em Portugal e na África. É feita, na **terceira** parte da discussão a apresentação do *corpus* de fala utilizado na pesquisa, bem como a *metodologia* aplicada para delimitar a variante linguística em questão, observando-a com base nos *fatores*

linguísticos e sociais. São apresentados, sequencialmente, os *resultados* sob dois esquemas analíticos.

As *considerações finais* retomam a análise dos dados. Contudo, é pertinente ser dito aqui que os resultados não tiveram a intenção de serem generalizados para toda comunidade linguística, visto que se tratou de uma pequena amostra de fala, e, além de tudo, o tema não foi estudado exaustivamente, deixando aberta a possibilidade para futuros trabalhos de análise sobre o assunto que possam conter maiores números de dados para este tipo de pesquisa de cunho variacionista.

1ª PARTE

Fundamentos Teóricos: contribuições para as discussões sobre a formação do português brasileiro

CAPÍTULO 1 – A TEORIA

A preocupação com as questões relacionadas à dinâmica do funcionamento da língua já era comum desde tempos pretéritos. Na Antiguidade, já aparecia em Aristóteles, Platão, dentre outros filósofos e pensadores, a necessidade de se refletir sobre a linguagem como canal de comunicação com o mundo e maneira mais simples de materializar as ideias. Ainda antes do aparecimento da ciência e do método empírico para análises e comprovação de hipóteses, civilizações, como a dos hindus, já buscavam, na modalidade escrita da língua, sistematizar ou registrar usos e expressões que marcavam a história e cultura de um determinado povo.

Sobre a estreita relação entre língua e sociedade, Tarallo (1997) comenta a respeito da língua como forma de representação das mudanças ocorridas dentro de determinada comunidade, no decorrer do tempo. É na língua que estão as marcas de identidade e cultura da sociedade que dela faz uso.

O século XIX foi de suma importância para os avanços dos estudos sobre a linguagem, dentre outras áreas de estudo. Com o aparecimento da ciência e dos métodos empíricos de análise, a Linguística passa a ser vista como ciência da linguagem, surgindo teorias e reflexões que ficaram como legado para o desenvolvimento dos estudos atuais, centrando-se nesse período nas transformações da língua ao longo dos tempos.

A Linguística Histórica, então, ocupa-se com as transformações das línguas no tempo; os linguistas que nela trabalham procuram surpreender, apresentar e compreender essas transformações, orientando-se, na execução dessas tarefas, por diferentes sistemas teóricos de pesquisas. Além disso, no que respeita à mudança linguística, as modificações podem ocorrer em vários níveis, de maneira inter-relacionada, a saber: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

1.1 LINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRIA

Com o surgimento da ciência, no século XIX, os estudos sobre a linguagem ganharam força, tornando-a objeto de estudo da Linguística – palavra que começou a ser usada em meados do referente século. Contudo, o despertar do interesse sobre as línguas ocorreu em séculos anteriores, apresentado por diversos motivos. A esse respeito, Robins (1983, p. 1) comenta:

Esse despertar da consciência linguística pode ter sido provocado pelo contato com falantes de outras línguas, pela existência e reconhecimento de diferenças dialetais dentro da mesma comunidade de fala ou por certa orientação da curiosidade desinteressada do homem a respeito de si mesmo e do mundo que o rodeia.

Dentre as diversas motivações, tem-se, ao longo da história, a obra remanescente mais antiga, a *'Nirukta'*, que quer dizer *'Explicação'*, datada do século IV a.C, do autor Yaska. A linguística indiana desenvolveu-se partindo da decifração de textos religiosos dos *vedas*, escritos em sânscrito, língua considerada perfeita, utilizada pelas classes superiores, em textos religiosos e literários. Porém, deixou de ser falada, no século III a.C, substituída pela *'prakrits'*, médio hindu, usado na Índia Antiga (COSERIU, 1973; FARACO, 2005).

A preocupação dos hindus era de cunho religioso, sobretudo, na forma correta de recitação dos hinos védicos nos templos sagrados. Destaca-se a Gramática de Panini (IV a.C), a qual apresenta um estudo detalhado sobre o material fônico da língua, seus sons, articulações e as relações de significação.

Já na Europa, os estudos são iniciados por volta do século V a.C, na Grécia Antiga, sob aspectos filosóficos. Os questionamentos giravam sobre a natureza da linguagem *versus* as convenções. Os principais pensadores gregos, Platão e Aristóteles, divergiam em seus debates filosóficos ao se referirem à língua e às coisas que ela denomina. No Crátilo – documento mais antigo de análise linguística na civilização Ocidental – Platão defende que a linguagem provém da essência das coisas que representa. Opondo-se a esse pensamento, Aristóteles adotou a idéia de que a linguagem resulta das convenções, levando a noção de que o signo é arbitrário, defesa sustentada, posteriormente por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*, em 1916 [1970].

Os gramáticos alexandrinos, no século II a.C, levaram ao auge a gramática grega. Dionísio de Trácia apresenta em sua Obra *A arte de ler e escrever*, uma explicação sintetizada

das estrutura da língua grega, baseando-se na literatura grega, sobretudo na obra de Homero. Diferenciam-se oito partes do discurso, a saber: nome, verbo, partícipio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. O interesse por textos antigos no período helenístico fez da filologia a grande atividade em Alexandria.

Em Roma, os estudos linguísticos desenvolveram-se sob forte influência dos gramáticos gregos. Com a fundação da escola dos gramáticos romanos (século II a. C), destacando-se nomes, como Varrão, Quintiliano e Crates de Malos. Nesse contexto linguístico, predominou-se o estudo do “certo” e “errado”, criando uma gramática latina padrão, a qual Lyons (1969 [1997], p. 13) explica a sua forma estrutural:

A primeira definiria a gramática como a arte de falar corretamente e de compreender os poetas e trataria, também, das letras e sílabas. A segunda trataria das partes do discurso e daria, com maiores ou menores detalhes, as variações que elas sofriam segundo o tempo o gênero, o número, o caso, etc. Finalmente, haveria uma discussão sobre o bem e o mau estilo, advertências contra erros e barbarismos comuns, e exemplos das figuras de linguagem recomendadas.

No período da Idade Média – compreendido no século V – e o Renascimento Cultural, no final do século XIV – os gramáticos adotaram um modelo que consistia em descrever, sistematicamente, o Latim da Literatura Clássica.

Nos tempos modernos, iniciados entre o final do século XIV e meados do século XVI, os estudos da linguagem eram caracterizados pelo estudo do latim e grego e, também, pelo estudo das línguas modernas. Com o nascimento de Estados Nacionais, despertou-se o sentimento patriótico e, com isso, as línguas vernáculas ganharam prestígio na Europa e, no caso de Portugal, vale citar a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536 [2000]) e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540 [1971]). A primeira gramática portuguesa, de Oliveira (1536 [2000]), era de cunho descritivo, na qual se nota a diversidade linguística quando destaca as várias formas de se pronunciar um fonema em diferentes regiões de Portugal. Já a de Barros (1540 [1971]), é de cunho visivelmente prescritivo-normativo.

Nos séculos XVI ao XVIII têm-se o debate entre empiristas e racionalistas. Esses defendiam a existência de uma estrutura Universal do pensamento, capaz de expressar uma língua universal. Aqueles, porém, traziam a noção de gramática especulativa, na qual o conhecimento era derivado das experiências. A partir do final do século XVIII, os estudos históricos sistemáticos são desenvolvidos com base na comparação entre as línguas,

sobretudo, quando os europeus descobrem a língua sânscrita, entrando em contato com a tradição gramatical hindu.

A língua apreendida pelos gramáticos histórico-comparatistas era entendida como sistema homogêneo e o tratamento da mudança linguística não era, até então, considerado. Os estudos linguísticos eram desenvolvidos com base no método comparativo, valendo citar nomes, como William Jones, Franz Bopp, Jacob Grimm, dentre outros. O desenvolvimento das pesquisas com base nesse método deu origem a áreas especializadas, como a Filologia românica.

Neste cenário, surgem os neogramáticos que questionaram certos pressupostos tradicionais adotados pelos histórico-comparatistas, sobretudo, para interpretações da mudança linguística, valendo citar nomes, como Hermann Osthoff, Karl Verner, Wilhlm Meyer-Lubke. Esses, por sua vez, foram criticados no século XX, visto que interpretavam as variações como irregularidades resultantes de exceções casuais. As leis fonéticas, por exemplo, foi um dos alvos dessas críticas, posto que se voltou a atenção para a diversidade linguística, defendida com base em estudos empíricos.

O século XX é marcado, desde o início, em duas grandes linhas interpretativas: uma com base nos pressupostos dos neogramáticos, mais imanentistas, representada pelo Estruturalismo e o Gerativismo, que concebem a língua como sistema homogêneo, relacionando as mudanças a fatores internos; e outra enraizada nos princípios de crítica aos neogramáticos, menos imanentista, representada pela Sociolinguística, Dialetoлогия, que concebem a língua como heterogênea, e as mudanças relacionadas tanto a fatores internos quanto externos.

1.2 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

A discussão acerca da mudança nas línguas aborda, pelo menos, dois pontos de vista: vê-se a mudança como um fato interno (com perspectiva mais imanentista), concepção adotada pelo Estruturalismo e Gerativismo², que concebem a língua como objeto homogêneo; e outro, vê-se a mudança relacionada não somente aos fatores internos ou estruturais, mas também a fatores sociais ou extralinguísticos (perspectiva menos imanentista), defendida pela Dialetoлогия e a Sociolinguística, que concebem a língua como objeto heterogêneo.

² Entretanto, é bom dizer que mesmo alguns gerativistas, como Kroch (texto *Mudança sintática*, 2003, tradução de Silvia Cavalcante), vêm a mudança linguística como sendo originada a partir de motivações exógenas.

A perspectiva de que as línguas mudam vem desde a Antiguidade, tanto na Índia, como em Roma e Grécia, que, com a fixação da forma original de seus textos antigos, realizavam estudos de cunho filológico. Destes primórdios, um longo processo reflexivo sobre a história da língua foi percorrido até ao auge do século XIX, no qual a mudança linguística passou a ser vista como objeto de estudo da Linguística Histórica, ciência da linguagem, propriamente dita.

Em 1916 [1970], em seu livro *Curso de Linguística Geral*, Saussure traz uma visão de língua em duas dimensões: histórica e estática, caracterizando a língua apontando suas mudanças no eixo do tempo e definindo-a como um sistema estável em um espaço de tempo aparentemente fixo. Porém, ao levantar a ideia de um sistema imutável em si mesmo, considerando as alterações que acontecem na língua como periféricas, Saussure abre espaço para várias críticas e discussões.

Uma das críticas a este sistema estático é a de Coseriu (1973), que afirma a língua como um sistema em movimento, por isso em constante sistematização. O autor não anula a hipótese saussureana que descrição e história são estudos diferenciados, mas propõe que os estudos devem envolver descrição e história de maneira integrada.

Outra crítica pertinente sobre o tratamento da mudança linguística é a de Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]), que questionaram a ausência da variação nos estudos sincrônicos. Para esses não há troca direta e abrupta de um elemento por outro, visto que as línguas estão em constantes transformações e, enquanto isto, os falantes continuam a comunicação entre si. Os autores levantam a hipótese de que existe uma fase de concorrência entre as variantes e a preferência ou não preferência por uma das variantes pelos falantes. Estes falantes fixarão uma das formas linguísticas e, conseqüentemente, apagarão a outra forma linguística. Isso marcará, também, a língua falada em uma determinada época. A respeito disso, Tarallo (1997, p. 5) fala em “caos” linguístico, que, segundo o autor, apresenta-se como “um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa se enfrentam em duelo de contemporização, por sua subsistência e coexistência, ou mais fatalisticamente, em “um combate sangrento de morte.”

De tal modo, nota-se que, desde o início das civilizações, a linguagem e o registro dessa sempre foi um instrumento de suma importância para registro e perpetuação de histórias e culturas antepassadas. Mesmo nas motivações menos científicas, como no registro de cunho religioso dos hindus, dentre outros, a atenção dedicada a esse instrumento de comunicação sempre esteve presente entre os homens.

Em tempos mais modernos, com o surgimento da ciência, no século XIX, a Linguística surge como ciência da língua/linguagem, a fim de sistematizar e teorizar o uso e funcionamento desse veículo primeiro na comunicação humana. No decorrer da história, vários nomes colocam-se a favor da pesquisa linguística, adotando diferentes concepções sobre língua, ampliando as discussões teóricas sobre as questões relacionadas a variação, sistematização e mudanças linguísticas. É importante, ainda, comentar que todos os estudos, os pioneiros e os mais atuais, foram e continuam sendo de suma importância para o desenvolvimento no que diz respeito às questões concernentes ao estudo da linguagem.

Diante do exposto, se faz pertinente a ideia de que a mudança pertence à essência da língua, a qual se conforma às necessidades expressivas do falante, que mudam de acordo com as mudanças nas relações sociais, na comunicação e na interação verbal. Considerando, assim, a mudança, sua melhor compreensão é fundamental para o desenvolvimento da ciência linguística.

1.2.1 Sobre o tratamento da mudança

Retomando a discussão no texto de Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]), *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*, é-nos trazida uma nova maneira de refletir sobre a história das línguas. Nesta noção, a mudança é atestada com base em dados do tempo aparente, ou seja, em função da faixa etária dos falantes, e em tempo real, isto é, partindo da análise dos dados diacrônicos, buscando, assim, a origem da variação.

O tratamento da mudança, com base no texto citado, de 1968 [2006], envolve questões, como: *i) condicionantes internos e externos; ii) o problema da transição; iii) o problema do encaixamento; iv) a avaliação das variáveis linguísticas; v) por que uma dada mudança ocorre num dado tempo e lugar*. Existem estudos que abarcam a Teoria da Variação e Mudança de Labov e a Teoria Gerativa, como no caso da Sociolinguística Paramétrica. Tais teorias têm diferentes concepções: os variacionistas concebem a língua ligada à comunidade falante e naturalmente heterogênea, sendo a mudança o resultado da soma de fatores linguísticos e extralinguísticos. Já para os gerativistas, a língua é um objeto autônomo e homogêneo, dando-se a mudança no seu processo de aquisição pela criança. Tal aproximação deve-se à noção de encaixamento – conjunto de mudanças acontecendo relacionadamente – presente em ambas as teorias.

1.2.2 Os níveis de mudanças linguísticas

De acordo com Faraco (2005), as mudanças linguísticas podem acontecer em vários níveis. Estas mutações ocorrem de maneira inter-relacionada. Contudo, para a explicação metodológica, essas mudanças são observadas, basicamente, em seis níveis, sendo o *fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e lexical*.

Na evolução de uma língua, pode ocorrer perda de elemento fônico, que a princípio consiste apenas numa alteração da pronúncia de certos segmentos em determinados ambientes da palavra. Ou, ainda, alterações no número de unidades sonoras distintivas (os fonemas), ocorrendo a perda ou aparecimento de novos fonemas na língua. Essa mudança dá-se no nível fonético-fonológico da língua.

Nas mudanças morfológicas, as palavras autônomas podem se tornar morfemas derivacionais; sufixos podem desaparecer como morfemas distintos, passando a integrar a raiz da palavra; o sistema flexional de uma língua pode mudar (no exemplo do latim, uma língua de caso, ao português, uma língua de sistema de ordem).

No nível sintático, as mudanças que ocorrem irão privilegiar as variáveis que resistiram e fixaram-se na língua naquele momento. Neste contexto há, em alguns casos, processos de gramaticalização, pelo qual um elemento lexical (uma palavra) ou uma expressão lexical plena se transmuda num elemento gramatical.

As mudanças semânticas acontecerão no campo das ideias, significação, podendo ocorrer processos que reduzem o significado da palavra e de outros que ampliam o significado.

As pragmáticas são observadas no uso dos elementos linguísticos na língua e nas propriedades estruturais desses elementos. Por finalizar, as mudanças no nível do léxico são avaliadas com base na composição histórica do léxico de uma língua, analisando sua origem e os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas, como no caso dos empréstimos linguísticos.

1.3 A SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA

Para melhor compreensão do sistema linguístico de uma determinada língua, deve-se considerá-la, sobretudo, em seu uso social. Esse é o primeiro e decisivo passo no que diz respeito ao entendimento da linguagem humana, visto que a língua é a marca e identidade de

um povo. Nesta está concentrado o melhor sinal da cultura e realidade vivenciada em uma dada comunidade linguística.

Neste sentido, concebe-se a linguagem humana partindo de uma noção desta em um contexto social no qual falantes/ouvintes encontram-se imersos e inter-relacionados de tal forma que é impossível uma idealização dissociada.

Assim, língua e sociedade caminham juntas. Sendo finalidade básica e essencial desta junção estabelecer a comunicação entre os indivíduos de uma determinada comunidade linguística e, através disso, estabelece-se como fruto e expressão da cultura da qual faz parte.

Estritamente ligada ao seu contexto social, a língua articula-se baseada em práticas comunicativas dinâmicas e que ocorrem continuamente. A língua, como objeto vivo que é, está sempre sujeita a mudanças. Tais mudanças refletir-se-ão no sistema linguístico pelo dinamismo do seu movimento em seu uso real. Acredita-se, então, que a língua é um conjunto articulado e bem estruturado de normas sociais que se deixa impregnar pelas mudanças culturais ocorridas ao longo dos anos.

Os procedimentos da linguística descritiva se baseiam no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, foi útil considerar que tais normas eram invariáveis e compartilhadas por todos os membros da comunidade linguística. Todavia, as análises do contexto social em que a língua é utilizada vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura linguística estão implicados na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 1972 [2008], p. 140).

Os estudos linguísticos, iniciados no século XIX com Ferdinand de Saussure, buscaram um sistema que melhor expressasse a língua e o seu funcionamento. Saussure lançou mão de um sistema dicotômico, a saber: (*langue*) a língua, e (*parole*) a fala. Essa postura adotada pelo linguista suíço traz consigo uma opção metodológica que, conseqüentemente, foi alvo de sucessivas críticas, visto que é na *parole* (fatos do discurso) que atuam as virtudes do caráter multiforme e heterogêneo da língua.

Saussure estabelece um corte metodológico e desenvolve todo o seu estudo partindo da concepção de que o objeto de estudo da Linguística deve ser a *langue*, adotando-a como um sistema bem estruturado e homogêneo, propondo a homogeneidade como uma condição básica para a descrição da língua. Esse sistema é visto por essa metodologia como imutável e, mesmo reconhecendo que as variações e mudanças existem no ato do discurso, essas heterogeneidades foram assumidas como periféricas e incapazes de atingir o núcleo sistematicamente imutável: a *langue*.

Os estudos de Saussure, iniciados no século XIX, deixaram um grande legado para a história dos estudos linguísticos, servindo como fonte até hoje. Porém, sabe-se que há um paradoxo na metodologia adotada neste modo dicotômico de conceber a língua, criticado por boa parte da comunidade linguística, sobre o qual Monteiro (2000, p. 14) comenta:

O mais curioso é que a dicotomia termina gerando um paradoxo. Labov (1972) interpreta que, de acordo com o pensamento de Saussure, se todos os falantes possuem um conhecimento da língua (*langue*), desde que esta é um sistema que existe virtualmente em cada cérebro, seria possível obter os dados para a descrição a partir do testemunho de um único falante. E, de maneira oposta, os dados para se estudar o discurso (*parole*) só poderiam ser obtidos mediante o exame do comportamento dos indivíduos no uso da linguagem, ou seja, num contexto social. Este é, pois o famoso *paradoxo saussuriano*: partindo-se de um único indivíduo, seria possível analisar-se o lado social da linguagem, mas somente pela interação de duas ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual.

Desde o início, a *parole* mostra-se complexa no que diz respeito ao seu caráter discursivo e multifacetado advindo da dinâmica da própria língua. Surge, diante disso, a *Sociolinguística*, área da Linguística preocupada em analisar essa língua em seu contexto social. O seu próprio iniciador, William Labov, aceitou esse termo, cunhado em 1950, depois de muito relutar porque “ele [o termo] dá a entender que pode existir uma bem-sucedida teoria ou prática linguística que não seja social.” (LABOV, 1972 [2008], p. 215). Na realidade, a *Sociolinguística*, também chamada de *Teoria Variacionista*, partiu da observação tanto dos linguistas como também dos sociólogos diante das questões sobre a influência da linguagem na sociedade e de como essa língua se afirma enquanto fotografia singular do contexto social no qual os indivíduos se encontram. Um dos primeiros estudos dessa *diversidade* linguística foi feito por William Bright (1966) para o qual essa área da Linguística teria por objeto de estudo a própria *diversidade* linguística, excluída do aparato metodológico do linguista Saussure.

A *Sociolinguística* busca, então, fixar sua atenção nos mesmos estudos do comportamento da língua em seu contexto social, delimitando os *padrões* que influenciam uma dada comunidade linguística e descrevendo tais influências extralinguísticas, formalizando-as em um sistema heterogêneo.

É com base nas predições da Sociolinguística Laboviana que o atual trabalho foi desenvolvido. Classificando-se em uma pesquisa quantitativa, já que observou e analisou o maior número de dados coletados, enquadra-se na *micro sociolinguística*, pois analisa os efeitos sociais sobre as estruturas linguísticas, utilizando-se para tanto de testes estatísticos.

1.3.1 A heterogeneidade linguística

Alguns estudiosos da área atestam que a questão da *diversidade* linguística já era algo merecedor de atenção desde a época Clássica, já que na gramática de Probo (século I d.C) mais de 227 palavras eram vinculadas como apêndice às formas de expressão do latim clássico. As palavras correspondiam ao chamado *latim vulgar*, tais como: *speculum non speclum* (espelho), *viridis non virdis* (verde), dentre outros vocábulos. Diante deste e outros exemplos que poderiam ser citados aqui, verifica-se que a ideologia de língua homogênea e observação desta sem considerar seu contexto social são noções equivocadas.

Assim, ao se considerar a língua em uma situação real de uso, elimina-se a ideia de que as línguas são estáticas; ao contrário, são entidades vivas, portanto, dinâmicas que buscam através da variação e da mudança abarcar toda a *diversidade* cultural. Diante disso, faz-se pertinente o reconhecimento da **heterogeneidade linguística**, se observarmos mesmo que de modo simples e comum a variedade linguística que encontramos no Brasil.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, verifica-se, por exemplo, uma grande gama de variedades linguísticas perceptíveis por região. E, dentro dessa diversidade regional, se averigua que jovens e velhos não falam da mesma forma. Pois as experiências que lhes delimitam o tempo e o processo de escolarização são diferentes. Estes aspectos são denominados de fatores extralinguísticos e são de suma importância para estudos similares a este aqui realizado.

Para tais variedades são atribuídas as nomenclaturas *diatópicas* e *diastráticas*. As variedades *diatópicas* são aquelas diretamente associadas à região, sendo assim, variedades geográficas e “ocorrem num plano horizontal da língua, na concorrência das comunidades linguísticas, sendo responsáveis pelos chamados *regionalismos*, provenientes de dialetos ou falares locais”. Já as variedades *diastráticas* são as variedades socioculturais e ocorrem em um plano vertical da língua, isto é, “dentro da linguagem de uma comunidade específica (urbana ou rural)” (Monteiro, 2000, p. 18-19). Esse ponto de vista, Faraco (2005, p.18) ratifica:

Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação e assim por diante.

Assim, entende-se que conceber a língua como um sistema é uma forma abstrata e ideologicamente construída a fim de atribuir-lhe uma análise mais aguçada, pois o que os estudiosos da língua denominam de sistema linguístico, na verdade, nada mais é do que uma grande teia de variedades.

1.3.2 A variação e a mudança linguísticas sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista

Partindo da premissa de que a língua é heterogênea e de que essa heterogeneidade é estruturada e sistematizada compativelmente, como fora dito a pouco, a *Sociolinguística* apresenta alguns padrões teóricos para a observação da variação e mudança linguística, fundamentados com base na tentativa de responder alguns problemas que não eram sanados na visão abordada a partir do arcabouço linguístico saussuriano. Estes são apontados por Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]):

- i) A concepção saussuriana sobre a impossibilidade de se relacionarem os sistemas estruturais do presente com as mudanças históricas do passado, sistematizada na ideia dicotômica *sincronia x diacronia*;
- ii) A impossibilidade de se explicar como a língua, sendo primordialmente um sistema de relações, como apregoava o Estruturalismo, poderia mudar sem comprometer sua funcionalidade – era o conhecido paradoxo saussuriano. Na tentativa de responder à questão, os estruturalistas postularam que a mudança era demasiadamente lenta e gradual, o que impedia sua observação antes de estar concluída;
- iii) O princípio de que a variação não era motivada, mas livre de qualquer condicionamento.

Os estudos feitos por Saussure apontavam a existência de mudanças na língua, mas essas não eram, para o Estruturalismo, passíveis de análise. Qualquer fenômeno de variação linguística em sua fase intermediária, por exemplo, não ganhava dos estruturalistas muita atenção, visto que predominava a ideia de que qualquer alternância linguística não podia ser

estudada diretamente, mas somente quando chegasse ao seu estágio de estabilização. Essa percepção e noção de mudança linguística foi repensada modernamente por outros estudiosos da linguística que apontaram que “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística envolve mudança; mas todas as mudanças envolvem variabilidade e heterogeneidade” (LABOV, 1972 [2008], p. 188).

Diante disso, como se explicaria, no modelo estruturalista, as variações que não se consolidam em mudança, no decorrer do tempo? Neste sentido, Labov revela um propósito da análise *Sociolinguística*, chamando atenção para o fato de que uma análise sobre uma dada mudança linguística é bem sucedida quando se considera não somente o estágio conclusivo, ou seja, o resultado de uma alternância linguística em sua fase final, mas, sobretudo, o percurso feito por determinada variação em um espaço de tempo (*sincronia*).

Para o estudo da variação e mudança linguística William Labov utilizou um recurso metodológico que melhor traduz a noção de mudança nas línguas. Este recurso foi definido como o estudo da mudança em seu *tempo real* e *aparente*. O *tempo aparente* baseia-se no pressuposto de que “diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes.” (PAIVA E DUARTE, 2003, p. 14). Neste pressuposto, são considerados os fatores sociais, tais como: *faixa etária, gênero, classe social, nível de escolaridade*. Já o *tempo real* visa a observação de uma dada comunidade linguística ao longo do tempo. Vale salientar que o estudo da mudança na apreciação sincrônica abriu a possibilidade para a decisiva superação da dicotomia saussuriana entre *sincronia versus diacronia*.

Outra questão necessária para validar essa teoria foi a consideração da variação linguística como parte também integrante do sistema linguístico a fim de que esta constituísse objeto da análise linguística sistemática. Esta concepção rompeu com os ‘dogmas’ da teoria estruturalista mais uma vez. Sobre isto, Lucchesi (2004, p. 166) explica:

A tarefa de determinar a sistematicidade da variação levantava a necessidade de se considerar os chamados fatores externos na análise linguística, pois o que era, no plano estritamente linguístico, aleatório tornava-se sistemático quando correlacionado com os fatores sociais e estilísticos.

Assim, o modelo sociolinguístico busca descrever, através da observação e análise, o uso real da língua em seu contexto social e, sobretudo, considerando também os aspectos extralinguísticos que influenciam o seu sistema, acarretando as variações linguísticas e possíveis mudanças em determinada língua. Dentro desta perspectiva, o Português Brasileiro

é uma fonte rica para estudos utilizando o modelo teórico-metodologia da sociolinguística, como será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)

O interesse pelas origens do Português Brasileiro (PB) aflora partindo da notável disparidade entre este e o Português Europeu (PE), trazido para o País como língua falada pelos colonizadores, no século XVI. Partindo dessa diferença entre ambos, nos últimos anos, vários estudos linguísticos têm se debruçado na tentativa de buscar as raízes do PB (MATTOS E SILVA, 1998, 2001, 2002, 2004, 2008; LUCCHESI, 1998, 2000, 2003, 2004, 2009; LOBO, 2001), dentre outros. No que respeita ao caráter linguístico, a realidade do PB foi constituída com base no segmento **indígena, africano e europeu**, fazendo-se pertinente uma abordagem que trata a formação do PB baseada, também, no contexto social. Os fatores sociais se mostram significativos na formação do PB, podendo explicar as questões relacionadas à disparidade entre o PB e o PE, por exemplo. Sobre esse ponto, Mattos e Silva (2004, p. 124) comenta:

A linguagem falada em nossa terra, em virtude de múltiplos fatores, tomou cunho próprio [...] o modo de viver modifica-se e transforma-se. E a língua, instrumento social, foi-se adaptando à nossa sociedade pois, como sabemos, ela caminha lado a lado com a história social.

A autora comenta a complexa situação de ter-se “tomado o Brasil um país majoritariamente unilíngue, quando, em momentos iniciais da história, 1500 a meados do século XVIII, apresentava uma realidade de *multilinguismo/multidialealismo* generalizado” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 71). No que respeita às observações sobre este assunto, têm-se, no período colonial, os indícios para a compreensão, sobretudo, do português popular brasileiro na perspectiva de sua constituição e de sua difusão histórica. Assim, faz-se necessário o conhecimento sobre o cenário *pluriétnico* e *plurilíngue* no qual se desenvolveu o português falado no Brasil, bem como as evidências sociais e históricas que influenciaram a complexa formação, também, dos aspectos linguísticos que marcam questões gerais e peculiares da língua portuguesa falada em território brasileiro.

2.1 O PANORAMA PLURIÉTNICO E PLURILÍNGUE: PORTUGUESES, ÍNDIOS E AFRICANOS

Para melhor compreensão sobre a formação do PB, parte-se, neste estudo, da noção apresentada por Lucchesi (1998, 2001, 2009) no que diz respeito ao contato do colonizador com os aloglotas – os que aqui se encontravam à época da chegada dos portugueses e aqueles trazidos com a crueldade do tráfico negreiro. São estes os indícios da história do Brasil que participam da construção da identidade, da cultura e da língua portuguesa falada em território brasileiro: “(...) é, sem sombra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a construção das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro.” (LUCCHESI, 2009, p. 41).

A formação histórico-social do Brasil parte de um contexto plurilíngue e pluriétnico sobre o qual Darcy Ribeiro (1995, p. 19) comenta:

Surgimos da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Essa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais dispare, tradições, culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro, 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiças, dinamizada por uma cultura sincrética singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo humano diferente de quantos existam.

Sobre as explanações do antropólogo, nota-se que a matriz europeia no período de colonização, serviu como cultura do colonizador influenciada pelas demais. Partindo disso, sobre o aspecto linguístico, é considerável que a identidade linguística brasileira constituiu-se a partir do contato da língua portuguesa com centenas de línguas de cerca de um milhão e meio de indígenas e outras duas centenas faladas por quatro milhões de negros africanos.

2.1.1 A diversidade de línguas e culturas

No que diz respeito ao segmento indígena, as avaliações variam sobre as línguas gerais indígenas no Brasil colonial, não havendo cálculo exato. Sobre o número aproximado, Aryon Rodrigues (1985, p. 91) considera cerca de 180 línguas sobreviventes para atualidade e o

dobro desse número em 1.500 e, em seguida, 1.175 línguas, em um trabalho, posteriormente publicado. Contudo, os estudos de Antônio Houaiss (1985, p. 100) levantam um cálculo para 1.500 línguas. Essa diferença em números apresenta, de certo modo, uma “babel” encontrada pelos colonos no momento de chegada em território brasileiro:

Entre esses limites díspares --- 360 a 1.500 línguas ---, o fato é que os colonizadores portugueses se encontraram com a Babel, imagem recorrente nos escritos de Pe. Antônio Vieira, que aqui viveu durante o século XVII, referindo-se ele, sobretudo, ao Maranhão e Pará, à Amazônia, portanto (MATTOS E SILVA, 2004, p. 76).

Com base nos registros dos historiógrafos e cronistas sobre o passado em épocas desconhecidas têm-se informações sobre a “babel” brasileira. Essas informações, no geral, apontam para uma hegemonia cultural e linguística das línguas indígenas faladas em toda a costa e na bacia do Paraná/Paraguai, sendo predominantes os grupos indígenas do tranco linguístico tupi, em sua maioria da família tupi-guarani e, como também, de outros grupos inimigos, como os tupinambás e tupiniquim, com características linguísticas semelhantes (MATTOS E SILVA, 2004, 76).

Para além do litoral, há diversidade de grupos indígenas que não viviam na costa do mar, apontados em relatos do jesuíta Fernão Cardim, no século XVI, em um conjunto de 76 diferentes “nações”, sendo: “Todas estas setenta e seis nações de Tapuias, que têm as mais deles diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indômita, são contrários quase todos do gentio que vive na costa brasileira” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 77). Neste contexto, é pertinente comentar sobre o papel importante dos princípios jesuíticos de catequese. Os jesuítas usavam, como estratégia, as línguas da terra em que chegavam para cumprir seu programa catequético pelo Brasil. Diante dessa estratégia de homogeneidade linguística do litoral, designa-se a chamada língua brasílica, sendo uma versão gramaticalizada, denominada, posteriormente, na bibliografia da história do português, como *língua geral* (SILVA NETO, 1950; RODRIGUES, 1985; ELIA, 1961). Este meio de comunicação era aprendido, pelos colonos alfabetizados e jesuítas que aqui chegavam, através da gramática de Anchieta. Porém, com a expansão documentada do uso desta *língua geral*, ultrapassaram-se os limites da costa, adentrando o interior brasileiro, com os bandeirantes partidos de São Paulo, sem um controle de escolarização sistemática, inserida em situações bilíngues, como se comenta:

[...] essa língua geral ter-se-ia transmitido pela oralidade, sem controle de escolarização sistemática e em situações de aquisição imperfeita, no sentido de que nesse contexto de aquisição estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngües (português/língua geral) ou multilinguismo (português/língua geral/línguas indígenas e/ou africanos) (MATTOS E SILVA, 2004, p. 78).

Para a compreensão sobre o estudo da chamada, genericamente, *língua geral*, é pertinente reconhecer a sua heterogeneidade desde o século XVI, sendo que os estudos sobre a diacronia ao longo da colonização mostraram as características que diferenciam as duas línguas gerais que veiculavam no período colonial, uma de intercomunicação de uso importante para o colonizador, e outra como instrumento catequético em missões dos jesuítas. Sobre a discussão à hipótese da língua geral ter sido, na verdade, um “português malfalado”, Mattos e Silva (2004, p. 81) traça comentários sobre o trabalho desenvolvido por John Manuel Monteiro (1995) a propósito da dificuldade para distinguir a *língua geral* e o português geral brasileiro. Assim, seria segundo o autor “corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas” (1995, p. 164-165). Apresenta-se, então, uma complexa noção para conceituar o que teria sido a *língua geral* falada no Brasil, diante da “dificuldade que deveria ter havido em distinguir essas línguas gerais do português geral brasileiro das camadas sociais que constituíam a maioria, a base dessa sociedade colonial polarizada”. Sobre isso, Mattos e Silva (2004, p. 71) explica as palavras de Lucchesi (1994):

Aos pólos referidos e sua pluralidade designou de normas vernáculas e normas cultas, aquelas que, na bibliografia especializada, são referidas, as primeiras como português popular brasileiro e as segundas, português culto brasileiro. Esse diagnóstico para o português brasileiro na sincronia atual só pode ser compreendido e explicado na sua complexidade, se conseguirmos mostrar o filme diacrônico – permita-me a redundância – do nosso passado linguístico.

Ainda sobre a gênese do PB, no que diz respeito ao outro segmento de sua formação, a saber, o africano, comentado na seção seguinte (2.1.2), tais estudos permitiram uma visão diferenciada sobre o tema, nos últimos anos. As discussões sobre a heterogeneidade do PB apontaram não apenas para uma realidade heterogênea e variável, mas, também, plural e polarizada (LUCCHESI, 1994).

2.1.2 As vertentes do Português Brasileiro

Do ponto de vista histórico, o PB possui formação *polarizada*, desta polarização divergem duas vertentes, *culta* e *popular* tendo, ambas, origens distintas. O português europeu teria, ao longo do período colonial, um contingente de falantes de 30% da população brasileira, forneceu a base histórica para o português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XIX; enquanto o português popular brasileiro, por sua vez, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo Brasil, sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial, teria como antecedente histórico o português geral brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, LUCCHESI *et al.*, 2009)

Assumindo esse ponto de vista, Lucchesi (2001, p. 102) defende que a vertente popular teria fincado “suas raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial”. O autor explana que fora dos reduzidos centros da elite, nas mais diversas regiões do país, “o português era levado, não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude e plebeia dos colonos pobres”. Entretanto, devido à escassez de documentos históricos que o resgate, o português popular é mais recentemente estudado do ponto de vista histórico. Esta vertente é, sem dúvida, ainda pouco estudada do ponto de vista histórico, embora seja bastante relevante para o esclarecimento sobre fenômenos linguísticos atribuídos a processo de contato entre línguas. Reconhecendo tal relevância à recuperação do passado do PB, há necessidade de se considerar que aquilo que entendemos por PB envolve tanto o *português popular* como o *português culto*. Em particular, enfatiza-se que a recuperação do passado sociolinguístico do Brasil, desde os primeiros séculos da colonização, deverá revelar a importância dos negros africanos e de seus descendentes na formação e difusão do português popular brasileiro.

2.2 PROPOSTAS TEÓRICAS PARA UM ESTUDO SOBRE A GÊNESE DO PB: A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR DE TIPO LEVE E A DERIVA SECULAR ³

³ Apresentam-se, neste estudo, duas hipóteses sobre a gênese do PB com a finalidade de traçar um panorama geral sobre o tema.

A propósito da gênese do PB há basicamente duas correntes de pensamento: uma dá origem à explicação dos fenômenos variáveis no português não padrão com base na antiga deriva secular das línguas indo-europeias em geral, e das línguas românicas, em particular (NARO; SCHERRE, 2007); outra considera a presença maciça do segmento africano no Brasil, cujo meio de comunicação seria um estágio de pidgin ou de um crioulo de base lexical portuguesa (GUY, 1989); ou um tipo de crioulização leve ou transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2001, entre outros).

As descrições históricas sobre o contexto de *multilinguismo* no qual os colonizadores se depararam ao chegarem a território brasileiro respaldam os estudos sobre a gênese de formação do PB. Estudos históricos, como os de Ribeiro (1995), dentre outros, atestam a existência de povos indígenas que compartilhavam uma relativa unidade linguístico-cultural, visto que usavam línguas pertencentes à família do tronco linguístico tupi-guarani e, para além do litoral paulista ao Rio Grande do Norte, relata-se, também, a presença de um milhão e meio de índios na costa atlântica brasileira, os quais, em maioria, pertenciam a tribos do tronco tupi⁴. Sobre esta, então “babel”, comentada no início da discussão deste estudo, ainda se faz pertinente o abordado por Ribeiro (1995, p. 20)

Eram, tão-só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam.

Diante deste contexto linguístico de *multilinguismo/multidialeatismo*, o processo de catequese dos índios foi ameaçado, culminando no afastamento dos mesmos e resistência ao recrutamento para o trabalho escravo. Iniciou-se, então, uma ação para homogeneizar as línguas comuns, o tupi, que mais tarde denominou-se em *língua geral*, comentada antes. Sobre isso, Lucchesi *et al.*, (2009, p. 40) explicam uma série de situações usuais:

- i. a *koiné* empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi da costa brasileira;
- ii. a sua versão como língua franca usada no intercurso dos colonizadores portugueses e indígenas;

⁴ Sobre a presença destas tribos na costa do litoral atlântico brasileiro, Mattos e Silva (2004) comenta a existência, também, de índios das tribos do troco linguístico tupiniquim e tupinambá, sendo ambas da família tupi-guarani. Além disso, em outros pontos da costa, encontravam-se os tapuia, falantes de línguas do tronco macro-jê.

- iii. a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização;
- iv. a versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi – chamados por estes de *tapuias*, que significa ‘bárbaro’, em tupi.

A *língua geral* foi um importante instrumento de comunicação entre os homens brancos e índios durante os primeiros anos da colonização. No início do século XVIII, com seu projeto civilizatório, Marquês de Pombal, com a pretensão de livrar os índios de hábitos prejudiciais ao progresso da Colônia, instituiu o português como língua oficial, proibindo o uso das línguas gerais. Além disso, no que respeita ao panorama da história sobre o contato entre línguas no Brasil, é importante abordar, também, a importância da presença dos africanos e afro-descendentes, a fim de traçar uma sócio-história pertinente ao processo de formação do que se entende por português brasileiro.

2.2.1 Transmissão Linguística Irregular de tipo leve (TLI)⁵

É importante se considerar a reflexão sobre a história da humanidade, marcada por vários fluxos migratórios, tomadas e reconquistas de territórios, surgindo das mais diversas formas de dominação, o contato entre culturas, etnias distintas e, sobretudo, de línguas diferentes. Neste cenário, não se pode aceitar a proposta de raças puras, logo, é intrincado afirmar a existência, também, de línguas puras. Dessa diversificada gama de povos, emergem as misturas linguísticas que se conferem em todos os níveis estruturais das línguas humanas. Para explicar as origens das línguas que nascem através do contato com outras, ou, ainda, as alterações que uma determinada língua sofreu com base neste tipo de contato linguístico, estudos *immanentistas* buscam avaliar as mudanças regidas através da lógica interna da estrutura da linguagem, partindo dos princípios que norteiam a estrutura de uma dada língua. Aliados a este tipo de investigação, tais teorias têm buscado definir os contextos sócio-históricos que ocasionaram a formação de variedades linguísticas originais e marcadas, historicamente.

⁵ A expressão ‘de tipo leve’ acrescida à nomenclatura de Transmissão Linguística Irregular (TLI) foi aqui considerada em contraste com os casos de criouliização, definidos como reestruturação plena, como o ocorrido com as línguas crioulas no Caribe e Sul dos EUA. No caso do PB, acredita-se que a reestruturação gramatical em função do contato entre língua não fora suficientemente profunda para configurar em *pidginização* ou *criouliização* (cf. Holm, 1998-1999).

Nesse panorama de contato entre línguas, originaram-se, em alguns casos particulares e radicais de contato, tipos específicos de línguas denominadas *pidgins* e *crioulos*. Segundo Bickerton (1988), existem dois contextos clássicos propícios ao surgimento de língua crioula, o “*forte*” e “*plantação*”, sendo o primeiro decorrente da penetração de um dado grupo de fora em uma área multilíngue, formando associações com seus povos de natureza permanente ou semi-permanente. No segundo, que pode seguir diretamente sobre o primeiro (como no oeste da África) ou ocorrer de forma totalmente independente (como no Havaí), um grupo de fora cria uma nova sociedade por transporte de pessoas de diversas áreas, sem qualquer linguagem comum.

Com base nos estudos já desenvolvidos o contexto histórico no qual diversas línguas surgiram, sobretudo as crioulos, teve circunstâncias de aventuras coloniais, expansão e domínio de territórios, originando, assim, através do contato entre as línguas, um grupo multilíngue. Segundo o modelo tradicional, tem-se a *pidginização* como contato um pouco íngreme entre pequena minoria europeia e um número maior de não europeus, resultando em um limitado dialeto regular; por *crioulização*, entende-se como a expansão do *pidgin* como nativizado, construindo, assim, uma língua crioula. Contudo, segundo Bickerton (1988), pode-se considerar o conceito de *pidginização* partindo do entendimento de que o seu produto final não consiste em uma sistemática, mas reduzido *pidgin*, que seria posteriormente expandido. Primeiro tem-se a aquisição da L₂ pelos adultos e, com as crianças que adquirem esta L₂, partindo de um modelo defectivo de *pidgin*.

De tal modo, as pesquisas e reflexões sobre *pidginização* e *crioulização* auxiliam na compreensão dos fenômenos linguísticos mesmo não sendo possível restringir a explicação de modo generalizado para todos, contudo, há de se considerar que “a maioria do que os linguistas históricos estudam sobre a *mudança linguística* é devido ao contato” (THOMASON, 2003, p. 687)⁶. Igualmente, ocorreram situações de contato cerrado com as línguas ameríndias e africanas sem que se configurassem situações típicas de *crioulização* ou *pidginização*. Para abranger essa situação, tem-se o conceito de *transmissão linguística irregular* (BAXTER, 1995; LUCCHESI, 1999; LUCCHESI, RIBEIRO, BAXTER, 2009).

Entende-se por *Transmissão Linguística Irregular* de tipo leve (TLI) o processo mais amplo do que o de *pidginização/crioulização*, posto que envolve não apenas os processos de mudanças lingüísticas que resultam em uma nova língua (um *pidgin/crioulo*) emergente através do contato entre língua, como, também, os processos que abrangem alterações

⁶ Cf. Bickerton (1988).

significativas em uma dada língua, resultantes do contato com outras línguas, mesmo que dessas alterações linguísticas não surja uma nova língua, restringida de situações típicas de um *pidgin* ou *crioulo* – com gramática qualitativamente diferente da língua alvo --, mas que apresente características estruturais semelhantes àquelas encontradas em línguas crioulas.

Para os dois casos supramencionados, analisa-se a necessidade de recomposição das estruturas perdidas na primeira fase de aquisição precária da língua alvo pelos adultos de uma comunidade de falantes. Sobre isso, Lucchesi *et al.*, (2009, p. 68) explicam:

A aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares. Os fatores que inibiram a crioulação passam, assim, a atuar como poderosos fatores de difusão das mudanças induzidas pelo contato entre línguas nas mais diversas comunidades de fala do Brasil. A integração social dos escravos ou dos ex-escravos e, sobretudo, a miscigenação são fatores que atuam em dois sentidos: favorecem a assimilação dos padrões linguísticos dominantes por parte dos dominados, ao tempo em que abrem vias de introdução na fala das camadas médias e altas de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos extratos mais baixos.

É fato que o Brasil vivenciou, diante de todo o contexto histórico de cativo do período colonial, desde o seu descobrimento (XVI) até o período de mineração (XVII-XIX), a tramitação de vários povos, vindo deste estreitamento o contato entre as línguas, principalmente as africanas, sobrevividas da necessidade de mão de obra negra escravizada, fato importante na formação das variedades populares do PB, sobre a qual comenta Lucchesi (2009, p. 28):

A grande maioria desses indivíduos tinha de aprender o português nas condições mais adversas, trabalhando como escravos nas grandes plantações do interior do país, de modo que o conhecimento que adquiriam da língua do colonizador se restringia a um vocabulário reduzido, praticamente desprovido de estrutura gramatical. E as crianças que nasciam nessas condições sub-humanas não tinham, normalmente, acesso à língua nativa dos seus pais, muitas vezes falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, tendo aquelas de desenvolver a sua linguagem a partir do modelo altamente defectivo de português falado como segunda língua por estes.

Ainda sobre a situação de *transmissão linguística irregular*, comparando o que aconteceu com a formação das línguas crioulas do Caribe e Sul dos EUA, em contexto de contato linguístico e o ocorrido no Brasil, evidenciam-se algumas semelhanças no que diz respeito ao contexto sócio-histórico de *multilinguismo* as referidas línguas crioulas e PB

surgiram desencadeado pelo sequestro de negros no período da escravidão (XVI-XIX). Não se pode afirmar que houve, no Brasil, uma criouliização generalizada, pois não foram encontrados registros que comprovem a existência de uma comunidade crioula⁷; é fato, porém, que, se não houve uma criouliização no Brasil, este *multilinguismo* propiciou processos de variação e mudança significativos nas diversas línguas transplantadas para a colônia, naquele período. Sobre isso, explica-se:

Desse modo, num nível sociolinguístico mais representativo, deve-se pensar, não em termos de criouliização estrita, mas num processo mais amplo de transmissão linguística irregular, que se caracteriza fundamentalmente pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na frequência de uso das formas não marcadas, bem como a sua generalização paradigmática. Seria esse processo de transmissão linguística irregular de tipo leve que estaria na base da formação das atuais variedades populares do português do Brasil, e a sua marca mais evidente seria a ampla e massiva variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal (LUCCHESI *et al.*, 2009: 71-72).

Vale salientar que os estudos nos quais o contato entre línguas é considerado, não se limitam, apenas, aos fenômenos linguísticos que envolvem as regras de concordância nominal e verbal, conforme mencionado na citação acima. Estudos sobre outras categorias linguísticas têm sido desenvolvidos com vista à ampliação desse tipo de investigação científica, como acrescentam Lucchesi *et al.*, (2009, p. 72):

Porém essa simplificação morfológica, característica das situações de contato entre línguas, não se restringe, no português do Brasil, à eliminação das regras de concordância. Em vários planos da estrutura linguística, observa-se um quadro matizado e complexo, no qual os processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas apresentam resultados quantitativos diferenciados nas distintas normas linguísticas que constituem a realidade da língua no Brasil atualmente. Em um inextricável mosaico sociolinguístico, fatores estruturais combinam-se de formas distintas com processos históricos igualmente diferenciados, conforme variedade linguística do português brasileiro que se focalize.

Sobre esses processos de variações e mudanças, estudos acerca do PB têm-se alargado, a fim de buscar retornos que melhor expliquem as particularidades da variedade popular do português, considerando o contexto sócio-histórico em que se formou. Comumente, esses estudos possuem um caráter comparativo que colocam em evidência as diferenças entre o PB e o português europeu (PE), por exemplo, sendo ainda escassas as pesquisas sobre as

⁷ Sobre esse ponto considera-se que não houve uma criouliização uniforme pelo Brasil. Contudo, acredita-se que, no caso do dialeto de Helvécia, por exemplo, encontrou-se o que pareceu uma criouliização ocorrida no passado (FERREIRA, 1984).

diferenças e semelhanças entre o PB e as variedades do português falado no continente africano, bem como ainda são poucos os estudos sobre a influência das línguas africanas na formação do PB, apesar de essa influência ter sido enfatizada desde o século XIX.

Dentre esses estudos sobre as diferenças morfossintáticas entre o PB e o PE, destaca-se que essas variedades do português se distinguem, também, no que tange à realização do objeto indireto, por exemplo. A propósito desse fenômeno, Torres Morais; Berlinck (2007) ressaltaram que, no PB, tem ocorrido a perda gradativa do clítico de 3ª pessoa *lhe* que é substituído pela forma *a ele/ela*. Observam-se também a troca da preposição *a* pela preposição *para* ou *de* e o uso do *lhe* como acusativo, o que não ocorre no PE. Estes reflexos linguísticos que marcam o contato entre línguas no PB são bem representados no interior do país⁸ onde hoje se exibem processos de variação e mudança que se encaixam em processos de mudança estrutural, desencadeados em situação de contato entre línguas.

2.2.2 A Deriva Secular

A abordagem que avalia a hipótese de *Deriva Secular*, também nomenclaturada por *Deriva Românica* considera para a origem do PB uma *confluência de motivos*. Esta noção não explica a gênese do português popular brasileiro partindo de um suposto crioulo de base lexical portuguesa (NARO; SCHERRE, 2007), mas parte do pressuposto histórico anterior ao descobrimento do Brasil (século XVI), considerando que a nação portuguesa já tinha experiência de contato com outros povos que não falavam a sua língua, o português europeu. As cruzadas (XI-XIV)⁹, no período da Idade Média, favoreceram-lhe o contato com povos da Europa, do Norte da África e do Oriente Médio de modo que, antes do descobrimento do Brasil (século XVI), os portugueses já utilizavam um sistema verbal predominantemente de base lexical românica, com a finalidade de estabelecer comunicação em situações de contato, tanto no Oriente Médio como no norte da África e, “este saber, naturalmente, era um sistema extremamente flexível, podendo comportar itens lexicais de diversas línguas românicas (ou até do árabe)” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 27).

Assim sendo, ao chegarem a terras brasileiras, segundo tal teoria, os portugueses já dominavam um tipo de estratégia para a comunicação com estrangeiros, um sistema

⁸ O Projeto *Vertentes do Português Popular da Bahia*, criado em 1994, coordenado pelo Professor Doutor Dante Lucchesi (UFBA), realiza ampla pesquisa de campo, recolhendo amostras orais junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e outras comunidades rurais. O projeto possui página na *Internet*: www.vertentes.ufba.br.

⁹ Período de dialetização do latim e de formação do português.

simplificado para situação de comunicação emergencial. Sobre os indícios desse sistema de comunicação, em linhas gerais, têm-se, na literatura, algumas fontes atualmente disponíveis¹⁰. Este sistema, denominado “língua de preto¹¹”, possuía um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo a utilização de flexão verbal e nominal, conforme comentam Naro e Scherre (2007, p. 27):

No início do século XVI, época dos primeiros contatos de portugueses com o Brasil, já existia, portanto, em Portugal um tipo de estratégia para a comunicação com estrangeiros. O sistema verbal resultante, utilizado durante as primeiras explorações navais na África Ocidental, era chamado de “língua de preto”, mas existem registros de seu uso até com espanhóis. Ricamente documentado na literatura da época desde 1516 (com data provável original de 1455), esse sistema tinha um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais.

De acordo com as primeiras observações sobre as relações de contato entre línguas (SILVA NETO, 1950 [1989], registra-se a existência de uma “língua geral” falada por todo o território brasileiro, mas que não acontecia de maneira uniforme. Havia duas línguas gerais faladas no Brasil, conforme explicam Naro e Scherre (2007, p. 28):

Cumpra aqui acrescentar que, nos termos de Rodrigues (1996, p. 10), pode-se atestar no Brasil documentação da existência de duas línguas gerais de base indígena, a língua geral paulista e a língua geral amazônica, que, em momentos distintos e durante muito tempo, serviram de veículo de contacto dos europeus e seus descendentes mestiços com outros povos indígenas” e que eram faladas como primeira língua pelas mulheres indígenas e seus filhos e como segunda língua pelos pais europeus.

Seguindo nisto, se faz pertinente as colocações de Rodrigues (1995, p. 10) sobre a ideia de que tais línguas gerais “se constituíam em condições de contato”, porém, se diferenciam de um *pidgin* ou *crioulo*, agregando dados de que “não houve, em nenhum momento, interrupção da transmissão destas línguas, isto é, não ocorreu mudança na língua nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupis-guaranis”. Neste sentido, Naro e Scherre (2007, p. 28) consideram que, muito antes do contato com os índios, os portugueses já faziam uso de um sistema linguístico simplificado para se comunicarem nas situações de tomada e conquista de novos territórios e utilização de mão de obra cativa. Os autores comentam o quadro linguístico apresentado no único texto desse período, publicado em 1620, no qual um missionário imita a fala dos índios. Neste documento, Mussa (1991, p. 163) apresenta traços, como aplicação variável de concordância nominal e verbal, pronomes

¹⁰Cf. Naro, 1978, p. 338-339.

¹¹Cf. Naro, 1978. Prefere-se o termo ‘língua de reconhecimento’ para denominar o sistema de comunicação verbal, retirando o termo pejorativo da nomenclatura ‘língua de preto’.

plenamente acentuados (“mim”, “bozó”), acréscimo de vogais finais, redução de palatais sonoras, troca de [l; r; d]. Vale salientar que, nesta época, a população negra no Brasil era de cerca de 20%, sendo “esse ‘português de índio’ do Brasil, entretanto, muito semelhante, senão idêntico, ao ‘português de preto’ da Europa e da África [...]”.

Diante das investigações sobre esse contexto da história do Brasil Vogt e Fry (1996), dentre outros, Naro e Scherre (2007, p. 31-32) consideram improvável a existência de uma língua *pidgin* no Brasil, posto que seria “dispensável diante da existência de outras “línguas gerais”, de bases não europeia, que já preenchiam as necessidades comunicativas da população”. Concluem, então:

Com base na teoria da *Deriva Secular*, o português moderno do Brasil é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, indubitavelmente exagerado no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e pela *nativização* desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes. A proposta, assim, se resume: CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS, com umas mais fortes no início do processo histórico e outras mais relevantes em estágios históricos seguintes (NARO; SCHERRE, 2007, p. 69).

Nesta acepção, os autores destacam que os fenômenos variáveis do PB vieram de Portugal, sendo que as condições sócio-históricas que predominavam no período do Brasil colonial aceleraram e exageraram o processo de *nativização*¹² da língua portuguesa pelas comunidades das mais diversas culturas.

2.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.3.1 Urbanização e escolarização no Brasil

O século XIX foi marcado, no Brasil, pela vivência de algumas transformações no plano urbanístico e cultural, visto que a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, exigiu da colônia grandes mudanças estruturais. Mediante a chegada dos 15 mil portugueses saídos da metrópole por causa das guerras contra as tropas napoleônicas na

¹² Termo usado no sentido estrito de passagem de uma língua não nativa a língua nativa de uma comunidade de fala (cf. NARO; SCHERRE, 2007, p. 53).

Europa, o Brasil sofreu forte impacto demográfico, refletindo em ímpetos, também linguísticos, conforme comenta Almeida (2014, p. 110):

A instalação dos 15 mil portugueses fugidos das guerras napoleônicas na Europa tem um forte impacto demográfico no país, com a diminuição, inclusive, da desproporção entre negros e brancos. Linguisticamente, isso significa maior circulação do português normatizado no país e maior acesso da população escrava e afro-descendentes à língua-alvo.

No cenário mundial (do século XIX), algumas mudanças ocorridas, como a Revolução Industrial e expansão do capitalismo, influenciaram os processos de urbanização, contribuindo para grandes mudanças na sociedade brasileira. Neste período, acontece o fim do tráfico oficial (1831), bem como fim da abolição (1888) e Proclamação da República, em 1889. Com o fim da escravidão, muitos ex-escravos partem para o interior ou periferias das cidades, em busca de melhorias e luta pela sobrevivência.

Em seguida, vivencia-se o período da República Velha (1889 e 1930), no qual a expansão da economia favorece a chegada de novos povos, migrantes e imigrantes, a fim de substituir a mão de obra negra escravizada. Sobre as condições sociais destes imigrantes explana-se que, ao chegarem ao Brasil iniciavam-se, primeiramente, nas camadas mais baixas da população e ascendiam rapidamente, elevando o contato com outras camadas sociais, adquirindo traços, também, do português culto, afirmando que “pode-se perceber [...] o caminho, através do qual, certas estruturas da fala popular penetraram nas camadas médias e altas, implementando as mudanças ‘para baixo’ que se observam no português culto” (LUCCHESI, 2001, p. 109-110).

O processo de urbanização brasileiro acentua-se a partir da década de 30, em que se percebe um padrão cada vez mais urbano, com velocidade característica de países de industrialização tardia que acarretou em efeitos negativos para as cidades, como a falta infraestrutura e saneamento básico. Por outro lado, no que diz respeito aos processos de escolarização tem-se um processo tardio, nos moldes precários e, conseqüentemente pouco eficaz no ensino da norma padrão, predominando, assim, o português popular brasileiro.

Historicamente, a escolarização no Brasil é iniciada com a Companhia de Jesus, em 1549, mas com finalidade favorável à política colonial da época, visando, sobretudo, a catequese dos índios e propagação da fé católica. Era, então, de cunho mais religioso do que educativo, propriamente dito. Com Marquês de Pombal, em 1759, tem-se o fim da Companhia de Jesus, eliminando o único sistema de ensino da época e oficialização do português como língua oficial, proibindo, assim, o uso das línguas gerais. A educação passou

a ser responsabilidade estatal, porém, ainda restrita à camada mais alta da sociedade, como explica Almeida (2014, p. 114):

A responsabilidade da educação deixava de ser da igreja e passava a ser do Estado, que instituiu o sistema de aulas régias. Foi essa primeira forma de ensino público do Brasil, efetivamente implantada em 1774, mas pouca alteração aconteceu de fato, uma vez que a educação continuou restrita às classes mais abastadas.

De acordo com Santana (2009, p. 76), o Brasil vivenciou, durante o século XIX, uma fase que idealizou educação pública para todos, paralelo ao processo de padronização linguística e sedimentação da cultura escrita:

Na segunda metade do século XIX, muitos professores ainda não tinham formação adequada, além disso eram mal remunerados e tinham de assumir as despesas com locais de trabalho. Por outro lado, os alunos, embora se matriculassem nas escolas, não frequentavam as aulas, e suas famílias não empreendiam esforço para tal fim.

Portanto, é notório que o processo de escolarização no Brasil não passou por uma normatização, reconhecendo, assim, a dada precariedade do sistema educacional brasileiro desde o início. A instituição escolar que visava à educação de todos não oferecia qualificação essencial para os aprendizes

[...] professores [de português] cada vez mais provenientes das chamadas classes sociais populares e com formação precária [...] não terem como transmitir o padrão normativo-prescritivo lusitano, idealizado para o ensino da matéria, desde a segunda metade do século XIX (ALMEIDA 2014, p. 116).

Em linhas gerais, o panorama da urbanização e escolarização ocorreu tardiamente e de maneira não uniformizada para todo o Brasil. Isto nos permite conhecer um pouco sobre o cenário sociolinguístico que se formou com base nas questões demográficas, históricas, socioeconômicas do Brasil, entendendo-se que

em toda e qualquer sociedade socialmente estratificada, o conhecimento do padrão ou o conhecimento de variedades de prestígio é, de fato, uma ferramenta de afirmação, enquanto o uso das formas não-padrão ou de formas sem prestígio pode conduzir à dominação e exploração econômica. Enquanto esta ampla situação não mudar, **negligenciar as formas padrão ou as formas de prestígio na educação é quase equivalente a negligenciar os próprios falantes das variedades sem prestígio**, no sentido de dificultar a sua inserção no processo produtivo (Naro e Scherre, 2006, p. 236-237 [**grifos nossos**]).

Com base na citação mencionada, é-nos possível refletir sobre a escolarização relacionando-a ao cenário no qual o português era adquirido, inicialmente pelos escravos, e posteriormente difundido pelo território, não passando por um processo de normatização, daí conhecida a precariedade do sistema educacional brasileiro, mantendo-se as linhas de uma aprendizagem não regular. O panorama brasileiro passou, na década de 1960, a incluir as classes menos privilegiadas ao processo de educação. Nessa circunstância, o português popular, característico dessa classe, penetra os muros da escola, atingindo os falantes ditos cultos (MATTOS E SILVA, 2004).

O regate da sócio-história na qual o Brasil foi formado nos traz algumas informações importantes para a compreensão da sua realidade sociolinguística. Consideramos o cenário de formação do Brasil colonial como o lugar de origem, contudo, especificarmos o olhar para a região do Nordeste, onde se insere Feira de Santana, julgando pertinente a apurarmos mais de perto, a fim de extrairmos elementos que possam fornecer elucidação para a apreensão de fatos e atitudes linguísticas que lhe são peculiares.

CAPÍTULO 3 – UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DE FALA

Para uma análise de cunho sociolinguístico se faz necessário observar, também, as questões externas à língua, a fim de investigar quais fatores extralinguísticos influenciaram ou ainda influenciam nas variações e mudanças linguísticas ocorridas. Dentro dos pressupostos da Teoria da Variação (LABOV, 1972 [2008]), parte-se da *comunidade de fala* como objeto de estudo, sendo coerente uma investigação sobre a sócio-história da comunidade linguística, avaliando o início de sua formação, bem como as mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas, a fim de buscar, também, nos acontecimentos externos explicações ou hipóteses pertinentes à análise dos fenômenos linguísticos representados na língua usada pela comunidade. Para tal, tem-se como propósito apresentar informações que dêem subsídio à análise sociolinguística da representação dos pronomes-objetos no português falado em Feira de Santana.

Como anteriormente traçou-se um panorama sócio histórico de formação do PB, neste momento, a discussão parte para as características que marcaram a comunidade linguística estudada, considerando, então, as questões sócio-históricas, culturais e geográficas, considerando os fatores externos que modelaram a fala dos feirenses à realidade linguística utilizada na comunidade.

3.1 A SÓCIO-HISTÓRIA DE FEIRA DE SANTANA

Neste semiárido, a comunidade de fala analisada situa-se no interior do estado da Bahia, nordeste do Brasil, localizada numa zona de transição entre o Recôncavo Baiano e o semiárido, precisamente no agreste baiano¹³, a 108 km da capital, Salvador, habitado por 615.528 habitantes¹⁴, sendo um município com características de cidade desenvolvida, repartida em bairros, na sua sede, e oito distritos.¹⁵ Localizada em um dos principais pontos de acesso de entroncamentos das rodovias do norte–nordeste do País, Feira de Santana é uma

¹³ Embora seja conhecida por “Princesa do Sertão”, alcunha conferida por Ruy Barbosa, quando de sua visita à cidade no ano de 1919.

¹⁴ Fonte: CENSO do IBGE (2015).

¹⁵ Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (antigamente, denominado Ipuacu), Humildes, Jaquara, Jaíba, Maria Quitéria (antigamente, São José das Itapororocas), Matinha e Tiquaruçu. (Fonte: IBGE (2015) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Diretoria de Pesquisas – DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS).

cidade de fácil entrada, tendo encontro entre Norte e Sul, através das BR's 116 e 324, conforme mostra a imagem:

Figura 1: Representação espacial do município baiano de Feira de Santana, com o encontro das BR's 116 e 324



Fonte: Feira de Santana-Ba, Brasil. Disponível em: <http://maps.google.com/>; Acesso em: 06 de jul de 2015.

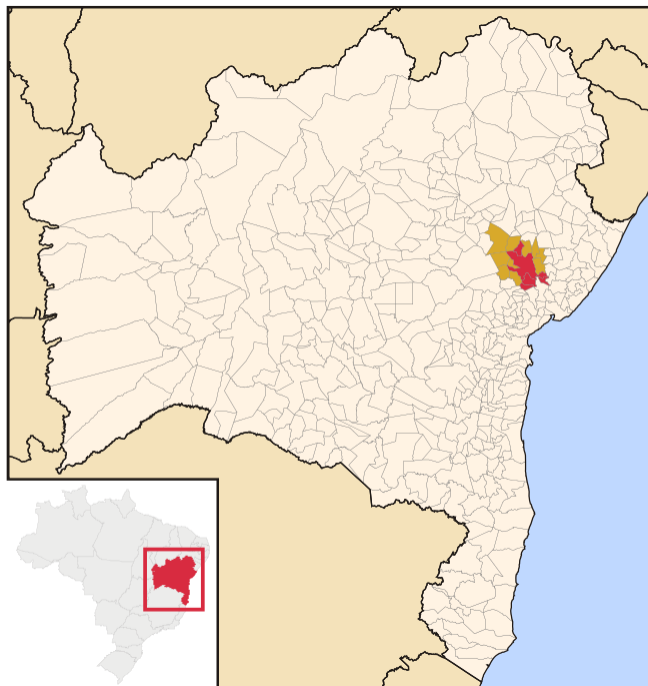
A expressão “*Todos os caminhos levam a Feira de Santana*”, título da música de Carlos Pitta, compositor feirense expõe a realidade, geograficamente marcada pelas suas “encruzilhadas e começo de estradas”, com a qual o município baiano sempre conviveu. Aqui, assume-se a expressão para denotar, além da realidade geográfica da comunidade de fala, as possíveis implicações linguísticas que marcam o português falado em Feira de Santana, através desses fluxos migratórios, entrada e saídas de novos e diferentes povos.

Sobre as afinidades econômicas, todas as cidades que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS)¹⁶ possuem estreita relação comercial com a

¹⁶ A Região Metropolitana de Feira de Santana engloba seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Tanquinho, São Gonçalo e Feira de Santana, atingindo uma população total de 672.701 habitantes. Após a segunda fase de incorporação da RMFS, incluir-se-ão as cidades de Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe (Fonte: IBGE (2015) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Diretoria de Pesquisas – DPE . Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS). Disponível em:

cidade, além de frequentarem a cidade em busca de serviços de saúde, educação, lazer, dentre outros especializados. À respeito da localização do município na Região Metropolitana, tem-se a ilustração abaixo. Os municípios atualmente incorporados à Região Metropolitana de Feira de Santana estão representados em cor vermelha, e os municípios a serem anexados na próxima rodada de expansão estão em cor laranja:

Figura 2: Localização da Região Metropolitana de Feira de Santana.



Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_Santana;

Acesso em: 28. dez. 2015.

Ainda sobre as questões relacionadas à geografia do lugar, Feira de Santana possui espaçamento bipolarizado estando a meio caminho, entre o recôncavo e o sertão, funcionando como um portal para a região semiárida. Segundo Araújo (2014, p. 127), esta realidade geográfica pode subsidiar questões de natureza linguística, significando, assim, as especificidades dos falares do interior e litoral. Nesta visão, os termos apontados por Silva Neto (1950 [1986]) são coadunados quando, ao tratar do período de formação do PB, traçou uma distinção entre a língua da costa e a do interior; distinção válida, considerando-se a situação bipolarizada do seu contexto de formação.

3.1.1 Ocupação e povoamento do município feirense

Pouco se sabe da “Pré-história” de Feira de Santana. A região ficou desabitada por europeus até o século XVII. Além disso, havia, também, umas estradas de terra ligando o litoral do sertão nos primórdios da colonização portuguesa. Em 1645, o sesmeiro João Peixoto Veiga funda a Vila de São José dos Itapororocas. A *urbe* original foi o Morgado dos Peixoto Veiga, na sede da paróquia. No século XVII foram fundadas duas vilas: São Vicente e a sede do distrito de Humildes. Em 1820, aproximadamente, um casal de portugueses funda uma fazenda que mais tarde dá origem a cidade.¹⁷

Feira de Santana por muitos anos serviu de repouso para vaqueiros e boiadeiros vindos de todas as regiões do País. No início do século XX, mesmo com a seca, o município passou a ser mais procurado por questões que envolviam a promoção econômica da região. A cidade já possuía ligações com as localidades circunvizinhas através de estradas carroçáveis, porém, em 1876, inaugura-se uma ferrovia, estabelecendo ligação entre Feira de Santana e Cachoeira, cidade do Recôncavo baiano.

Em 1950, passou a existir grande fluxo migratório de pessoas das zonas rurais, vindas dos mais diferentes estados do Nordeste, bem como de cidades próximas ao município, motivados pela rápida expansão industrial, na tentativa de melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Neste cenário, entram em contato diversas variedades rurais e urbanas do português que contribuíram para a formação da variedade linguística utilizada pelos falantes da comunidade.

Sobre a crescente expansão da população feirense entre as décadas de 1950 a 1996, abaixo se faz uma exposição dos dados do IBGE, CENSO 1996, a fim de relacionar a história do município com os dados estatísticos do início da década de cinquenta, conforme demonstra a tabela que segue:

¹⁷ Fonte: IBGE; Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291080>; Acesso em: 28. dez. 2015.

Figura 3: Feira de Santana, evolução da população de 1950 a 1996.

| ANOS | POPULAÇÃO | | % | POPULAÇÃO | |
|------|-----------|---------|-------|-----------|-------|
| | TOTAL | URBANA | | RURAL | % |
| 1950 | 107.205 | 34.277 | 31.97 | 72.928 | 68.03 |
| 1969 | 141.757 | 69.884 | 49.30 | 71.873 | 50.70 |
| 1970 | 190.076 | 134.263 | 70.63 | 55.813 | 29.37 |
| 1980 | 291.504 | 233.905 | 80.98 | 57.599 | 19.76 |
| 1991 | 405.848 | 348.973 | 85.98 | 56.875 | 14.02 |
| 1996 | 450.487 | 393.943 | 87.45 | 56.544 | 12.55 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico – Bahia, 1950 e 1991. Contagem de população – 1996 (extraído de Freitas).

Fonte: Almeida (2005, p. 77).

Os dados da tabela mostram uma grande concentração da cidade na zona rural, entre 1950 e 1960. Observa-se, ainda, que a urbanização é recente, ocorrendo de maneira acelerada, visto que a concentração demográfica acontece na década de 80. Sobre estas mudanças na realidade demográfica do município, apreende-se a justificativa da expansão industrial da região, comentada:

Outro fator vai contribuir com essa acelerada na urbanização: a implantação do Centro Industrial do Subaé. Com a implantação das indústrias, a cidade continua a receber pessoas de outros municípios da região e começa a contar com um maior número de "itens" que fazem parte de um grande centro urbano, como serviços e maior influência da mídia. Esse processo acelerado de urbanização vai ter um grande impacto mesmo em sua zona rural, que passa a manter um maior contato com a cidade, fato importante para o nosso trabalho (ALMEIDA, 2005, p. 77).

As mudanças ocorridas no cenário da história de Feira de Santana, com a chegada de novos povos, aglutinado de novos falares e culturas eram tão notáveis que, os jornais e mídias que circulavam a cidade apontaram tais inovações, como se observa no fragmento retirado do texto escrito por um jornalista a um poeta da cidade:

Figura 4: Fragmento do relato sobre as mudanças ocorridas em Feira de Santana entre as décadas de 40 e 50

Meu caro Aloisio

(...) a população sofreu uma extraordinária mudança.

Há nortistas e nortistas com todos os sotaques e todas as peixeiras

Este é o alvorecer da segunda metade do século na província com o pernesticismo da capital.

(1951 – Hugo Navarro)

Fonte: Almeida (2005, p. 78).

Nota-se que as mudanças ocorriam não apenas, no âmbito demográfico, mas, também, no campo linguístico, seriam “todos os sotaques”, vindos das diferentes localidades e estados do nordeste brasileiro. Sobre este estreito contato entre os dialetos inseridos neste cenário sociolinguístico, questionam-se quais as possíveis influências sofridas pelo dialeto urbano de Feira de Santana através do contato com os dialetos rurais ou, também, o contrário, conforme o dito:

Assim, apesar de ser um médio centro urbano, penso haver em Feira de Santana uma maior integração entre campo e cidade. Na cidade propriamente dita, hipotetizo que, tanto em termos culturais como em termos lingüísticos, haveria muitos traços rurais trazidos por esses migrantes da zona rural do município e das 'pequenas cidades rurais' da região. Esses traços que não seriam mais simplesmente rurais, mas 'rurais /urbanos', (cf. Bortoni-Ricardo), pois sofreram transformações quando da integralização com o urbano (ALMEIDA, 2005, p. 80).

No decorrer dos anos, a população de Feira de Santana manteve seus números em direção crescente no que diz respeito à expansão populacional. Os dados das últimas amostras do IBGE mostram tal realidade:

Tabela 1: Evolução populacional de Feira de Santana/
Década de 90 aos dias atuais.

| ANO | NÚMERO |
|------|---------|
| 1999 | 406.447 |
| 1996 | 446.781 |
| 2000 | 480.949 |
| 2007 | 571.997 |
| 2010 | 556.642 |
| 2015 | 615.528 |

Fonte: IBGE (2015): Censo Demográfico.

Atualmente, Feira de Santana continua sendo um município de comércio ativo e cidade com forte economia local. Isso faz com que a Princesa do Sertão, ainda hoje, receba pessoas de diferentes lugares, tanto da região nordestina, como de outras regiões do Brasil.

Considerando, numa análise sociolinguística mais minuciosa, buscar-se-ão, com base nos dados da fala dos feirenses, explicações plausíveis para o fenômeno linguístico da representação variável dos pronomes-objetos. As observações partem do princípio de que o linguístico reflete o social e, assim sendo, a sócio-história da comunidade em questão vale, também, de arcabouço para as explicações linguísticas, sobretudo no que diz respeito ao contato entre os dialetos rurais e urbanos aqui chegados.

3.1.2 O contato linguístico em Feira de Santana

Lucchesi (2009) comenta que o comportamento linguístico dos falantes das classes da parte de cima da pirâmide social brasileira foi afetado pelo contato entre línguas também de forma indireta, ou seja, pelo *contato dialetal*, pois o comportamento linguístico dos falantes da norma culta brasileira não deriva de um processo de transmissão linguística irregular ocorrido no passado, mas, segundo o autor, do convívio com falantes de variedades derivadas desse processo de transmissão linguística irregular ao longo dos séculos. Nesse contexto, “pode-se pensar no convívio das crianças da classe dominante com amas de leite e escravos domésticos (...) e, no presente, esse contato se reproduz com babás e empregadas domésticas provenientes do interior do país em função do êxodo rural.” (2009, p. 455).

A respeito da sócio-história do município baiano de Feira de Santana, sabe-se que a região começa a crescer, aceleradamente, em 1950, devido à rápida expansão industrial e, especificamente, a cidade começa a receber pessoas da zona rural e de regiões do estado e de todo o nordeste. Segundo Almeida (2005, p. 76), nesse momento, “passa a existir uma grande interação entre falantes de diversas variedades rurais e urbanas do português, que formaram e estão formando a variedade linguística local”.

Sobre estudos de migração, Gonzales e Bastos (1975) comentam que o processo de migração resulta da iniciativa dos indivíduos, cuja decisão de mudança de residência de uma área socioespacial para outra é motivada pelas oportunidades econômicas. Neste caso, Silva *et al* (1989) abordam que entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX a

região de Feira de Santana era muito procurada porque estava em ascensão econômica, apesar das secas. Ainda sobre isso, Bortoni-Ricardo (2011, p. 116) diz:

De fato, a principal motivação para a migração é a busca de melhores condições de vida: trabalho estável, tratamento de saúde e escolarização para as crianças que não estão disponíveis na maior parte das áreas rurais.

Neste sentido, se faz pertinente na pesquisa em questão, a investigação da história desse contato, a fim de que se descubram as motivações externas que resultam nos processos de variação e mudança no português brasileiro e especialmente no português falado em Feira de Santana, associando estes ao *contato dialetal*.

CAPÍTULO 4 - O FENÔMENO LINGUÍSTICO

4.1 REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

O interesse por estudar o clítico dativo *lhe* advém de diversas pesquisas linguística sincrônicas e diacrônicas (ALMEIDA, 2009, 2014; LUCCHESI; MELLO, 2009; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007 dentre outros). Os autores mostram as várias representações do objeto direto e indireto, tais como, o clítico *lhe*, formas preposicionadas e formas nulas, em que a forma de clítico tem sido a menos frequente, diferindo de variedades do português não popular. Essa variação encontrada, ao mesmo tempo em cartas escritas por mãos inábeis¹⁸, também foi o que motivou a elaboração desse trabalho no qual se figure o processo de construção da vertente popular do português brasileiro (PB), em especial pela proposta apresentada por Lucchesi (1998, 2001), no que diz respeito ao processo de formação do PB como um processo bipolarizado: *vertentes cultas e populares*.

Analisa-se o *comportamento variável nas estratégias de representação do objeto direto e indireto de segunda pessoa*, tendo por foco analítico o uso dos clíticos '*lhe*' e '*te*' para *representação do objeto de referência ao interlocutor*, como, também, a utilização desses clíticos *na representação do objeto acusativo*, referenciando a segunda pessoa do singular.

4.2 ESTUDOS SOBRE O USO VARIÁVEL DO *LHE* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ALGUNS RELATOS PIONEIROS

Uma das motivações para a investigação sobre as origens do PB parte da notável disparidade entre esse e o PE, trazido para o país como língua falada pelos colonizadores, no século XVI. Considerando essa diferença entre as duas variedades da língua portuguesa, estudos de dialetólogos e especialistas, como Amaral (1920 [1976]), Marroquim (1934 [1996]) e Nascentes (1922), dentre outros, ainda que menos empíricos, já mostravam aspectos gerais sobre as peculiaridades do PB.

Ainda em décadas mais recentes, outros estudos linguísticos têm se debruçado na tentativa de buscar as raízes do PB (MATTOS E SILVA, 1998, 2001, 2002, 2008; LUCCHESI, 1998, 2003, 2009), partindo das observações sobre as suas características, do

¹⁸ Falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita; (cf. MARQUILHAS, 1996, p. 278).

ponto de vista léxico-semântico, fonético-fonológico e morfossintático, buscando explicações baseadas não apenas em questões imanentes, mas, também, em aspectos sócio-históricos subjacentes.

Respaldando-se em estudos de cunho sócio-histórico (TARALLO: 1993; GALVES: 1987, 1993; MIRA MATEUS: 2006, dentre outros) têm levantado um vasto acervo de teses que descrevem e analisam fenômenos linguísticos em diferentes variedades do português, a fim de levantar hipóteses e encontrar respostas possíveis sobre as questões que envolvem as suas origens e formação. Em especial, hipóteses que consideram o cenário de **multilinguismo** no qual se encontrou o Brasil no início da sua formação.

Neste trabalho explana-se acerca do uso variável do pronome oblíquo *lhe*, como objeto direto na fala dos feirenses, comparando, brevemente, o atual estudo com as observações pioneiras desenvolvidas no início da década de vinte, por Amadeu Amaral e Antenor Nascentes, com *O dialeto Caipira* e *O linguajar carioca*, respectivamente, como, também, os estudos sobre *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*, de Mário Marroquim, todos esses supracitados, a fim de explicar sobre as ressalvas que já se faziam indulgentes sobre o fenômeno linguístico em questão, em tempos anteriores a este.

Com base nos estudos pioneiros sobre o PB, nota-se que há uma vasta gama de fenômenos analisados em amostras sincrônicas, atualmente, que já foram apontados em estudos anteriores. A preocupação com o *linguajar* falado nas diversas regiões do país direciona uma pesquisa linguística que aflora, mais estritamente, em obras, como *O dialeto Caipira* (1920 [1976]), *O linguajar carioca* (1922) e *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco* (1934 [1996]).

Autores como Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mário Marroquim expuseram, já no início da década de vinte, alguns relatos pertinentes sobre as diferentes formas de falar o português, em diferentes regiões. As observações desenvolvidas por esses estudiosos, ainda que não fossem de cunho investigativo mais específico, como nos dias atuais, deram margem à análise e comparação das pesquisas sincrônicas, desenvolvidas sobre o que se constitui o português falado no Brasil.

Em especial, no que respeita ao pronome oblíquo *lhe*, a gramática tradicional dita regra para o seu uso como objeto indireto, correspondendo ao dativo latino. Contudo, nota-se variação no uso desse oblíquo, também, como objeto direto, referindo-se ao antigo acusativo latino. Sobre essa alternância, pesquisas sincrônicas, de cunho variacionista, desenvolvidas sobre a capital baiana e o interior da Bahia apontaram para a existência da variação, não

apenas pelos menos escolarizados, como, também, por falantes de escolaridade superior (ALMEIDA, 2009; 2014).

Sobre tal fenômeno, Amaral (1920 [1976]) faz alusão a utilização do pronome para referenciar a segunda pessoa (com quem se fala), não sendo marcado como pronome de terceira pessoa (de quem se fala), como prescreve a gramática normativa. Conforme o que diz o autor, para se referir a terceira pessoa, o “caipira” usa a expressão “*para ele*”, como complemento, em oposição à forma canônica.

Além disso, os estudos pioneiros que já falavam sobre o fenômeno linguístico em questão, Marroquim (1934 [1996]) aborda aspectos linguísticos sobre o português falado nos estados de Alagoas e Pernambuco, região do nordeste brasileiro, dentre os quais comenta, também, sobre o uso variável do *lhe* como acusativo.

A respeito do caso dos oblíquos, o autor explana sobre o desuso das formas canônicas *o, a, os, as*, para complementos verbais. Em particular o ‘*lhe*’ já era observado em sua função de complemento direto. A propósito dessa alternância, Nascentes (1922, p. 67) comenta sobre a fala dos cariocas:

Assim como os pronomes *me, te* (e também *nos, nós*) exercem as funções de objeto direto e indireto, por analogia, ‘*lhe*’ que exerce só a de indireto [**segundo a tradição da gramática normativa**], por terminar do mesmo modo que os outros, passou também a exercer a de objeto direto [**grifos meus**].

Observando o uso do oblíquo *lhe* como objeto direto e indireto, acusativo e dativo, respectivamente, Mário Marroquim comenta sobre a semelhança no uso desse pronome como complemento direto, tanto no Rio de Janeiro, como no nordeste do Brasil. A propósito da variante linguística em voga, o autor fala sobre o fator escolaridade, apontando que tal alternância de uso ocorre tanto pelos menos escolarizados, como, também, pelos de escolaridade superior. A dualidade ocorre quando os oblíquos ‘*o*’ e ‘*lhe*’ são empregados, fazendo referência para a terceira pessoa e segunda pessoa, ao mesmo tempo. Tal uso variável também é observado no português falado em Feira de Santana, conforme vem apontando os estudos desenvolvidos por Silva e Almeida (2012; 2013), já concluídos, e a dissertação, aqui referida.

4.3 OS PRONOMES SOB A PRESCRIÇÃO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

À luz da história da língua, desde a Antiguidade Clássica, já nos primeiros manuais de gramática, a definição da categoria dos pronomes era alvo de muitos equívocos, pois não era uma categoria autônoma. Na primeira gramática grega criada por Dionísio de Trácia (1715), a classe dos pronomes como categoria autônoma foi incluída dentre as demais oito classes gramaticais, a saber: *nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção*. Nesta, a categoria pronominal era definida como “a palavra que se usa em lugar do nome, revelando pessoas definidas.” Essa definição serviu também para conceituar esta categoria gramatical nas gramáticas latinas que conservou suas bases no modelo grego, conceituando-a em “em lugar do nome”.

Ainda seguindo o curso da história, porém deslocando o foco de observação para o Período Renascentista, as primeiras gramáticas da língua portuguesa continuaram a adotar uma definição de influência das gramáticas greco-latinas. Porém, dentre os renascentistas, vale destacar João de Barros que, anos mais tarde, escreveu outra gramática da língua portuguesa e concedeu à classe dos pronomes um caráter especificamente maior. O gramático renascentista destinou um capítulo inteiro para esta categorial gramatical, destacando “seus aspectos”, “da espécie”, “da figura,” “do gênero pessoa e número” e dos “casos da primeira declinação”.

Com base nestas observações prévias sobre a prescrição gramatical no que diz respeito ao tratamento da classe dos pronomes, nota-se que não somente na era Clássica e Renascentista da história da língua, mas ainda hoje nos manuais de gramática conserva-se a definição equivocada e remota que atribui aos pronomes somente o conceito de “substituição de nomes” e não atende à demanda do seu uso real na língua, já que limita os pronomes a uma aplicabilidade pouco singular que outras categorias gramaticais podem desempenhar como substitutas dos nomes em uma sentença, como os numerais, por exemplo:

- 01) Ana, Stela e Mariana fizeram toda a comida hoje. As **três** não me deixaram comer nada.
- 02) **Eu** não fazer sorvete de brigadeiro.

Na sentença (01), tem-se o vocábulo *três* como substituto dos nomes próprios, Ana, Stela e Mariana, mas não se trata de uma palavra que compõe a categoria gramatical dos pronomes. No caso (02), o *Eu* não substitui um nome, mas refere-se a um locutor.

Como exemplo, vale citar aqui o conceito apontado por Cunha e Cintra (2008, p. 289) no que diz respeito à categoria gramatical em questão:

Os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Servem, pois para representar um substantivo, para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado conservando a concepção tradicional. No primeiro caso desempenham a função de um substantivo e, por isso recebem o nome de pronomes substantivos; no segundo chamam-se pronomes adjetivos, porque modificam o substantivo, que acompanham como se fossem adjetivos.

Abaixo se tem o quadro de Cunha e Cintra (2008, p. 291) que mostra claramente a correspondência entre as formas dos pronomes no português brasileiro, segundo a gramática normativa.

Quadro 1. Pronomes pessoais do português do Brasil de acordo com a tradição gramatical

| | | Pronomes pessoais retos | Pronomes pessoais oblíquos não reflexivos (Átonos) | Pronomes pessoais oblíquos não reflexivos (Tônicos) |
|-----------------|-----------|--------------------------------|---|--|
| Singular | 1ª pessoa | Eu | Me | mim, comigo |
| | 2ª pessoa | tu | te | ti, contigo |
| | 3ª pessoa | ele, ela | o, a, lhe | ele, ela |
| Plural | 1ª pessoa | Nós | Nos | nós, conosco |
| | 2ª pessoa | vós | vos | vós, convosco |
| | 3ª pessoa | eles, elas | os, as, lhes | eles, elas |

Fonte: Cunha e Cintra (2008, p. 291).

Para a categoria dos pronomes, a tradição greco-latina deixou um legado: os pronomes são definidos partindo da pessoa do discurso. Assim, tem-se a ideia cristalizada de 1ª pessoa: a que fala; 2ª pessoa: com quem se fala; 3ª pessoa: de quem se fala. Ainda sobre a noção de 3ª pessoa, tem-se a ideia de “não-pessoa”, visto que esta não faz parte do eixo falante (eu) / ouvinte (tu).

A primeira e segunda pessoas do discurso são caracterizadas pela *unicidade*, já a terceira pessoa pode ser considerada pela *infinidade de sujeitos ou nenhum*. Diante das características e conceitos atribuídos às pessoas do discurso, ainda vale reafirmar a questão do revezamento entre estas pessoas no eixo discursivo, visto que os papéis de locutor e locutório (eu/ tu) podem sofrer alternâncias, enquanto na terceira pessoa essa relação não é possível. Segundo os gramáticos, essa relação de revezamento no discurso não ocorre com a terceira pessoa porque esta não designa nada nem ninguém, especificamente (BENVENISTE, 1971 [2005], p. 282).

O tratamento da GT em relação aos pronomes, Câmara Jr. (1970, p. 117) discorre sobre as diferenças no nível morfológico e semântico entre as três primeiras pessoas do discurso. A definição é vista pelo autor como dicotômica, porque no português brasileiro mesmo atribuindo à terceira pessoa a ideologia de não-pessoa, trata-se de um pronome que pode denotar a ideia de infinidade de sujeitos ou nenhum sujeito, mantendo concordância em gênero e número com o nome que substitui.

[...] a propriedade de substituição própria de 3ª pessoa e o fato de esta manter a concordância em gênero e número com o substantivo que substitui; de um lado, estão as formas de primeira e segunda pessoas, que indicam os participantes da interação verbal e têm formas independentes para o singular (eu, tu) e para o plural (nós, vós), além de não possuírem a categoria de gênero.

No que respeita ao sistema pronominal do português brasileiro, observando o quadro proposto, é notório a postura conservadora e tradicional da gramática normativa. E, diante da realidade do uso social da língua, percebe-se que a GT, ao apartar do padrão formas como *a gente e você*, ignora o fato de serem largamente utilizados nas variedades populares e cultas do PB.

Desta realidade sobre o sistema pronominal do PB, vários trabalhos têm sido dedicados em busca de um melhor quadro representativo dessa categoria gramatical. Contudo, ainda não se chegou a um sistema de completo mapeamento descritivo da atual situação da classe gramatical em questão. Mesmo assim, considerou-se o quadro que segue não como o mais completo, porém como o que melhor representa a realidade do uso dos pronomes no português falado no Brasil, divergindo dos padrões ditados pela canônica gramática normativa da língua portuguesa de base europeia.

Quadro 02: Distribuição dos pronomes pessoais em função de sujeito e complementos nas variedades do PB

| Pes/número | Função | | |
|--|----------------|---------------------|----------------------------------|
| | Sujeito | Objeto direto | Objeto indireto |
| 1ª sing | eu | Me/eu | a/para mim/eu, me |
| 2ª sing* | tu você | te, tu lhe, você | a/para ti/te/tu/lhe, a/para você |
| | você | você, te, lhe | a/para você, te, lhe |
| 3ª sing | ele/ela | o, ele/ ela, lhe | a/para ele/ela, lhe |
| 1ª plural | nós a gente | nos, nós a gente | a/para nós, nos para a gente |
| 2ª plural | vocês | lhes, vocês | lhes, a/para vocês |
| 3ª plural | eles (elas) | os, eles/elas, lhes | a/para eles/ elas, lhes |
| * A parte superior da célula relativa à 2ª pessoa do singular corresponde às variedades do PB que mantêm o pronome <i>tu</i> , e a parte inferior, às variedades do PB que substituíram o <i>tu</i> pelo <i>você</i> (nota do original). | | | |

Fonte: Ramos (1999, p. 9).

Há, no quadro apresentado, uma preocupação em inserir no sistema pronominal as formas inovadoras *você* e *a gente*, pelo desuso de *vós*, forma da GT; também o pronome oblíquo *lhe* como objeto direto, opondo-se à tradição gramatical que prioriza o seu uso como objeto indireto.

4.3.1 O emprego do clítico dativo *lhe* segundo a gramática normativa

Segundo a gramática tradicional (GT), os pronomes oblíquos devem ser empregados em função de objeto direto (OD) ou indireto (OI), dependendo da transitividade do verbo, sendo objeto direto para os verbos transitivos diretos e objeto indireto para os verbos de transitividade indireta. Esta regra gramatical vale para os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, sendo complementos da primeira e segunda pessoa os pronomes oblíquos *me*, *te*, *nos*, *vos*, podendo representar tanto o OD como também o OI dos verbos. Contudo, para a terceira pessoa a GT não dita dessa forma os complementos verbais, sendo especificadas as formas *o*, *a*, *os*, *as* para representar o objeto direto e *lhe*, *lhes* como formas representativas de objeto indireto.

Na tradição do latim, as categorias gramaticais eram divididas em casos e, neste contexto, a categoria que demarcava o objeto direto que conhecemos hoje em português era o *acusativo*, designado para indicar o ser afetado pela ação; e o objeto indireto era correspondente ao *dativo*, para indicar o beneficiário ou destinatário da ação. No período de transição do Latim ao Português, o sistema de ‘casos’ latinos sofreu mutação para uma sintaxe de ‘ordem’, no português.

Decorrente dessa passagem e transição de uma língua a outra, o português teve que recorrer às preposições a fim de demarcar seu objeto indireto nas sentenças, visto que os valores dos casos latinos não existiam mais. Assim, todo complemento verbal regido de preposição independentemente de indicar o ser a que se destina a ação ou em cujo proveito ou prejuízo se realiza, deve ser incluído na categoria de objeto indireto.

No tratamento do clítico pronominal ‘lhe’, especificamente, a tradição gramatical prescreve que este oblíquo deve surgir nas sentenças em posição de objeto indireto e, diante dos exemplos apontados pelas gramáticas normativas, este é um clítico de argumento selecionado. Contudo, algumas pesquisas quantitativas foram feitas em várias regiões do País (ALMEIDA, 2009; 2014; LUCAS, 2008; OLIVEIRA, 2003, dentre outras), nas quais se atestam questionamentos empíricos sobre o emprego do ‘lhe’ no português falado no Brasil.

4.3.2 O uso do *lhe* como acusativo em variedades do português falado no Brasil: examinando alguns casos

Segundo a gramática tradicional (GT), o pronome oblíquo *lhe* é apresentado sob o rótulo de pronome oblíquo de terceira pessoa, tendo a função essencial de objeto indireto, correspondente ao dativo latino (CUNHA, C.; CINTRA, L. 2008; PASCHOALE, 1989; ROCHA LIMA, 2006). Contudo, observa-se que no português falado ocorre uma alternância dessa forma para representar o objeto direto, visto que na linguagem corrente é no paradigma de terceira pessoa que os processos de mudanças estão mais avançados, destacando-se o “desuso” das formas acusativas (*a, o, as, os*) e das formas dativas (*lhe, lhes*). Ao contrário do que prescreve a tradição gramatical, o clítico *lhe* alterna-se em seu uso, entre dativo e acusativo.

O que se observa sobre o emprego do clítico ‘lhe’ em função de objeto direto é que esta função desempenhada pelo pronome em questão não se trata de uma tendência atual da

língua, os espanhóis, por exemplo, chamam *lheísmo* o emprego da forma *le* do pronome de terceira pessoa, como única no acusativo masculino singular.

Depois de estabelecer as formas regulares *lo* e *la*, para o acusativo singular, e a forma *le* para o dativo, diz Pidal, Gramática histórica española, § 94: "En el uso las funciones del dativo y acusativo aparecen bastante confundidas; el leísmo domina en Castilla, atribuyendo a *le* funciones del acusativo, masculino *lo*, y aún se extiende al plural diciendo *les* por *los*. [...] A Gramática de la lengua española por la Real Academia Española, §§ 219 e 246, admite *le* como acusativo, confirmando assim a doutrina de Pidal. (NASCENTES, 1960, p. 108).

Como se pode observar, o caso do *lhe* como acusativo no território espanhol é um caso pacífico, sendo considerado, também, pela gramática normativa. No Brasil, associamos por analogia a expressão de *lheísmo* para o emprego do oblíquo *lhe* em função de OD.

4.3.2.1 A fala de Salvador

Outra observação sobre esta variante linguística foi desenvolvido por Almeida (2009) em Salvador, pesquisa que levantou dados para o seu trabalho de dissertação de mestrado, intitulado *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*, defendido no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Neste trabalho, a autora faz a este conceito dogmático da gramática tradicional uma crítica e aponta em seus dados que esta é uma ideia tradicional questionável.

Em seu *corpus*, constituído de fala de 36 informantes, Almeida verifica um uso bastante equilibrado entre as variantes *te* e *lhe*, apontando que, em SSA, o clítico *lhe* alterna-se entre dativo e acusativo, ao contrário do que prescreve a Gramática Tradicional (2009, p. 9). A autora encontrou 251 ocorrências de *lhe* e 247 de *te*. A *faixa etária* mostrou-se um fator importante para explicar a variação *te* e *lhe*, apontando para o fato de que há na capital baiana uma mudança em curso em direção à forma *te*, mais utilizada pelos jovens, faixa I (25 a 35 anos) e conservação do *lhe* como objeto acusativo de expressão à segunda pessoa pelos informantes da faixa III (65 a 75 anos). Já o fator *sexo*, apontou um maior índice de conservação do *lhe* como objeto direto pelos homens. A autora ressalta também que se trata de um trabalho pioneiro no que concerne ao objeto de estudo e que tal assunto não foi discutido exaustivamente.

Outro trabalho de dissertação de mestrado foi defendido na Universidade Federal de Brasília, em 2008, por Lucas, intitulado *Transitividade variável em verbos monotransitivos e*

o uso inovador do lhe no Português do Brasil e buscou desenvolver seu estudo partindo da análise da sintaxe de complementação e pronominalização do PB, mas especificamente a ocorrência dos complementos preposicionados em posição de complementos acusativos. O clítico *lhe* obteve, também, neste estudo, uma dada atenção, no qual a autora apontou que “adicionalmente, demonstra-se que as mudanças no sistema pronominal do PB, pelas quais passa e se caracteriza como sistema mais referencial em detrimento de um sistema casual conduzem a que o clítico seja mapeado também como clítico acusativo” (2008, p. 12). Vale dizer que esta pesquisa contou com um aparato teórico diferente daquela, a saber, a Teoria gerativa.

Alguns estudiosos fizeram mão da ideia de “uso inovador” do clítico *lhe* como objeto acusativo contudo, Oliveira (2003) justifica o emprego do *lhe* como OD através da hipótese de recategorização. Para a autora, o desuso das formas *a, o* para representação do OD no português falado no Brasil fez com que o *lhe* dativo assumisse uma função prototípica diferenciada. Sobre este questionamento, Oliveira (2003) retoma a hipótese de Kato (1985) e diz:

[...] propõe a hipótese da distribuição harmônica entre os sistemas pronominais: se o objeto é tônico, tem-se o uso do genitivo *dele*, se o objeto é átono (*me/te*), tem-se o uso do possessivo (*meu/teu*). Podemos acrescentar: se temos o uso do possessivo *seu* (2a. pessoa), temos o uso de um pronome átono. Entretanto, o candidato mais provável, o clítico acusativo, com marcas de gênero, fere a hipótese da distribuição harmônica, pois se o pronome de 1a. pessoa (*me*) não é marcado quanto ao gênero, o pronome de 2a. pessoa também não o deve ser. Como lembra Pagotto (1993), os clíticos de 3a. pessoa diferem dos da 1a. e 2a. pessoas devido às marcas de concordância. O clítico *lhe* não apresenta distinção de gênero e, portanto, passa a ser uma opção na língua. Resta explicar de que forma o clítico *lhe* passa a marcar pessoa (2003, p. 5).

Com base nos estudos previamente apontados aqui, percebe-se que a alternância linguística entre a representação do clítico *lhe* em posição de dativo e acusativo existe no português brasileiro e tem sido alvo de diversos trabalhos científicos de cunho variacionista, sobretudo.

4.4 O COMPLEMENTO DATIVO NO PORTUGUÊS EUROPEU

Sobre as diferenças morfossintáticas entre o PB e o PE, Torres Morais e Berlinck (2007) enfatizam que essas variedades do português se distinguem, dentre outros fenômenos,

no que diz respeito à realização do objeto indireto. As autoras observaram que, no PB, tem ocorrido a perda gradativa do clítico de 3ª pessoa *lhe* que é substituído pela forma *a ele/ela*. Observam-se também a troca da preposição *a* pela preposição *para* ou *de* e o uso do *lhe* como acusativo, o que não ocorre no PE.

No PE, o complemento dativo é regido pela preposição “a” e há ainda o redobro do objeto indireto, fato não comum no PB. Um fenômeno linguístico que tem levantado interesse por parte dos estudiosos é justamente essa construção de objeto duplo, também denominado de “alternância dativa”, que desempenha como papel principal um efeito semântico de “reforço” da ideia apresentada pelo verbo:

(1) O José deu-**lhe** o doce **a ela**. (exemplo de Moraes e Berlinck, 2007, p. 79).

Ainda segundo Torres Moraes e Berlinck (2006), o complemento dativo é regido pela preposição *a*, que funciona como um marcador de dativo e não como uma verdadeira preposição, tendo assim o mesmo estatuto morfológico dos pronomes clíticos de 3ª pessoa e por ser a preposição *a* um marcador de dativo, implica no redobro obrigatório com os pronomes fortes, como o *lhe*, na gramática do PE atual. No PB, a preposição *a* deixa de ser ambígua ao passo que os clíticos *lhe/lhes* vão deixando de ser usados para se referir à 3ª pessoa, o que faz com que o fenômeno da alternância dativa desapareça do PB.

Porém Lucchesi *et al.* (2009) localizou ocorrência da construção do objeto duplo no português popular brasileiro falado em comunidades rurais de afro-descendentes:

(1) Eu dei **o remédio aos meninos**. (exemplo de Lucchesi *et al.*, 2009, p. 427).

(2) Eu dei **os menino o remédio**. (exemplo de Lucchesi *et al.*, 2009, p. 427).

O exemplo em (1) consiste em variante padrão no PB, sendo a única opção estrutural nas línguas românicas. Já o exemplo em (2) só é encontrada em variedade popular PB na região do Estado da Bahia e na zona da Mata Mineira. De acordo com o autor, a ocorrência da construção do objeto duplo no português popular brasileiro é uma inovação, uma vez que se configura como um processo de gramaticalização “de uma estrutura original no universo do desenvolvimento histórico da língua portuguesa”. Lucchesi afirma, ainda, que o redobro do objeto indireto no PB tem forte influência do contato que este teve com as línguas indígenas,

quem sabe com as africanas devido ao fato de que esse fenômeno linguístico pode ser percebido, em geral, entre as línguas crioulas.

4.5 ALGUMAS QUESTÕES CENTRAIS DA PESQUISA

A investigação no atual trabalho respalda-se em algumas questões centrais, sendo essas:

i) o português falado no município de Feira de Santana é representado em dois pólos distintos, dos quais divergem normas *cultas* e *populares*. Tal divergência é perceptível no português falado na comunidade linguística em questão para representação dos clíticos *te* e *lhe* como formas de referência ao interlocutor?

ii) O contexto de migração, atuante no município até os dias atuais, interfere na fala feirense no que respeita à variação dos pronomes oblíquos, mais especificamente o clítico *lhe*, para a representação do *objeto direto*?

4.5.1 Objetivo geral

Nesta pesquisa objetivou-se desenvolver um estudo sobre a representação do objeto direto e indireto para referenciar a segunda pessoa do singular, mais propriamente, descrever o comportamento sintático do clítico '*lhe*' como acusativo na vertente *popular* e *culta* feirense, traçando um paralelo com estudos já desenvolvidos sobre o fenômeno em questão, ampliando dados que possam contribuir para o perfil da realidade sociolinguística da região na qual se encontra Feira de Santana, valendo-se da Teoria Sociolinguística.

4.5.2 Objetivos específicos

i) Buscar e determinar evidências sociais que influenciam na variação para representação das formas de objeto de referência à segunda pessoa do singular, na fala de Feira de Santana;

ii) Fazer um estudo comparativo com outros realizados sobre o mesmo fenômeno em variedades do PB.

2ª PARTE

Fundamentos metodológicos: materiais e método para análise dos dados

CAPÍTULO 5 - FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são comentados os materiais e método utilizados para a realização da análise dos dados. Deste modo, para efeito do estudo, foram coletados os dados a partir de observações recorrentes ao conjunto de procedimentos com base nas predições da *Sociolinguística Variacionista* -- teoria que embasa toda a pesquisa.

Como mencionado no primeiro capítulo, a Sociolinguística é uma teoria de base experimental, específica para o estudo de fenômenos linguísticos em variação ou mudança, relacionando-os às questões culturais e sociais. Tal modelo teórico permite-nos relacionar os resultados obtidos à comunidade estudada, visto que se fundamenta em dados coletados de grupos de indivíduos representativos da comunidade, permitindo-nos “[...] apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística” (GUY E ZILLES, 2007, p. 73), agregando à análise quantitativa um estudo qualitativo prévio.

A seguir, há uma descrição mais detalhada sobre os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento dos dados e análise das formas de representação do objeto direto e indireto de referência a segunda pessoa do singular, no português falado em Feira de Santana.

5.1 O CORPUS

Para a efetivação da análise foram coletadas 60 entrevistas, sendo 36 de fala espontânea e 24 diretamente dirigidas aos informantes. As entrevistas de fala espontânea constituem parte do banco de dados do projeto de pesquisa *A língua portuguesa falada no semiárido baiano*¹⁹ (Fase: 3)²⁰, composto por um total de 72 amostras de fala espontâneas. A outra parte do *corpus* foi composta após o exame de qualificação desta dissertação,

¹⁹ Projeto inicialmente coordenado pelas professoras Dr^a Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide Carneiro.

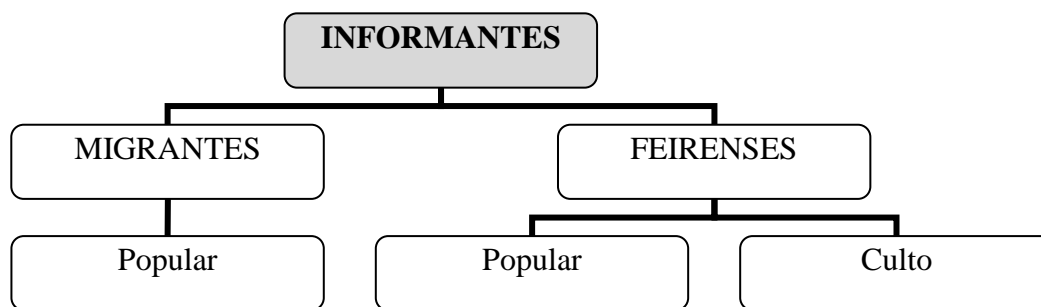
²⁰ O projeto volta-se, na fase 3, para a comunidade urbana de Feira de Santana. Nessa fase, havia subprojetos coordenados pelas professoras Silvana Araújo e Eliana Teixeira, além das duas coordenadoras citadas na nota 19.

sugerido pela banca examinadora, diante dos poucos dados apresentados, até aquele momento²¹.

5.1.1 A escolha dos falantes

A comunidade baiana em estudo – Feira de Santana -- foi escolhida com base no conhecimento precedente sobre o uso variável na representação do objeto de referência à segunda pessoa do singular. Desde os nossos estudos de I.C, na graduação em Letras, já era evidente a alternância do clítico *lhe* como objeto acusativo para a segunda pessoa do singular (SILVA E ALMEIDA, 2012, 2013). Tais estudos prévios despertaram o interesse à investigação do uso variável, não apenas desse clítico específico, mas, também, para outras formas estratégicas utilizadas pelo falante feirense, para referenciar o objeto acusativo e dativo de segunda pessoa. Dada a natureza do trabalho, interessa-nos explicitar a composição de uma amostra heterogênea,²² conforme pressupõe a Teoria aqui utilizada, amparando-nos nos critérios apresentados no esquema da **figura 05**:

Figura 05: Critérios de composição da amostra / tipos de informantes



Fonte: Elaborado pela autora.

A amostra foi composta por dois grupos: *migrantes* e *feirenses*. Os informantes migrantes foram considerados na amostra a fim de observarmos o fenômeno linguístico em questão, relacionando-o ao *contato dialetal*. Além disso, para cada grupo foi considerado um número relevante de informantes, conforme exposto no **quadro 03**:

²¹ Para o exame de qualificação foi apresentado o total de 101 dados, observados em 24 entrevistas de fala espontânea. A banca examinadora sugeriu a coleta de mais 24 entrevistas, diretamente dirigidas aos informantes. A atual versão apresenta 60 entrevistas, compreendendo a soma das 36 entrevistas de fala espontânea com as 24 entrevistas, diretamente dirigidas.

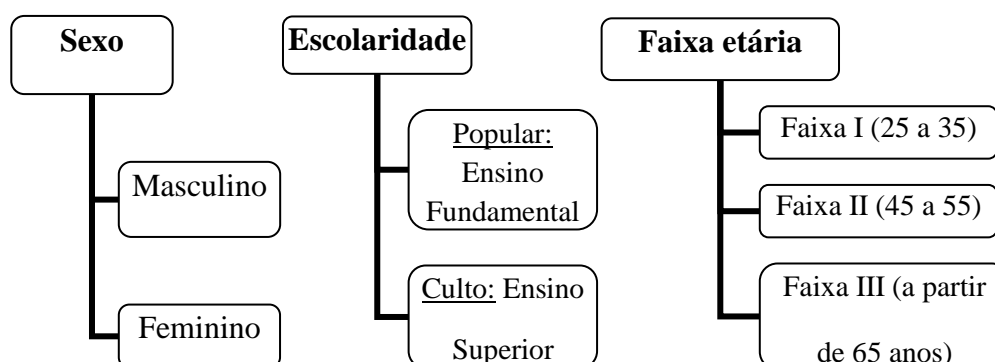
²² A noção adotada para distinguir os informantes feirenses em *popular* e *culto* encontra-se em discussão neste capítulo, nas subseções **5.4.3.1** e **5.4.3.2**.

Quadro 03: Composição da amostra / Número geral por tipos de informante

| INFORMANTES | NÚMERO |
|------------------|-------------------------------|
| Migrantes | 12 Popular (Fala espontânea) |
| Feirenses | 12 Popular (Fala espontânea) |
| | 12 Culto (Fala espontânea) |
| | 12 Popular (Fala direcionada) |
| | 12 Culto (Fala direcionada) |
| TOTAL | 60 entrevistas |

Fonte: Elaborado pela autora.

Selecionados os informantes em grupos distintos, a saber: *migrantes* e *feirenses*, o *corpus* foi estratificado com base na natureza do trabalho aqui apresentado, interessando-nos compor uma amostra de natureza heterogênea, partindo da proposta apresentada pelos critérios abaixo:

Figura 06: Esquema de estratificação da amostra

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Almeida (2014).

O esquema apresentado acima foi montado observando, além dos critérios da Teoria na qual se fundamenta o trabalho – Sociolinguística variacionista, questões que revelassem marcas sociolinguísticas de outros grupos:

- i) Os indivíduos do grupo *feirense* deveriam ser nascidos da comunidade;

- ii) Os pais dos indivíduos *feirenses* deveriam ser, preferencialmente, oriundos de Feira de Santana;
- iii) Os informantes do grupo *migrantes* deveriam informar a localidade da qual era nativo.
- iv) Quanto à escolaridade, os informantes com nível fundamental/*popular* deveriam ter cursado até, no mínimo, o sétimo ano (antiga 6ª série) e os de nível superior que não tivessem formação em Letras, preferencialmente.
- v) Os grupos etários tiveram intervalo de dez anos, a fim de melhor caracterização dos informantes por cada grupo.

Apropriando-nos dos fatores extralinguísticos acima, a amostragem de Feira de Santana foi montada por um total de 60 entrevistas, composta por quatro indivíduos para cada célula. O quadro a seguir apresenta um resumo das informações gerais sobre os informantes da primeira etapa da pesquisa.

Quadro 04: Informações gerais dos informantes *feirenses* / *popular* (fala espontânea)

| Informante | Idade | Sexo | Escolaridade | Profissão |
|-------------------|--------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 01-C. A. | 26 anos | Masculino | 5ª série EF | Pedreiro |
| 02-P. M da C. | 26-33 anos | Masculino | 4ª série EF | Não trabalha |
| 03-L. C do C. | 31 anos | Feminino | 5ª série EF | Não trabalha |
| 04-I. | 33 anos | Feminino | 5ª série EF | Diarista |
| 05-J. P. da S. | 44-45 anos | Masculino | 5ª série EF | Pintor |
| 06-F. A. do C. | 50 anos | Masculino | 2ª série EF | Entregador/ recibos |
| 07-M. M | 50 anos | Feminino | 2ª série EF | Comerciante |
| 08-R. S. | 54 anos | Feminino | 4ª série EF | Doméstica |
| 09-F. O. do C. | 70 anos | Feminino | 3ª série EF | Não trabalha |
| 10-I. | 72 anos | Masculino | 4ª série EF | Pedreiro |
| 11-J. | 76 anos | Feminino | 3ª série EF | Merendeira |
| 12 -B. | 80 anos | Masculino | Analfabeto | Pedreiro |

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 05: Informações gerais dos informantes *feirenses / culto* (fala espontânea)

| Informante | Idade | Sexo | Escolaridade | Profissão |
|--------------------|---------|-----------|--------------|--------------------|
| 01- C. A. A. L | 25 anos | Masculino | Superior | Professor/História |
| 02- P. | 26 anos | Feminino | Superior | Enfermeira |
| 03- T. | 30 anos | Feminino | Superior | Administradora |
| 04- W. | 33 anos | Masculino | Superior | Contador |
| 05- H. | 42 anos | Feminino | Superior | Mestre em Desenho |
| 06- E. R. S. | 48 anos | Feminino | Superior | Letras |
| 07- R. S. A | 49 anos | Feminino | Superior | Letras |
| 08- J. C. P. de S. | 56 anos | Masculino | Superior | Professor/Química |
| 09- F. | 60 anos | Feminino | Superior | Pedagoga |
| 10- Soc. | 62 anos | Feminino | Superior | Jornalista |
| 11- S. | 69 anos | Masculino | Superior | Contador |
| 12- J. | 72 anos | Masculino | Superior | Arquiteto |

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre os informantes *migrantes*, o quadro a seguir apresenta as informações gerais que foram consideradas importantes para a pesquisa, como a localidade de origem de cada indivíduo.

Quadro 06: Informações gerais dos informantes *migrantes / popular* (fala espontânea)

| Informante | Idade | Sexo | Escolaridade | Localidade |
|------------------|---------|-----------|---------------|------------------------|
| 01- J. O. da P. | 23 anos | Feminino | Não informada | Bonfim de Feira/BA |
| 02- D. Dos S. A. | 26 anos | Feminino | 5ª série EF | Pé de Serra/ BA |
| 03- A. A. G. | 21 anos | Masculino | Não informada | Alagoinha/ PE |
| 04- F. F. Dos S. | 30 anos | Masculino | Não informada | Povoado de Milagres/BA |
| 05- M. R. S. | 46 anos | Feminino | 2ª série EF | Serra Preta / BA |
| 06- R. da R. E. | 47 anos | Masculino | 6ª série EF | Tanquinho/ BA |
| 07- R. S. C. | 49 anos | Masculino | 5ª série EF | Riachão do Jacuípe/ BA |
| 08- O. S. R. | 55 anos | Feminino | 4ª série EF | Santa Bárbara |
| 09- F. B. L. | 65 anos | Feminino | 3ª série EF | Campina Grande/ BA |
| 10- M. A. | 68 anos | Masculino | Analfabeto | Serrinha/ BA |

| | | | | |
|--------------|---------|-----------|-------------|--------------|
| 11-M. D. | 75 anos | Feminino | 4ª série EF | Jaguaraí/ BA |
| 12 -D. D. S. | 84 anos | Masculino | 4ª série EF | Serrinha/ BA |

Fonte: Elaborado pela autora.

Como fora dito anteriormente, a primeira parte da pesquisa foi constituída com dados de fala espontânea, pertencentes ao projeto de pesquisa *A língua portuguesa falada no semiárido baiano (Fase 3)*, (Cf. seção 5.1 desta dissertação). Os informantes que compuseram esta primeira etapa do trabalho são os expostos nos três quadros acima (cf. quadros 04, 05 e 06). As informações gerais sobre os informantes que correspondem aos dados coletados por um inquérito de fala dirigida, segunda etapa do trabalho, seguem nos quadros 07 e 08:

Quadro 07: Informações gerais dos informantes *feirenses / popular* (fala dirigida)

| Informante | Idade | Sexo | Escolaridade | Profissão |
|-----------------|---------|-----------|--------------|-----------------|
| 01-T. A. R. | 25 anos | Feminino | 5ª série EF | Vendedora |
| 02-R. da S. C | 35 anos | Masculino | 4ª série EF | Serviços Gerais |
| 03-K. T. | 35 anos | Feminino | 4ª série EF | Serviços Gerais |
| 04-M. A. | 32 anos | Masculino | 2ª série EF | Vendedor |
| 05-S. T. | 45 anos | Feminino | 2ª série EF | Diarista |
| 06-N. A. | 48 anos | Feminino | 3ª série EF | Diarista |
| 07-I. D. de O. | 51 anos | Masculino | 5ª série EF | Pedreiro |
| 08-A. C. | 55 anos | Masculino | 4ª série EF | Vendedor |
| 09-C. dos S. S. | 65 anos | Feminino | 2ª série EF | Serviços Gerais |
| 10-F. B. de S. | 65 anos | Masculino | Analfabeto | Pedreiro |
| 11-A. S. M. | 75 anos | Feminino | 4ª série EF | Doméstica |
| 12 -M. L. | 67 anos | Masculino | 3ª série EF | Vendedor |

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 08: Informações gerais dos informantes *feirenses / culto* (fala dirigida)

| Informante | Idade | Sexo | Escolaridade | Profissão |
|----------------|---------|-----------|--------------|------------------|
| 01-J. de O. S. | 26 anos | Masculino | Superior | Profº Matemática |
| 02-M. A. | 27 anos | Feminino | Superior | Administradora |
| 03-M. C. O | 31 anos | Feminino | Superior | Profª português |
| 04-R. A. V. | 33 anos | Masculino | Superior | Eng. Computação |

| | | | | |
|-------------------|---------|-----------|----------|------------------------------|
| 05-C. N. da S. | 45 anos | Feminino | Superior | Pedagoga |
| 06-C. S. F. M. | 47 anos | Feminino | Superior | Contador |
| 07-M. S. C. | 48 anos | Masculino | Superior | Eng. Civil |
| 08-V. B. de A. | 45 anos | Masculino | Superior | Dentista |
| 09-O. B. dos R. N | 65 anos | Masculino | Superior | Administrador |
| 10-M. A. | 68 anos | Masculino | Superior | Enfermeiro |
| 11-E. P. | 69 anos | Feminino | Superior | Prof ^a aposentada |
| 12 –S. P. | 69 anos | Feminino | Superior | Jornalista |

Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.2 A escolha dos dados

A obtenção do material linguístico deste estudo partiu de entrevistas espontâneas, em situação natural de comunicação, propiciando o uso do vernáculo. Os assuntos foram norteados por técnicas que, mesmo de interações livres/ conversas, geralmente perguntas, tiveram por temática o contexto histórico-cultural²³ do município de Feira de Santana, valendo-se do conhecimento dos informantes sobre tais tópicos. Contudo, tal técnica de pesquisa não viabilizou uma coleta considerável de dados para a investigação do fenômeno linguístico em variação, sendo necessária uma segunda etapa para gravação de outras entrevistas, complementando os dados.

O tipo de inquérito²⁴ utilizado na segunda etapa da coleta dos dados foi empregado a fim de captar o fenômeno específico, dificilmente produzido pelo falante – a representação dos objetos, referenciando a segunda pessoa do singular. Deste modo, constavam perguntas sempre terminadas com verbos transitivos, de referência à primeira pessoa do singular. Durante a realização das entrevistas, o documentador²⁵ adotou algumas medidas como garantia de obtenção de dados confiáveis e de diminuir, na medida do possível, o desconforto ocasionado durante a abordagem ao informante, a saber:

²³ Tais entrevistas foram gravadas por alunos da graduação em Letras, bolsistas de I.C e professores, pesquisadores do Projeto NELP/UEFS.

²⁴ O modelo do inquérito encontra-se em anexo.

²⁵ As entrevistas realizadas na segunda etapa da pesquisa foram gravadas e transcritas pela própria autora do trabalho.

- i. O documentador não deveria se apresentar como membro da Universidade²⁶, a fim de evitar o monitoramento excessivo da fala;
- ii. Não informar sobre o fenômeno específico observado na pesquisa para não comprometer os resultados;
- iii. Os informantes eram comunicados sobre a gravação de sua fala, solicitando sua autorização²⁷ para uso expresso.
- iv. No primeiro momento de gravação das entrevistas dirigidas, os informantes responderam ao questionário social.²⁸

As duas etapas da coleta não foram realizadas com os mesmos informantes, visto que as de fala espontânea (primeira etapa) foram realizadas há quase três anos, aproximadamente. As entrevistas dirigidas (segunda etapa) realizadas, por sua vez, após o andamento do estudo, foram gravadas há menos de um ano²⁹. As entrevistas da primeira etapa foram realizadas com tempo médio de duração de 45 minutos. Já a segunda etapa, sendo um inquérito dirigido a cada informante, realizado com o tempo médio de duração de 20 minutos. Em sùmula, ao término de cada gravação, observou-se a qualidade sonora das mesmas para melhor uso ao objetivo da pesquisa.

5.2 A VARIÁVEL DEPENDENTE

Com base na observação prévia sobre o português falado em Feira de Santana notou-se que existem em tal comunidade, formas estratégicas distintas para a representação do objeto acusativo e dativo de referência a segunda pessoa do singular competindo, para representação do objeto direto, as formas acusativas: *o/a, te, lhe, você e objeto nulo*; e para a representação do objeto indireto, as formas dativas: *te, lhe, para você e objeto nulo*. Deste modo, têm-se nove alternâncias para as formas objetivas de referência ao interlocutor, conforme exemplificado abaixo:

²⁶ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

²⁷ O modelo da autorização encontra-se em anexo.

²⁸ O modelo do questionário social encontra-se em anexo.

²⁹ Os primeiros inquéritos foram gravados em setembro de 2015, após o exame de qualificação.

5.2.1 Para representação do acusativo

1. clítico *o/a* (Variante padrão)

(01) *Eu o conheci antes de...* (AFS, J. 72 anos, masc.)
2. clítico *te* (Variante padrão)

(02) *Não... Eu não te vi.* (AFSM, K. T. 35 anos, fem.)
3. clítico *lhe* (Variante não - padrão)

(03) *Eu lhe pego às sete horas.* (AFSM, T. A. R. 25 anos, fem.).
4. forma tônica *você* (Variante não - padrão)

(04) *Eu vi você.* (AFSM, R. da S. C. 35 anos, masc.).
5. forma de *objeto nulo* (Variante não - padrão)

(05) *Eu tenho Ø.* (AFSM, R. A. V. 33 anos, masc.).

5.2.2 Para representação do dativo

1. clítico *te* (Variante padrão)

(06) *Eu te daria um perfume.* (AFSM, K. T. 35 anos, fem.).
2. clítico *lhe* (Variante não - padrão)

(07) *Eu posso lhe dar uma fruta.* (AFSM, M. A. 32 anos, masc.).
3. forma preposicionada *para você*

(08) *Daria um presente para você.* (AFSM, F. B. de O. 65 anos, masc.).
4. forma de *objeto nulo*

(09) [...] *eu vou dar um doce Ø* [...] (AFS, L. C do C. 31 anos, fem.)

Motivado em tais observações, este trabalho empenhou-se em investigar a alternância de uso na *representação do objeto dativo e acusativo de referência à segunda pessoa*, explorando o objeto de estudo em dois esquemas de análise:

- a. O uso variável dos clíticos *te* e *lhe* para referenciar o interlocutor;

- b. O uso variável dos clíticos *te* e *lhe* como objeto direto de referência à segunda pessoa do singular.

Como exposto, as estratégias para representação das formas objetivas de segunda pessoa são várias. A fim de tornar possível a efetivação das etapas previstas no programa *GoldVarb X*, foram montados dois esquemas binários com as variáveis mais frequentemente usadas na comunidade. Os tópicos que seguem demonstram as variáveis dependentes com suas respectivas variantes e as ocorrências que as exemplifica.

i) A alternância entre *te* e *lhe* para a representação do objeto de referência ao interlocutor

- a. clítico *lhe*

(09) *Sim, tem várias pessoas **lhe** olhando.* (AFSM, M. S. C. 48 anos, masc.).

- b. clítico *te*

(10) *Não **te** entendo, não falo chinês.* (AFSM, M. A. 32 anos, masc.).

ii) A alternância de *lhe* como OD e OI de referência à segunda pessoa do singular

- c. acusativo

(11) *Não, eu não **lhe** vi.* (AFSM, T. A. R. 25 anos, fem.).

- d. dativo

(12) *Eu tenho uma fruta, por isso **lhe** daria.* (AFSM, S. P. 69 anos, fem.).

5.3 GRUPOS DE FATORES CONDICIONANTES

Neste momento do trabalho, listaremos os grupos de fatores de natureza linguística e extralinguística que podem interferir no comportamento das variáveis em estudo. Partindo das predições da Sociolinguística Variacionista tais grupos foram considerados na amostra de *tempo aparente* e avaliados sob o esquema que segue com as hipóteses que motivaram a escolha.

5.3.1 Os grupos de fatores linguísticos

5.3.1.1 Preenchimento do sujeito

No que diz respeito à realização do sujeito no PB, as discussões traçadas por Duarte (2012), dentre outros resultados de pesquisas sincrônicas que se seguiram, apresentaram evidências de um processo de mudança em progresso para o uso preferencial por sujeitos pronominais expressos (DUARTE, 2012, p. 21). A autora parte da hipótese de que a redução no paradigma verbal do PB, após mudanças ocorridas no sistema pronominal, com a introdução de pronomes, como *você*, da neutralização entre esse e o pronome *tu*, além da competição da expressão *a gente* com o pronome padrão *nós*, constituiu a perda do sujeito nulo como opção natural no sistema. Sobre isso, os resultados apresentados com base em uma amostra de peças de teatro escritas em séculos passados, no Rio de Janeiro, atestam para o fato de que:

Ao longo dos três primeiros períodos, relativos à primeira e à segunda metades do século XIX e ao primeiro quartel do século XX, respectivamente, observamos um comportamento prototípico de língua de sujeito nulo do grupo românico: o sujeito expresso é a forma “marcada” em termos de frequência (DUARTE, 2012, p. 23).

Ao longo da história, após a inserção do pronome *você*, em alternância ao uso do pronome *tu*, já era notável a mudança na forma de referenciar a 2ª pessoa do singular, conforme o dito:

A partir **do período que** representa peças escritas nos anos 1930 por autor muito popular e muito produtivo, Armando Gonzaga, igualmente ambientadas no Rio de Janeiro e focalizando a classe média carioca, o pronome *tu* deixa de ser usado, sendo substituído por *você*. A consequência é um aumento expressivo no índice de sujeitos de 2ª pessoa plenos, passando de 31% a 75% e se mantendo perto de 80% até **o período relativo** à década de 1990 (DUARTE, 2012, p. 23 [**grifos meus**]).

Partindo desses estudos anteriores, busca-se investigar se há alguma interferência na realização das formas objetivas relacionando-as ao preenchimento ou não-preenchimento do sujeito no sintagma. Sobre esse tópico, a hipótese que se faz pertinente parte da noção de que as mudanças ocorridas no sistema pronominal acarretaram outras mudanças sobre a realização

do objeto para referenciar o interlocutor, havendo o uso preferencial por algumas formas, dependendo da realização do sujeito.

a. Sujeito preenchido

(13) ***Eu** te conheci aqui.* (AFSM, K. T. 35 anos, fem.).

(14) *Sim, **alguém** pode lhe socorrer.* (AFSM, T. A. R. 25 anos, fem.).

(15) [...] ***o cansaço da semana** lhe prendeu.* (AFSM, M. A. 32 anos, masc.).

b. Sujeito não-preenchido

(16) *Ø Não **te** vi.* (AFSM, V. B. de A. 45 anos, fem.).

(17) *Ø Lhe elogiaram porque gostaram do seu jeito de ser.* (AFSM, T. A. R. 25 anos, fem.).

5.3.1.2 Tempo e modo verbais

Essa variável se fez pertinente para cotejarmos o interesse e escolha dos falantes por determinados *modos* e *tempos* verbais relacionados ao preenchimento do objeto de referência ao interlocutor. Além dos tempos, as formas nominais consideradas foram o indicativo e o subjuntivo, visto que o contexto no qual as entrevistas foram feitas, o documentador direcionava a ‘conversa/entrevista’, partindo de sentenças estruturadas em primeira pessoa do singular, não sendo possível, nesse caso, o uso do modo imperativo para a 1ª pessoa do discurso. Assim, o modo utilizado foi o que melhor representou a semântica das orações, conduzidas por situações de certeza (modo indicativo). Nas ocorrências de locuções verbais foram considerados os verbos principais. As formas verbais consideradas na amostra foram:

a. Presente do indicativo

(18) [...] *só eu mesmo lhe **olho**.* (AFSM, A. S. M. 75 anos, fem.).

(19) *Te **convido**.* (AFSM, V. B. de A. 45 anos, fem.).

b. Pretérito perfeito do indicativo

(20) *Te **elogiaram** porque você é uma pessoa do bem.* (AFSM, V. B. de A. 45 anos, fem.).

(21) *Lhe Conheci aqui.* (AFSN, V. B. de A. 45 anos, fem.).

c. Pretérito imperfeito do indicativo

(22) *Não vi quem lhe seguia.* (AFSM, C. S. F. M. 47 anos, fem.).

(23) *Eu te **pedia**... eu queria um abraço.* (AFSM, S. T. 45 anos, fem.).

d. Futuro perifrástico

(24) [...] *ninguém vai te escutar.* (AFSM, V. B. de A. 45 anos, fem.).

(25) *Eu vou lhe convidar?* (AFSM, M. C. O. 31 anos, fem.).

e. Futuro do pretérito

(26) *Eu não te **daria**.* (AFSM, M. C. O. 31 anos, fem.).

(27) *Eu lhe **pediria** para diminuir a temperatura [...]* (AFSM, J. de O. S. 26 anos, masc.).

f. Infinitivo

(28) [...] *só lhe **dizer** que você é muito bonita.* (AFSM, S. T. 45 anos, fem.).

(29) *Lhe **pedir** a amizade.* (AFSM, F. B. de S. 65 anos, masc.).

g. Gerúndio

(30) [...] *eu estou lhe **olhando**.* (AFSM, S. P. 69 anos, fem.).

(31) [...] *tem alguém te **olhando**.* (AFSM, O. B. dos R. N. 65 anos, masc.).

5.4 Os grupos de fatores extralinguísticos

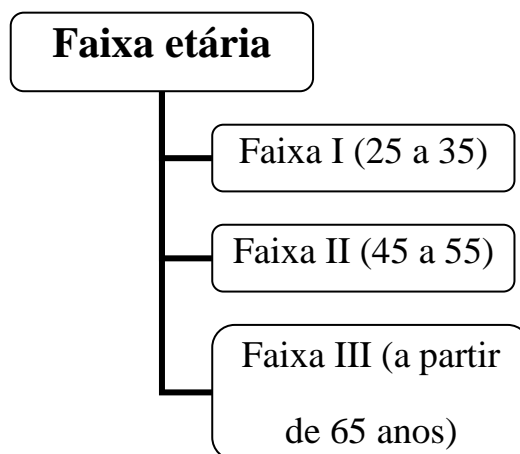
5.4.1.1 Faixa etária

A *faixa etária* é vista na Teoria Sociolinguística como uma variável de extrema importância e imprescindível para análise dos dados. Comumente, os estudos dessa natureza

refletem sobre o fato de que os mais jovens tendem a usar as formas consideradas *inovadoras*, enquanto os mais velhos preferem as formas mais *conservadoras*. Contudo, esse não é um quadro uniforme representativo de todas as comunidades linguísticas, visto que cada uma possui questões peculiares, marcadas por questões culturais e sócio-históricas diferentes (ARAÚJO, 2014). A fim de atestarmos a influência na amostra, o fator em questão foi repartido em três grupos distintos, a saber: *Faixa I (25 a 35 anos)*, *Faixa II (45 a 55 anos)* e *Faixa III (a partir de 65 anos)*³⁰. Com base na *faixa etária* podemos refletir melhor sobre a realidade linguística, traçando, através de projeções exógenas, questões que podem justificar a variação-mudança na comunidade observada.

Partiu-se da hipótese de que os informantes mais *jovens*, da *norma popular*, por possuírem um perfil “mais urbano” exibam os maiores índices das formas objetivas que se refiram ao interlocutor, segundo a *norma padrão*. Sobre o uso do fenômeno em questão, há hipótese que os mais velhos, pertencentes à mesma norma, utilizem, preferencialmente, as formas não-padrão, conforme apontaram os resultados de Almeida (2014, p. 221). Abaixo, a demonstração do esquema utilizado para controlar a variável em questão.

Figura 07: Esquema de controle da variável *faixa etária*



Fonte: Elaborado pela autora.

5.4.1.2 Sexo

Geralmente as pesquisas dessa natureza apontam para as mulheres como mais conservadoras das formas pertencentes à norma padronizada, em detrimento às formas recém-

³⁰ O mesmo esquema de composição foi utilizado nas duas etapas do trabalho, tanto para a coleta de fala espontânea, como de fala dirigida.

prestigiadas socialmente (LABOV, 1972 [2008], p. 272). Sobre esse ponto, Almeida (2014, p. 213) fala sobre os resultados de sua pesquisa sobre a ocorrência do fenômeno na comunidade de Santo Antônio de Jesus, na qual se evidenciou a preferência dos homens pela forma de objeto acusativo, *lhe* (não-padrão), ao passo que as mulheres são mais sensíveis à variante com o traço [+intimidade/solidariedade] nessa comunidade. Sobre os princípios aqui exposto, comenta-se:

Como já enfatizado, a Sociolinguística descreve dois princípios básicos para a atuação da variável sexo sobre os fenômenos em variação: a) os homens usam mais frequentemente as formas “não-padrão” quando há na comunidade uma variação estável; e b) as mulheres mostram-se mais inovadoras, usando formas “não-padrão”, quando se está diante de uma mudança em curso (ALMEIDA, 2014, p.213).

Em súpula, sobre a variável em questão, parte-se da hipótese de que as mulheres fazem uso das formas mais conservadoras para representação do objeto acusativo e dativo na comunidade feirense em contrapartida, os homens tendem ao uso das formas menos conservadoras para a representação das formas objetivas quando se referem ao interlocutor.

5.4.1.3 Escolaridade

Comumente a escola atua como um fator importante no que diz respeito à mudança linguística. Porém, tal atuação ocorre com caráter excludente das formas não prestigiadas pela gramática padrão, ensinada nas salas de aula. O ambiente escolar comumente desempenha a função de substituir as formas que estão em desacordo com o padrão gramatical pelas formas socialmente prestigiadas.

Sobre o tema da Variação, nos últimos anos, alguns pesquisadores (BAGNO, 2011; LUCCHESI, 2009 dentre outros), têm dedicado atenção para as questões relacionadas ao preconceito linguístico, visto que o ensino do português tende a ser associado ao ensino de gramática tradicional, priorizando as normas urbanas de prestígio, deixando de lado as discussões sobre a realidade da língua portuguesa usada no Brasil.

Essas questões justificam as considerações sobre a variação linguística e leva a reflexão sobre a noção das *normas* linguísticas existentes no Brasil. O que se questiona, diante do supracitado, é a noção de que se deve considerar, apenas, o ensino da *norma padrão*, não levando em consideração as demais *normas* faladas no PB. A ideia perpetuada sobre o

conceito de ‘certo’ e ‘errado’ é um reflexo histórico que deve ser reavaliado no sentido produzido em sala de aula quando se ensina português.

É importante citar que a crítica levantada aqui não diz respeito a uma substituição de *normas*, posto que seja pertinente apreensão da *norma padrão*, adquirida através das aulas de língua portuguesa lecionadas em sala de aula. Contudo, aos alunos deve-se oportunizar uma reflexão sobre as demais *normas* não prestigiadas pelo ensino de gramática normativa, mas que são comumente usadas pelos falantes da língua. Isso seria um ensino de língua portuguesa que considera a língua em sua totalidade de sentidos e usos.

Os materiais didáticos estão trazendo, atualmente, uma ou duas sessões em seus manuais que tratam da variação linguística. É muito importante comentar que isso mostra a preocupação com aspectos relacionados à língua que estão sendo alvo de estudos e discussões. O caso da variação linguística deve ser considerado pelos profissionais de ensino da língua, como também considerado nos diversos manuais utilizados em suas aulas. Porém, nota-se que ainda há outra questão que deve ser colocada como alvo de discussão: a utilização de gêneros textuais, específicos para a provocação da sátira, alvo de “graça”, provando o riso/humor, como as tirinhas, associadas à noção de variação linguística, ainda empregada com o pensamento de ‘certo’ e ‘errado’.

É importante salientar que o ensino da *norma padrão* da língua nas escolas deve ser mantido, visto que se vai à escola para adquirir uma variedade que sistematiza a língua que falamos em um dado padrão. Contudo, é importante, também, que o tratamento da variação linguística não seja meramente uma citação explanada em manuais de ensino de língua, mas que sejam expostas as diferentes formas de se dizer a mesma coisa na língua, refletindo com os alunos que não se trata de ‘certo’ ou ‘errado’, mas o “leque” de representação da nossa rica Língua.

5.4.1.3.1 Norma culta

Ainda sobre o critério de composição da amostra, no que diz respeito às categorias dos informantes, as nomenclaturas *popular* e *culto* partem da noção defendida por Mattos e Silva (2004) sobre a realidade sócio-histórica de formação do PB, discutida, anteriormente, no capítulo dois deste trabalho. Em consonância com essa proposta, acredita-se que a realidade linguística de formação do PB é plural e bipolarizada, na qual divergem vertentes *populares* e *cultas*. Tal representação bipolarizada parte do panorama histórico de formação do Brasil, no período colonial, em meados do século XVI até o início do século XIX.

Neste contexto, o que se conhece por *vertente culta* diz respeito à elite colonial, centrada em um pequeno centro urbano, com forte influência cultural e linguística da Metrópole portuguesa. Até o período de 1822, anterior à independência do Brasil, as influências do “bom falar” eram baseadas nas formas padrões do PE, visto que até àquele momento, os professores de língua portuguesa eram, comumente, trazido de Portugal (CUNHA, 1970).

5.4.1.3.2 Norma popular

Sobre a segunda vertente, o português falado pelas camadas populares sofria transformações linguísticas de influências externas, advindas de questões sociais, históricas e culturais, como o cantato maciço com outras línguas africanas e indígenas. Esse cenário, segundo alguns autores, propiciou uma aquisição de língua diferente daquela trazida pela elite portuguesa (LUCHESE, *et al.* 2009).

Partindo das discussões que abarcam o panorama sociolinguístico brasileiro, consideramos neste trabalho como *popular* a fala dos informantes com escolaridade incompleta, tendo cursado as séries iniciais do ensino fundamental. Já os informantes pertencentes à categoria *culto* dizem respeito àqueles que completaram o ensino superior. Tal composição foi considerada na coleta dos dados como critério formal para comparação entre as duas vertentes, visando a ampliar o conhecimento sobre a formação sociolinguística do Estado da Bahia, cenário no qual a comunidade linguística está inserida.³¹

5.4.1.3.3 Migrantes

A variante apresentada neste tópico não é considerada de natureza obrigatória nos estudos sociolinguísticos. Contudo, consideramos pertinente o controle da variante na amostra de Feira de Santana devido ao cenário sócio-histórico no qual se formou a comunidade. No **capítulo 3** desta dissertação, traçamos um panorama geral da gênese de Feira de Santana, sendo essa marcada desde o princípio por grande fluxo migratório, devido às questões relacionadas à indústria e ampliação do seu comércio. Partimos do princípio de investigar se houve alguma influência da migração sobre o uso do fenômeno estudado. A hipótese parte da

³¹ Sobre essa proposta, o *Projeto Vertentes*, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolve pesquisas desde 2002. Ver: <http://www.vertentes.ufba.br/>.

noção adotada por Bloomfield (1933, p. 327-328) sobre as influências dos dialetos em contato:

Todo falante está constantemente adaptando seus hábitos de fala aos de seu interlocutor; ele abre mão de formas que tem usado, adota novas e, talvez mais frequentemente que tudo, muda a frequência das formas faladas sem abandonar inteiramente as velhas ou aceitar qualquer uma que seja realmente nova para ele.

O material de fala coletado pelos informantes *migrantes* foi constituído por dados de fala espontânea, de *norma popular*, sendo tal variante controlada, observando o devido esquema:

- a) Feirenses (nativos da comunidade) / norma popular;
- b) Migrantes (nativos de regiões diferentes)³² / norma popular.

Consideramos conexo controlar a variante relacionando-a à *norma popular* por reconhecer nessa maior uso do vernáculo, sendo propício o emprego das formas inovadoras da língua. Deste modo, acredita-se que os migrantes acabam adquirindo traços linguísticos típicos da região que ingressam.

5.5 SUPORTE PARA O PROCESSAMENTO DOS DADOS: O *GOLDVARB X*

A partir da transcrição ortográfica das entrevistas, foi realizado o mapeamento dos contextos previstos dos trechos de fala nos quais ocorrem alternância na representação dos clíticos em objetos diretos e indiretos. Os dados encontrados nos contextos foram codificados e rodados no *Goldvarb X*,³³ programa computacional utilizado para análise sociolinguística quantitativa. O mapeamento desses contextos realizados buscou base nas predições da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), a fim de determinar suas características tanto linguísticas quanto pragmático-discursivas e socioculturais do uso dessa variante no município baiano de Feira de Santana.

³² Sobre a localidade de origem dos migrantes, observar a **seção 5.1.1, Quadro 06**: Informações gerais dos informantes *migrantes* / *popular* (fala espontânea)

³³ Cf. SANKOPF; TRAGLIAMONTE; SMITH, 2005.

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 RESULTADOS GERAIS DAS VARIANTES

Neste capítulo, examinaremos os dados extraídos do programa *GoldVarb X*, considerando as hipóteses preliminares possíveis para os grupos dos fatores selecionados na amostra. Pretendeu-se, portanto, discutir os resultados, com base nas previsões da Teoria Variacionista, os embasando em estudos sobre o sistema pronominal do PB, sobretudo, a representação dos pronomes-objetos. A discussão sobre o grupo de fatores condicionantes em cada um dos dois esquemas expostos (Cf. 5.2) será traçada doravante. Antes, apresentaremos a descrição geral dos dados da amostra.

Como já fora discutido em estudos anteriores (ALMEIDA, 2009, 2014; SILVA; ALMEIDA, 2012, 2013) dentre outros, o uso variável entre os clíticos *te* e *lhe* para representação do objeto direto e indireto é comumente encontrado no português falado no Brasil, sendo o uso considerável na região Nordeste do país. Para a primeira rodada dos dados da pesquisa em questão, foram considerados os grupos de fatores citados anteriormente na seção 5.3.

A amostra composta por 60 entrevistas resultou em 616³⁴ ocorrências das formas utilizadas pelos informantes ao se referirem ao interlocutor. O pouco número de ocorrências justifica-se pela natureza linguística do fenômeno em questão, visto que as formas para referenciar o interlocutor dependem de participação interativa na comunicação, diferente de alguns fenômenos de natureza fonético-fonológica e os morfossintáticos. Na sua amostra sobre a capital baiana, Almeida (2009) chegou ao total de 682 ocorrências para a representação do objeto acusativo, justificando-se, assim, que os poucos dados alcançados na amostra de Feira de Santana (FSA) não marcam uma peculiaridade da variante linguística em estudo apenas na comunidade.

Os resultados gerais da primeira rodada dos dados no *GoldVarb X* mostraram que 66,7% (411/ 616) são das estratégias utilizadas pelos informantes para representarem o objeto acusativo (OD). Já as estratégias de representação do objeto dativo (OI) para referenciar a segunda pessoa do singular apresentaram 33,3% (205/616), sendo menores as ocorrências dativas na amostra.

³⁴ Resultado da soma das duas etapas, sendo a primeira das entrevistas/ fala espontânea; a segunda das entrevistas/ fala monitorada; **Fundamentos metodológicos** (Cf. capítulo 5).

Para melhor ilustração das ocorrências, a **tabela 02**, a seguir, expõe a distribuição das estratégias de representação do objeto em função das variantes encontradas na comunidade.

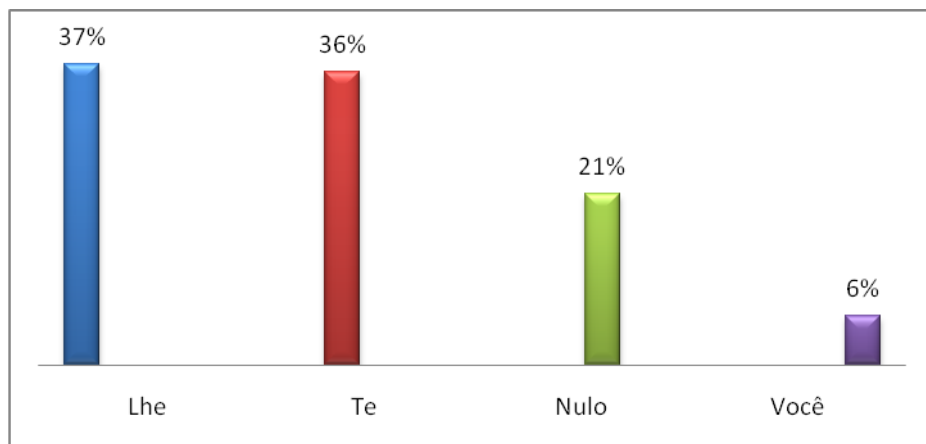
Tabela 02: Distribuição das formas objetivas de referência ao interlocutor em Feira de Santana

| ACUSATIVO | | | | | DATIVO | | | |
|--------------|------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| A/O | TE | LHE | VOCÊ | NULO | TE | LHE | PARAVOCÊ | NULO |
| 8/411 | 123/411 | 177/411 | 26/411 | 77/411 | 91/205 | 92/205 | 20/205 | 2/205 |
| 1,3% | 20% | 28,7% | 4,2% | 12,5% | 14,9% | 15,8% | 3,2% | 0,3% |
| | | 411/616 | | | | | 205/616 | |
| TOTAL | | 66,7% | | | | | 33,3% | |

Fonte: Elaborado pela autora.

A **tabela 02** expõe a frequência com o resultado bruto das variantes utilizadas na amostra desta pesquisa, trazendo as formas acusativas 66,7% (411/616) como mais usadas pelos informantes observados. Dos clíticos analisados, o oblíquo *lhe* aparece com 28,7% (177/411), destacando-se como forma preferencial das estratégias usadas pelos indivíduos da comunidade feirense. Esse resultado se assemelha aos dados analisados por Almeida (2009) na fala da capital baiana, como ilustra o gráfico que segue.

Gráfico 01: Distribuição das formas de expressão do objeto direto em referência ao interlocutor em Salvador



Fonte: Almeida (2009).

Em semelhança com a fala soteropolitana, o clítico *lhe* atua como variante preferencial para representação do OD também na fala feirense, sendo sua frequência na capital baiana bastante equilibrada entre o clítico *te* 37% e o *lhe* e 36% (ALMEIDA, 2009, p. 131).

Em explicações anteriores, mencionamos na metodologia³⁵ como conduzimos a coleta dos dados da amostra, composta por duas etapas. Inicialmente, utilizamos dados de fala espontânea, com base em entrevistas nas quais os informantes valeram-se da tipologia narrativa, não havendo participação do interlocutor, neste caso, o documentador. Esse contexto de coleta de dados não propiciou um levantamento satisfatório para analisarmos o fenômeno. Mesmo sendo poucas ocorrências, vale dizer que a segunda etapa do trabalho, com a utilização do inquérito dirigido aos informantes agregou um número significativo, somados aos dados da primeira etapa.

Tabela 03: Distribuição das ocorrências do objeto acusativo e dativo nas duas amostras.

| | FALA ESPONTÂNEA | | FALA DIRIGIDA | | TOTAL |
|------------------|-----------------|------------|---------------|-------------|---------|
| | Apl. Total | % | Apl. Total | % | |
| Acusativo | 66/165 | 40 | 345/451 | 76,5 | 411/616 |
| Dativo | 99/165 | 60 | 106/451 | 23,5 | 205/616 |
| TOTAL | 165/165 | 100 | 451/451 | 100 | 616/616 |

Fonte: Elaborado pela autora.

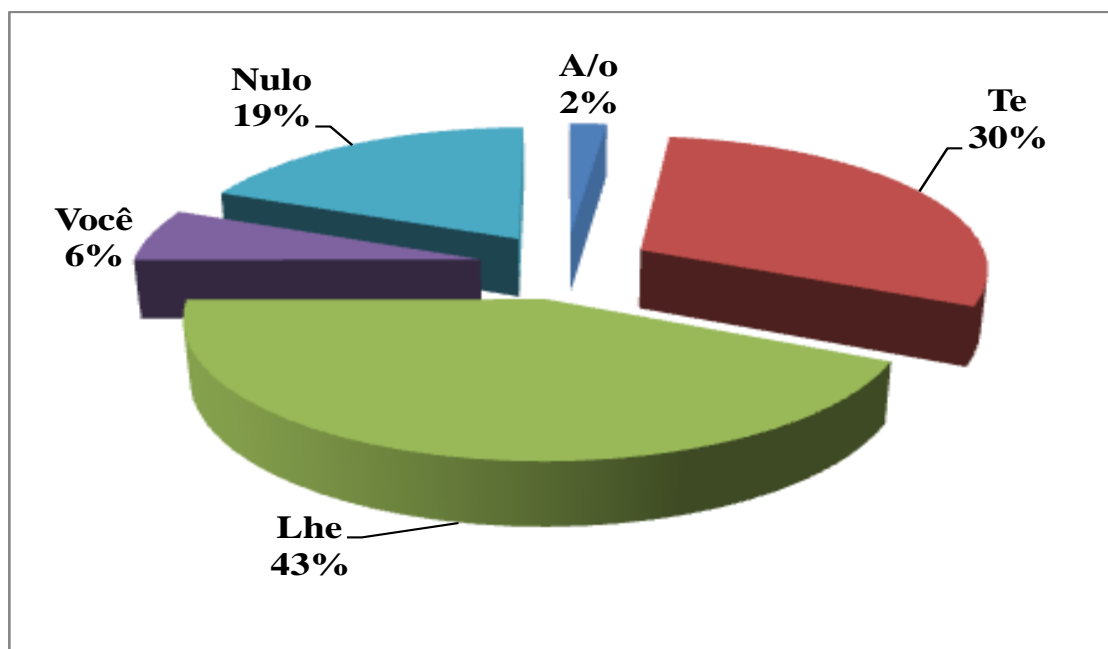
Não houve nenhuma intenção nesta pesquisa de aprofundar a análise sob o prisma dessa variável, contudo, é importante mencionar que para maior levantamento de dados como os clíticos acusativos de referência ao interlocutor é necessária a interação no momento das entrevistas. Os *corpora* utilizados na primeira etapa desta pesquisa não foram coletados para fins exclusivos desse fenômeno, o que, no decorrer da pesquisa resultou em dados insuficientes para o desenvolvimento da análise. A segunda etapa coletada foi levantada com o fim específico para a investigação do fenômeno linguístico estudado, resultando em dados mais proveitosos. A seguir, abordamos os resultados brutos da primeira rodada dos dados.

³⁵ Ver **capítulo 5** desta dissertação.

6.1.1 As estratégias para representar o *objeto acusativo* de segunda pessoa em Feira de Santana

Das 616 ocorrências gerais, 411 foram estratégias representativas do objeto direto. A frequência corresponde a 66,7% da amostra, como fora exposto na **tabela 02**. A seguir, detalhamos em um gráfico específico a distribuição das formas de objeto direto em função das cinco variantes linguísticas encontradas na comunidade, dando, conseqüentemente alguns exemplos das ocorrências das mesmas encontradas no *corpus*.

Gráfico 02: Distribuição geral da representação do objeto direto em função das variantes linguísticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Por essa representação geral dos dados representativos do (OD), depreende-se que em Feira de Santana há uma predileção do clítico '*lhe*', como representação do objeto acusativo, com 43% (177/411). Em seguida, tem-se como estratégia de representação do objeto acusativo, o pronome '*te*', com 30% de (123/411). A frequência de uso da forma de objeto *nulo* resultou em 19% (77/411), maior do que a estratégia com o pronome tônico *você*, representado no gráfico com 6% (26/411) ainda maior do que a representação das formas canônicas *o/a*, com 2% (8/411).

Em estudos apreendidos sobre o uso variável do clítico *'lhe'* como acusativo na fala feirense (SILVA; ALMEIDA, 2012, 2013), em oposição com o pronome *'te'*, o oblíquo *'lhe'* colocou-se, também, como preferencial. O mesmo ocorreu nos trabalhos sobre a fala de Salvador e do município baiano de Santo Antônio de Jesus, desenvolvidos por Almeida (2009, 2014). Mesmo sendo a amostra bastante concisa, é possível notar a presença do oblíquo *'lhe'*, com expressão do objeto direto no português falado na região Nordeste do Brasil, opondo-se ao uso prescrito pela GT. Além disso, nota-se baixa frequência ou desuso de utilização da forma padronizada pela GT, o clítico *a/o*, como representação acusativa do objeto. Sobre as variantes consideradas no **gráfico 02**, exemplificamos algumas das ocorrências na amostra:

a) A/o

(35) **Doc:** *Ontem eu andei por essas redondezas, você me viu?*

Inf: *Não a vi.* (AFSM, V. B. de A. fem, 45 anos).

(36) **Doc:** *Onde me conheceu?*

Inf: *Eu a conheci casa da minha irmã, T. onde E. está hospedada.* (AFSM, S. P. 68 anos, fem.).

b) Te

(37) *Pró, a gente, nós, nós te amamos.* (AFS, R. S. A, 49 anos, fem.).

(38) [...] *s'eu tivesse tempo disponível, eu te levaria [...]* (AFS, J. C. P de S., 56 anos, masc.).

c) Lhe

(39) *Eu posso lhe abraçar.* (AFSM, T. A. R. 25 anos, fem.).

(40) *Não, eu queria lhe parabenizar porque você passou em segundo lugar, num sei o quê.* (AFS, P.L.O, 26 anos, fem.).

d) Você

(41) [...] *infelizmente existem as indústrias culturais aí que fazem você cur...tomar de guela a baixo [...]* (AFS, C.A.A.L, 25 anos, masc.)

(42) [...] *pensando no coletivo vai ajudar você.* (AFS, R. S. A. , 49 anos, fem.).

e) Objeto nulo

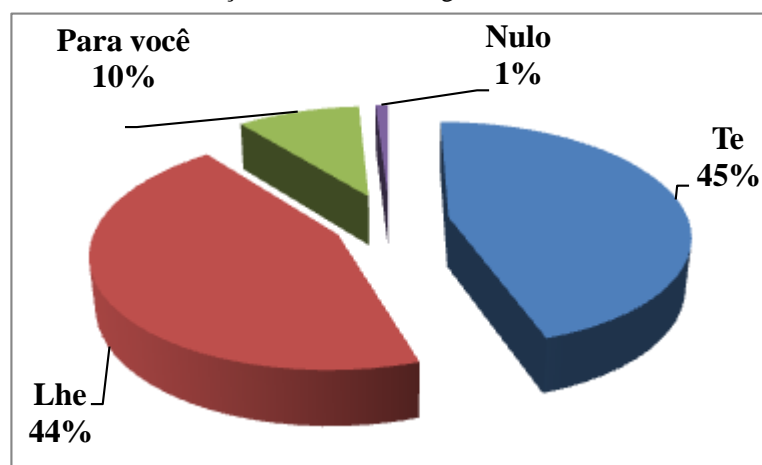
(43) *Eu te empresto Ø.* (AFSM, R. A. V. 33 anos, masc.).

(44) *Não, não vi Ø.* (AFSM, M. S. C. 48 anos, masc.).

6.1.2 As estratégias para representar o *objeto dativo* de segunda pessoa em Feira de Santana

Como formas de expressão do objeto indireto foram consideradas, na fala da comunidade linguística em análise, as variantes: *te*, *lhe*, *para você* e *objeto nulo*. A distribuição dessas está representada no seguinte gráfico:

Gráfico 03: Distribuição geral da representação do objeto indireto em função das variantes linguísticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Vale salientar que, no que diz respeito à reestruturação do sistema pronominal, o uso de *você* é considerado como uma das formas de tratamento, marcado pelo traço [-formal], se comparado com outras estratégias de tratamento, como *senhor/senhora* [+formal] (ALMEIDA, 2009, p. 150). Além disso, sobre a função sintática, pode desempenhar o papel de sujeito e objeto direto (Cf. Quadro 2, seção 4.3). No entanto, aparece precedido da preposição *para*, como estratégia de representação do complemento indireto. Pode-se comentar, com base no **gráfico 03**, que há um uso equilibrado entre os clíticos *te* 45% (92/205) e *lhe* 44% (91/205) em FSA como estratégia de representação do dativo de segunda pessoa. Os dados para o objeto nulo 1% (2/205) é a menor frequência da amostra, sendo insatisfatório para compararmos com dados dos demais clíticos. A forma preposicionada *para*

você 10% (20/205) segue em direção decrescente, sendo uma das formas menos preferencial. Sobre essa estratégia de representação do dativo, Almeida (2014, p. 183) expõe que na fala de Santo Antônio de Jesus houve insuficiência de dados que pudessem ser confrontados entre os clíticos e o SP dativo, sendo o pronome *você*, como OD mais produtivo que o SP dativo:

O pronome tônico *você* (*s*) também é pouco expressivo como OD, mas amplia sua frequência quando constitui o SP, sobretudo em Curitiba [dados utilizados da região Sul³⁶]. **Em nossa análise, a ocorrência do pronome pleno tanto na forma de OD – *você* e o senhor/ a senhora – como sob a forma de SP na expressão do OI – *para/ a você* e *para/a o senhor/ a senhora* – representa uma estratégia pouco produtiva, com os menores índices na representação do OI (ALMEIDA, 2014, p. 189 [grifos meus]).**

Nesse mesmo contexto, os dados de Feira de Santana apresentaram semelhança aos resultados da amostra de Santo Antônio de Jesus (SAJ), também interior da Bahia, visto que a forma preposicionada de representação dativa teve pouca frequência na amostra, não sendo possível uma análise mais aprofundada sobre essa variante dativa diante da insuficiência dos dados, apenas 18 dados. As ocorrências encontradas na amostra são representadas abaixo:

- (45) [...] *qu' é que eu posso fazer para você?* [...] (AFS, W. 33 anos, masc.)
- (46) [...] *eu falei pra você* [...] (AFS, W. 33 anos, masc.)
- (47) [...] *que pesa pra você* [...] (AFS, T. 30 anos, fem.)
- (49) *Eu tenho a dizer para você* [...] (AFS, S. 69 anos, masc.)
- (50) *Sempre tem uma seleção pra você* [...] (AFS, J. 72 anos, masc.)
- (51) [...] *porque fica caro pra você* [...] (AFS, J. 72 anos, masc.)
- (52) *Vou contar para você* [...] (AFS, J. C. P de S. , 56 anos, masc.)
- (53) *Tá vendo o desenho que eu fizesse pra você?* (AFS, J. C. P de S, 56 anos, masc.)
- (54) *E eu vou falar pra você.* (AFS, R. da R. E., 47 anos, masc.)
- (55) [...] *fazer para você mesmo?* (AFS, O. S. R. 55 anos, fem.)
- (56) [...] *fazer cuscuz pra dá pra você.* (AFS, O. S. R. 55 anos, fem.)
- (57) *Daria um presente para você.* (AFSM, F. B. de O. 65 anos, masc.).
- (58) *Deixo pra você, né?* (AFSM, M. A. 32 anos, masc.).
- (59) *Eu posso emprestar para você.* (AFSM, E. P. 69 anos, fem.).
- (60) [...] *eu vou fazer pra você* [...] (AFS, L. C do C. 31 anos, fem.)
- (61) [...] *que ele perguntava pra você* [...] (AFS, I. 72 anos, masc.)
- (62) *Se eu dizer pra você, já estudei* [...] (AFS, F. A do C. , 50 anos, masc.)
- (63) [...] *eu dizer pra você que eu não conheço* [...] (AFS, F. A do C., 50 anos, masc.)

Dos 18 dados observados, não houve nenhum registro da forma canônica da preposição *a*, como preposição introdutória ao SP. As poucas estratégias preposicionadas foram todas com registros, apenas, da preposição *para*. Embora sendo poucos, os dados da amostra nos permitem elucidar que tal resultado contrapõe-se às observações realizadas em

³⁶ (Cf. Dalto, 2002, p. 95).

estudos anteriores sobre as formas dativas de referência à terceira pessoa, nos quais os resultados indicaram um progresso significativo das proposições *para* e *a* na representação do SP, sendo eliminadas em dialetos mais populares (CAVALCANTE, 2009; SCHER, 1996). Desse modo, observa-se que a preferência da preposição *para* na configuração do SP é mais frequente no PB quando se refere à terceira pessoa, não sendo abundante seu emprego no tratamento ao interlocutor. A representação do objeto indireto em função das variantes está exemplificada em algumas ocorrências da amostra, expostas em seguida:

a) Te

(64) *Então eu vou te dar um cafezinho [...]* (AFS, C. A. 26 anos, masc.).

(65) *[...] como eu te disse, eu morava aqui, na esquina do beco do Mocó [...]* (AFS, M do S. P. C, 62 anos, fem.).

b) Lhe

(66) *Ah, ele foi ali buscar o dinheiro pá lhe pagar.* (AFS, L. C. do C; 31 anos, fem)

(67) *[...] eu vou lhe dizer: mataram um rapaz.* (AFS, B, 80 anos, masc.).

c) Para você

(68) *Se eu dizer para você, já estudei mas larguei.* (AFS, F. A do C., 50 anos, masc.)

(69) *Às vezes, eu falei pra você que minha mãe ela finge que não ver [...]* (AFS, W. 33 anos, masc.)

d) Objeto Nulo³⁷

(70) *[...] eu vou dar um doce Ø [...]* (AFS, L. C do C. 31 anos, fem.)

(71) *[...] que ele escrevia a nota Ø [...]* (AFS, I. 72 anos, masc.)

O panorama geral apresentado até o momento diz respeito à primeira rodada dos dados no programa *GoldVarb X*, apresentando a frequência com base nas ocorrências das formas objetivas distintas para referenciar a segunda pessoa do singular. Diante do exposto, nota-se que as estratégias mais frequentes para representar o objeto acusativo e dativo são os clíticos

³⁷ Os dois exemplos foram os únicos encontrados na amostra FSA.

te e *lhe*. Assim, consideramos significativa uma avaliação específica sobre esses dois clíticos para representação das duas categorias de objeto. Apresentado o cenário geral das variantes, voltamos o estudo para os dois esquemas analíticos apreendidos na metodologia deste trabalho (Cf. 5.2). As seções seguintes são análises dos dados relacionados à segunda rodada no programa.

6.1.3 A relação do contexto social de *migração* com a fala feirense

Inicialmente, pensamos em avaliar o fenômeno linguístico em estudo com os dados coletados na amostra entre *feirenses* e *migrantes* (Cf. 5.1.1), sendo considerados na amostragem:

- a) Feirenses (nativos da comunidade) / norma popular;
- b) Migrantes (nativos de regiões diferentes)/ norma popular.

Contudo, na rodada geral dos dados, o programa *GoldVarb X* não selecionou esse dado como relevante na amostra, o que não conferiu hipótese de haver alguma influência de *contato dialetal* sobre o fenômeno linguístico observado na comunidade. Isso se justifica pela natureza do fenômeno linguístico estudado, visto que alguns fenômenos são mais sensíveis a situação de contato do que outros, de natureza diferente. É comumente aplicado a outros fenômenos na natureza morfosintática, por exemplo, como a concordância nominal e verbal, já atestada em estudos anteriores (LUCCHESI, *et al.*, 2009; ARAÚJO, 2014).

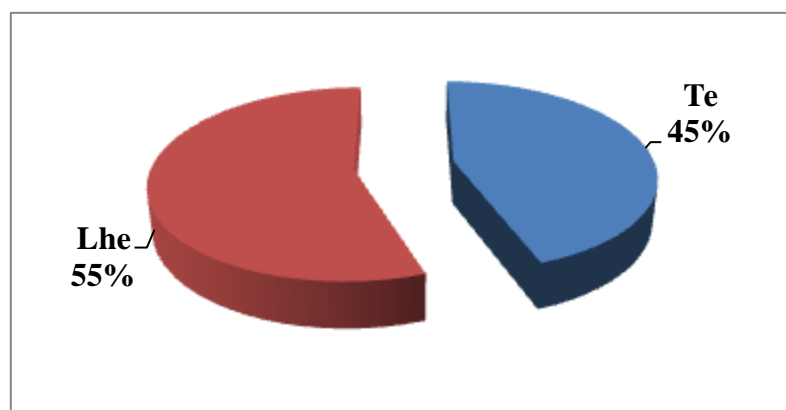
6.2 A ALTERNÂNCIA ENTRE *TE* E *LHE* PARA A REPRESENTAÇÃO DO *OBJETO* DE *REFERÊNCIA AO INTERLOCUTOR*

A distribuição apresentada nos **gráficos 02 e 03** das formas de representação do objeto direto e indireto de segunda pessoa mostra que os clíticos *te* e *lhe* são frequentemente mais usados pelos falantes feirenses. Partindo do apresentado nessa primeira rodada bruta de dados, optamos por observar, mais especificamente, ambos os clíticos. Na primeira rodada geral dos dados no programa, sendo a binária *acusativo/dativo*, todas as formas de expressão de ambos

os objetos foram lançadas para o cômputo geral. Ocorreram *knockout*³⁸ para as variantes de representação das formas do objeto, impossibilitando a retirada dos pesos relativos individualmente. Assim, para segunda rodada dos dados foram retiradas as variantes *a/o*, *você*, *objeto nulo* e *para você*, deixando apenas os clíticos *te* e *lhe*, pois julgamos pertinente nos determos na observação desses clíticos mais frequentes, seguindo na proposta dos dois esquemas analíticos comentados na seção 5.2.

A investigação desses clíticos buscou analisar, nesta segunda rodada dos dados, os condicionamentos do uso, independentemente das suas funções sintáticas de OD e OI, visto que possuem caráter eminentemente sócio-discursivo, sendo ambos representativos da segunda pessoa do singular, na amostra aqui utilizada. A seguir, um gráfico representativo dessa distribuição, após a segunda rodada dos dados.

Gráfico 04: Distribuição das formas de expressão do objeto, *te* e *lhe*, em referência ao interlocutor, em Feira de Santana



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição apresentada no **gráfico 04** confere resultados para o uso preferencial do oblíquo *lhe*, como objeto para referenciar a segunda pessoa, com 55% (268/483) dos dados. Esse resultado assemelha-se aos resultados encontrados em estudos anteriores, desenvolvidos na mesma comunidade (SILVA; ALMEIDA, 2012, 2013), como, também, aos resultados a que chegou Almeida (2009), em análise da fala de Salvador.

Na tentativa de delimitar a variante linguística em análise, considera-se a hipótese de que o emprego do clítico *lhe* em posição de objeto ocorre, frequentemente, em um discurso mais dirigido de fala. Os informantes evitaram o preenchimento do objeto por um pronome mais inovador, como *você* e, ainda, a não preferência pelas formas canonizadas, *o/a*,

³⁸ No programa *GoldVarb X* são apresentados *knockouts* “é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.”(GUY E ZILLES, 2007, p. 158).

prescritas pela tradição gramatical, marcadas por ausência de naturalidade, já em desuso no português brasileiro.

Sobre essa questão, Almeida (2011, p. 2402) retoma um exemplo pertinente da coluna do *Dr. Sócrates*, da revista *Carta Capital*, citada por Possenti (2002):

Já não era tão jovem, sua força de vontade estaria à prova por longos e cansativos meses. A delicada cirurgia exigiria mãos habilidosas para voltar a exercer, em plenas condições, o ofício que tanto *lhe* apaixonava.

Porém, mesmo diante do exposto, a amostra de FSA destaca um equilíbrio no emprego de ambos os clíticos, pois a diferença entre os dois usos é de, apenas, 10%. Assim, para demonstração desta segunda rodada dos dados, tomamos o primeiro esquema analítico, as variáveis *te* e *lhe*, condicionadas aos cinco grupos de fatores estabelecidos como possíveis condicionantes da variação em estudo (Cf. 5.5). Como não houve nenhum *knockout*, não eliminamos nenhum grupo. Assim, chegada à rodada válida dessa segunda etapa, dos cinco grupos considerados condicionantes para os clíticos *te* e *lhe*, o *GoldVarb X* selecionou relevantes dois grupos, sendo:

- i) *Faixa etária* dos informantes;
- ii) *Escolaridade*.

Vale salientar que ambos são de natureza extralinguística, conferindo a influência dos fatores sociais para explicação do fenômeno linguístico estudado. Com base nisto, explana-se nas seções que seguem a apresentação dos resultados e a análise feita mediante o número de ocorrências, seguida da frequência e dos pesos relativos correspondentes.

6.2.1 Condicionamentos sociais para o uso variável entre os clíticos *te* e *lhe*

6.2.1.1 A *faixa etária* dos informantes

Conforme mencionada previamente, desse primeiro esquema analítico (Cf. 5.4) o primeiro grupo condicionante selecionado foi *faixa etária*, sendo esse fator distribuído em três idades distintas: 25 a 35 anos (*faixa I*), 45 a 55 anos (*faixa II*) e partir de 65 anos (*faixa III*). A distribuição dos resultados obtidos está exposta na **tabela 04**.

Tabela 04: Atuação da variável *faixa etária* no uso dos clíticos *te* e *lhe* como representantes do objeto na forma de segunda pessoa

| | Te | | | Lhe | | |
|----------------|------------|--------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| | Apl./Total | % | P.R | Apl./Total | % | P.R |
| Faixa 3 | (47/138) | 34,1% | 0.39 | (91/138) | 65,9% | 0.60 |
| Faixa 2 | (90/173) | 52,0% | 0.57 | (83/173) | 48,0% | 0.41 |
| Faixa 1 | (78/172) | 45,3% | 0.51 | (94/172) | 54,7% | 0.50 |
| TOTAL | (215/483) | 44,5% | – | (268/483) | 55,5% | – |

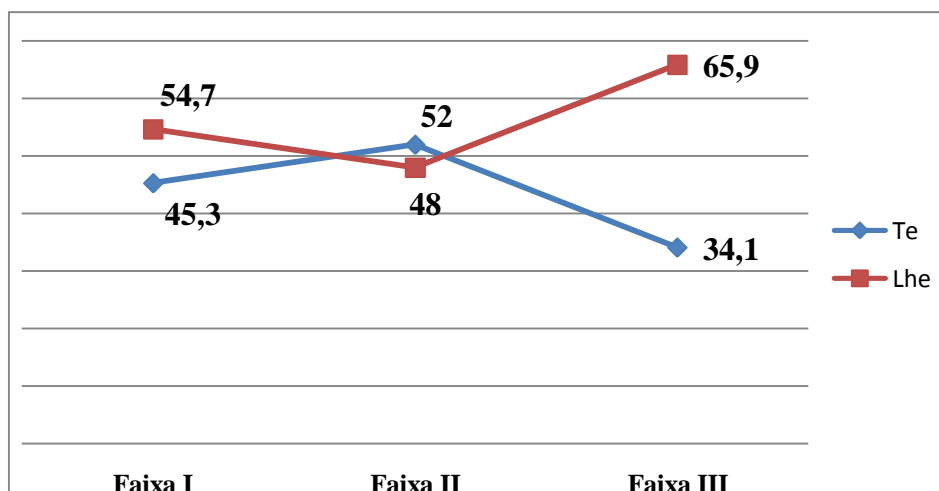
Significância: 0.008

Fonte: Elaborada pela autora.

Pelos resultados expostos na **tabela 4**, nota-se a preferência pelo uso do clítico *lhe* como forma de referenciar o interlocutor, com 268/483 número de ocorrências e frequência de 55,5%. Desse dado estatístico, os falantes que mais retêm o emprego do *lhe* são os com idade acima de 65 anos (*faixa III*), com frequência 65,9% (91/138), cujo peso relativo é de 0.60. A hipótese inicial era que os indivíduos mais velhos usariam em maior proporção o clítico *lhe* para referenciar o interlocutor. Os resultados aqui apresentados comprovam a hipótese da fala dos mais velhos na comunidade é um dado que se assemelha a outras pesquisas de mesmo valor investigativo, sobre algumas variedades do PB, como por exemplo, Salvador e Santo Antônio de Jesus (ALMEIDA, 2009, 2014). A *faixa II* apresenta um equilíbrio no uso de ambas as formas, com frequência entre 52% (90/173) para a forma *te* e 48% (83/173) para o clítico *lhe*. Porém, comparando o uso do *lhe* entre a *faixa II* e os mais jovens, nota-se que os mais jovens preferencialmente fazem o uso desse clítico. Os pesos relativos 0.50 e 0.51 conferidos para os clíticos *lhe* e *te*, respectivamente, embasam a análise para a *faixa I* como um uso neutralizado de ambas as formas.

No gráfico a seguir, podem-se visualizar melhor os resultados:

Gráfico 05: Distribuição (%) por *faixa etária* dos clíticos *te* e *lhe* na representação das formas objetivas para referenciar o interlocutor.



Fonte: Dados coletados pela autora.

Embora seja possível a correlação entre os paradigmas de segunda e terceira pessoa para as formas *te* e *lhe* para o PB em geral, o falante feirense opta por preencher o objeto de referência ao interlocutor com o clítico *lhe*. Isso confirma a hipótese do estudo, sendo a variação entre os clíticos para referenciar o interlocutor também presente na fala de Feira de Santana. Os estudos do fenômeno em Salvador mostraram maior uso, também, dessa forma de preenchimento do objeto pelos mais velhos, outro dado confirmado igualmente na amostra deste estudo, visto que os feirenses com idade acima de 65 anos fazem maior uso do clítico.

A hipótese possível para analisarmos o resultado parte da noção de tratamento antecedente dada ao clítico em questão. Segundo Almeida (2014, p. 199) esse clítico possui traço de [+ formal] em oposição ao clítico *te* [-formal] “[...] o falante [...] revela maior probabilidade de optar por preencher a posição do objeto com o *lhe* quando o tratamento antecedente for representado por *senhor/senhora* [+formal] e *você*, dado o traço [+formalidade/cortesia]”. Neste caso, em comparação com a *faixa II*, a influência ao menor uso do clítico diz respeito à tendência à informalidade na sociedade contemporânea, sendo isso reflexo de uma “cultura global que quer ser sempre mais jovem” (MENDES, 1998, p. 138). Os mais jovens, tendem ao uso de ambas as formas, em um paradoxo de *lhe* [+formal] entre *te* [-formal], estabelecendo uma neutralidade no uso das formas.

O gráfico reproduz um padrão decrescente de uso do clítico *lhe*, com proporção decrescente quando menor for a *faixa etária*. Isso sugere que a comunidade de Feira de Santana possui uma tendência que caminha para um uso estável das duas formas clíticas para

representação do objeto referenciado ao interlocutor. Ainda com esses resultados, achamos pertinente observarmos a relação entre as variantes sociais: *sexo do informante* e *faixa etária*, a fim de traçar um paralelo nos resultados, bem como os pesos relativos correspondentes.

6.2.1.2 *Escolaridade* dos informantes

O segundo grupo considerado relevante na amostra foi *escolaridade* dos informantes. A terminologia usada aqui foram previamente discutidas no capítulo cinco desta dissertação, sendo exposta a noção conferida ao termo *popular* e *culto*, partindo de estudos anteriores sobre a formação polarizada do PB, na qual divergem as duas vertentes (LUCCHESI, 1994; MATTOS E SILVA, 2004). Consideramos neste estudo popular os informantes com pouca escolaridade, no caso da amostra coletada os falantes tinham o ensino fundamental incompleto, sendo a escolaridade máxima até o 7º ano (antiga sexta série). Os falantes cultos são os feirenses com nível superior completo, preferencialmente sem formação acadêmica na área de Letras.³⁹ Os dados resultantes desse grupo na amostra estão apresentados na **tabela 04**, com as devidas ocorrências e os pesos relativos correspondente.

Tabela 05: Atuação da variável *escolaridade* no uso dos clíticos *te* e *lhe* como representantes do objeto na forma de segunda pessoa

| | Te | | | Lhe | | |
|----------------|------------|--------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| | Apl./Total | % | P.R | Apl./Total | % | P.R |
| Popular | (100/252) | 39,7% | 0.44 | (152/252) | 60,3% | 0.54 |
| Culto | (115/231) | 49,8% | 0.55 | (116/231) | 50,2% | 0.44 |
| TOTAL | (215/483) | 44,5% | – | (268/483) | 55,5% | – |

Significância: 0.008

Fonte: Elaborada pela autora.

Comumente a escola tem atuado como uma tônica indispensável para os estudos de cunho variacionista, pois a incidência da escolaridade condiciona o uso de formas mais

³⁹ Devido à dificuldade em gravar dados com feirenses de ensino superior completo em algumas faixas etárias, a amostra contém três informantes da área de Letras.

conservadoras, prescritas pela gramática tradicional, ensino priorizado em sala de aula. Segundo a G.T, o clítico *lhe* deve referenciar a terceira pessoa do discurso, no entanto, os dados da pesquisa mostram que os falantes feirenses que possuem um nível maior de escolaridade, os *cultos*, fazem uso variável do clítico *lhe* para referenciar a segunda pessoa, opondo-se ao que dita a tradição.

Os resultados para o uso variável do *lhe* entre os falantes de nível superior é de 50,2% (116/231), porém, o peso relativo é de 0.44, sendo ainda maior o peso relativo quanto ao uso do *te*, com frequência de 49,8% (115/231), equilibrados para esse fator. A hipótese para o uso equilibrado entre as variantes deve-se ao fato de ser o *lhe* um pronome-objeto de avaliação não negativa pelos falantes, possuindo marca de inovação menos perceptível. Os falantes com menor escolaridade, da vertente *popular*, apreenderam as maiores frequências para o uso do clítico *lhe*, com 60,3% (152/252) e *te*, com 39,7% (100/252), cujos pesos relativos são de 0.54 e 0.44, respectivamente; próximos ao ponto neutro, com leve favorecimento ao uso do *lhe*.

Cientes de que tal grupo de fatores pode revelar o *status* da variação, consideramos pertinente avaliar os números apresentados por esse grupo de fatores em cruzamento com o grupo de fatores *faixa etária*. A tabela que segue confronta os resultados dessa intersecção.

Tabela 06: Resultado dos clíticos *te* e *lhe* após o cruzamento entre os grupos de fatores *faixa etária* e *escolaridade*

| Escolaridade | TE | | | LHE | |
|--------------|--------------|------------|------------------|------------|-----------|
| | Faixa etária | Apl./Total | % | Apl./Total | % |
| POPULAR | I | (39/100) | 56 | (31/115) | 44 |
| | II | (50/100) | 48 | (54/152) | 52 |
| | III | (11/100) | 14 | (67/152) | 86 |
| CULTO | I | (39/115) | 38 | (63/152) | 62 |
| | II | (40/115) | 58 | (29/152) | 42 |
| | III | (36/115) | 60 | (24/116) | 40 |
| TOTAL | | | (446/616) | | |

Significância: 0.008

Fonte: Elaborado pela autora.

A frequência de uso do clítico *lhe* como objeto de referência ao interlocutor é mais recorrente em falantes acima de 65 anos (*faixa III*), com pouca escolaridade, 86% (67/152). Contudo, se observarmos os dados da frequência do clítico *te*, para a vertente popular, o resultado mostra uma mudança em direção a forma canônica, usada pelos mais jovens. Seria, assim, um uso decrescente do *lhe* nesse grupo, especialmente. Tal resultado, mesmo que significativo, não confere, nesta amostragem, uma hipótese categórica de que o clítico *lhe*, mesmo sendo alternado com o clítico *te*, forma canônica para se referir ao interlocutor, possibilite ou não à variação, uma possível mudança linguística na comunidade, pois os dados aqui são apresentados em percentuais (%), sendo valores brutos. Sobre esse resultado para amostras em *tempo aparente*, Tarallo (1997, p. 65-66) explica:

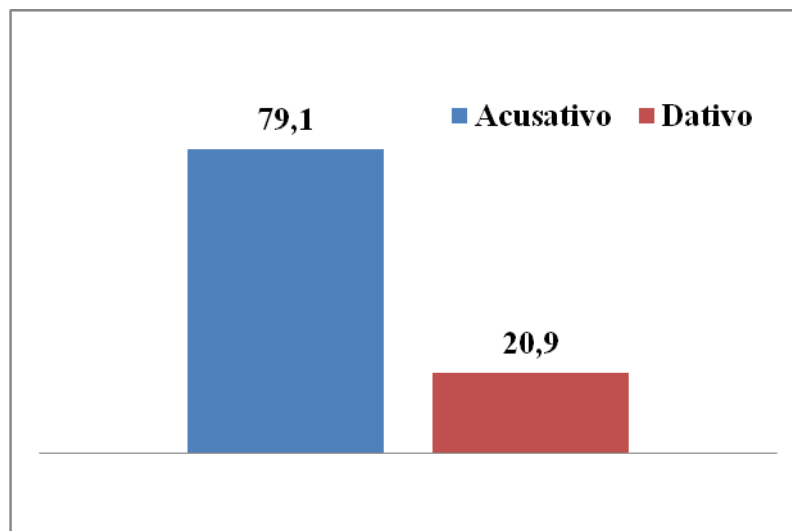
Se você observar os índices apresentados para as outras variáveis, notará que não há menor possibilidade de mudança em progresso: trata-se simplesmente de casos de variáveis estáveis, em relação de contemporização [...] Se, por outro lado, o uso da variante mais inovadora for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, você terá presenciado um situação de mudança em progresso [...].

No caso da amostra de FSA, se aplica aos resultados, visto que os índices de maior uso da variante mais inovadora, *lhe*, é mais frequente pelos mais velhos. Os mais jovens fazem um uso balanceado entre as duas formas referenciadas na **tabela 06**. Assim sendo, seguimos a apresentação dos dados resultantes da terceira rodada dos dados, considerando o segundo esquema analítico proposto na seção 5.2.

6.3 A ALTERNÂNCIA DE *LHE* COMO *OD* E *OI* DE REFERÊNCIA À SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR

Para análise do segundo esquema proposto neste estudo, foi realizada uma terceira rodada dos dados, considerando apenas as variáveis: *acusativo* e *dativo* na representação de *lhe* no tratamento à segunda pessoa. Dos 616 dados gerais, foram coletados pelo programa 220 dados para o clítico na forma de objeto acusativo e dativo. Após a rodada, devido *knockout*, foram mesclados o tempo verbal *Pretérito imperfeito* ao *pretérito perfeito*, com apenas duas ocorrências; e a forma nominal de *gerúndio* ao *presente do indicativo*, visto que possuem a mesma semântica verbal. O **gráfico 07** detalha melhor os números resultantes.

Gráfico 07: Distribuição do clítico *lhe* nas formas de *OD* e *OI* na fala de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pela autora.

O clítico *lhe* é preferencialmente usado pelos falantes da comunidade como forma de objeto direto, opondo-se ao que dita a G.T. Mesmo sendo poucos os dados da amostragem, a diferença demonstrada pelos dados estatísticos representados pelo gráfico acima, vale considerar o fato de que das 220 ocorrências para representação do objeto, o falante feirense faz uso de mais da metade dos dados, sendo 174/220, correspondendo a 79,1% dos números coletados. A **tabela 07** representa melhor os resultados para ambas as formas sintáticas, com os pesos relativos dados pelo *GoldVarb X*

Tabela 07: Distribuição do *lhe* nas formas *acusativo* e *dativo* na fala de Feira de Santana

| | Apl./Total | % | P.R |
|------------------|-------------------|--------------|-------------|
| Acusativo | (174/220) | 79,1% | 0.58 |
| Dativo | (46/220) | 20,9% | 0.46 |
| TOTAL | (220/220) | 100% | — |

Significância: 0,000

Fonte: Elaborado pela autora.

A rodada válida selecionou como grupo de fator o *tempo de modo verbais*. Explanamos um pouco sobre o grupo de fatores em questão, considerando a frequência e os pesos relativos.

6.3.1 Condicionamento linguístico para o uso variável de *lhe* como objeto direto e indireto na fala de Feira de Santana

6.3.1.1 *Tempo e modo verbais*

O grupo de fatores selecionado para atuação do clítico *lhe* como OD e OI foi de natureza linguística. Se compararmos esse resultado com os apontados pelo primeiro esquema analítico, verificaremos que o tempo de modo dos verbos não foi um fator considerado condicionante para o uso do clítico em questão quando a função analisada era de natureza sócio-discursiva (segunda pessoa do singular). Quando considerada a função sintática do *lhe* em OD e OI, o *tempo de modo verbal* é visto como relevante para a aplicação da regra variável. Esse dado confere à análise um olhar mais focado nas questões internas da língua, sendo o tempo verbal uma categoria necessariamente pertinente para a escolha do clítico que preenche a função sintática de objeto.

A **tabela 08** expõe claramente a preferência de *lhe* como objeto acusativo quando o verbo está no tempo do pretérito perfeito, cujo peso é de 0.65. Em seguida, o presente do indicativo, com 0.64.

Tabela 08: Atuação da variável *tempo e modo verbais* no uso de *lhe* como acusativo e dativo na fala de Feira de Santana

| | Acusativo | | | Dativo | | |
|-------------------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | Apl./Total | % | P.R | Apl./Total | % | P.R |
| P. do indicativo | (66/174) | 66,0 | 0.64 | (8/46) | 8,0 | 0.35 |
| Futuro simples | (17/174) | 53,1 | 0.19 | (15/46) | 46,9 | 0.80 |
| Pret. Perfeito | (52/174) | 89,7 | 0.65 | (6/46) | 10,3 | 0.34 |
| Infinitivo | (37/174) | 74,0 | 0.38 | (13/46) | 26,0 | 0.61 |
| F. perifrástico | (21/174) | 33,3 | 0.09 | (4/46) | 66,7 | 0.90 |
| TOTAL | (174/174) | 79,1 | – | (46/46) | 20,9 | – |

Significância: 0,000

Fonte: Elaborada pela autora.

A escolha desta variável partiu do interesse em se investigar a atuação dos *tempos e modos verbais* sobre a escolha dos falantes na comunidade pelas formas de preenchimento do objeto de segunda pessoa. A princípio, pensamos em observar o comportamento da variável em dois modos verbais: subjuntivo e indicativo. Porém, já na transcrição das entrevistas,

notamos que não houve nenhuma ocorrência das formas verbais no modo subjuntivo. Não sendo esse um dado existe na amostragem, partimos para os tempos do modo indicativo, apenas.

Dos tempos selecionados nesta última rodada dos dados, o *presente do indicativo*, *pretérito perfeito* e o *futuro perifrástico* são os *tempos verbais* mais significativos como fator condicionante ao uso da regra variável. O clítico em sua forma de *objeto acusativo* aparece em maior proporção de vezes nos contextos cujo tempo do verbo é o *pretérito perfeito*, com peso relativo de 0.65, seguido do *presente do indicativo*, com peso relativo de 0.64. A alternância para a forma canônica do clítico *lhe* em sua função sintática de dativo é determinada pela presença do *futuro perifrástico*, uso inovador nas variedades do PB bastante marcado na fala, conforme comenta Oliveira (2006, p. 195):

[...] considerando o tempo real de longa duração, a hipótese de uma inversão parcial (futuro simples para a escrita e futuro perifrástico com ir + infinitivo para a fala) se mantém sincronicamente, embora os estudos de tendência para a fala e para a escrita apontem para uma mudança em progresso (futuro simples > futuro perifrástico), mais controlada na escrita e mais avançada na fala [...]

Vale salientar, ainda sobre o emprego de *lhe* como objeto direto, a hipótese de que a preferência dos falantes em Feira de Santana pelos tempos verbais mencionados está relacionada com os contextos comunicativos criados no momento da coleta dos dados. As entrevistas espontâneas, por exemplo, trouxeram situações ambientadas nas festas passadas, na história da comunidade, além dos relatos pessoais narrados pelos mesmos. Isso propiciou a fala dos informantes em tipologia mais narrativa, com relatos passados, em situações já concluídas, o que favoreceu o uso do tempo *pretérito perfeito do indicativo*. Já os contextos gravados na segunda etapa do trabalho, em entrevistas mais dirigidas, num inquérito cujos informantes tinham que responder a situações hipotéticas, deveriam criar respostas que não tinham acontecido realmente, sendo vivenciadas naquele momento, valendo-se, na maioria dos casos, do *tempo presente*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscamos compor um conjunto que melhor representasse a variação no uso das *formas estratégicas de representar os objetos --dativo e acusativo --*, respectivamente, objeto indireto e objeto direto, *de tratamento ao interlocutor*, na fala de *Feira de Santana*. Como fora mencionado na discussão deste trabalho, a motivação para o estudo surgiu desde os trabalhos de I.C, desenvolvidos no período da graduação em Letras, sobre o emprego do clítico *lhe* em posição de *objeto acusativo* na dada comunidade. Já nesse período, notamos que existiam em Feira de Santana outras estratégias, além do clítico *lhe*, para representação do OD e OI, de referência à segunda pessoa. Partindo dessa observação, seguimos no projeto de mestrado na investigação desse fenômeno, na mesma comunidade linguística, ampliando a análise dos dados. As conclusões conseguidas no trajeto dessa análise são agora sintetizadas.

O trabalho aqui escrito encontra-se dividido em duas partes: 1ª Parte: *Fundamentos teóricos: contribuições para as discussões sobre a formação do português brasileiro*; 2ª Parte: *Fundamentos metodológicos para análise dos dados*. A primeira parte é composta pelos **quatro primeiros capítulos**, abordando questões sobre os fundamentos que norteiam a *Teoria* utilizada na pesquisa, o contexto de *Formação do PB*, a *Sócio-história da comunidade linguística analisada – Feira de Santana --*, e o *Fenômeno* em estudo. Em seguida, traçamos, na segunda parte, composta pelos **dois últimos capítulos**, expomos o *Material* e a *Metodologia* utilizados para a coleta da amostra, o cômputo dos dados, os *Resultados* e *Análise* dos mesmos.

Nesta parte final do trabalho trazemos as nossas *Considerações* sobre os resultados da amostra coletada, a fim de agregar dados que auxiliem na construção de um perfil sociolinguístico que melhor represente a comunidade estudada, bem como comunidades da região Nordeste do país. Assim, iniciamos as conclusões deste trabalho ratificando a existência da variação do fenômeno linguístico investigado em Feira de Santana, confirmando a hipótese que fundamentou a pesquisa. A análise estatística demonstrou que ocorre alternância nas formas *te*, *lhe*, *you* e *objeto nulo*, para representação do objeto direto; e das formas *te*, *lhe*, *para você*, sendo o *objeto nulo*⁴⁰ dativo encontrado em menor proporção nos dados da amostra de FSA.

⁴⁰ Das 616 ocorrências, foram encontradas apenas duas ocorrências de objeto nulo, insuficiente para análise desse dado nesta amostragem.

A amostra utilizada foi composta por 60 entrevistas, cujo resultado correspondeu a 616 casos, sendo 411 para representação das formas de objeto acusativo e 205 para as estratégias dativas. Isso, em percentual, corresponde a 66,7% de estratégias com OD, em oposição a 33,3% de uso do objeto dativo. Como pensávamos, as formas de OD são frequentemente mais usadas pelos feirenses para referenciar o interlocutor. Das expressões *acusativas*, os dados estatísticos mostraram um uso preferencial pelas formas clíticas *te* e *lhe*, com 28,7% (177/411) e 20,0% (123/411), respectivamente. Ciente de que ambas as formas apresentam pouca diferença, o exposto aqui visa a demonstrar que as formas mais usadas permanecem em uso estável, não sendo uma variação em possível progresso, conforme explicaremos a seguir, com dados mais específicos e pesos relativos correspondentes.

Ainda sobre as formas de expressão do *acusativo*, apontamos, apenas com a finalidade de ilustrar as possíveis estratégias usadas pelo falante na comunidade, 4,2% (26/411) para o pronome tônico *você*, seguido de 12,5% (77/144) de *objeto nulo* e, finalmente, 8% (8/144) para as formas canônicas *a/o*, confirmando o desuso dessa forma padronizada pela GT, para referenciar a segunda pessoa.

Sobre o objeto *dativo*, os clíticos que mais se destacaram forma *te* e *lhe*, sendo o *lhe* mais usado, com 15,8% (92/205), seguido do *te*, com 14,9% (91/205), diferença de apenas um dado. A frequência para as outras duas formas foi ainda menor, sendo a forma preposicionada *para você* 3,2% (20/205), seguida de 0,8% (2/205), para o *objeto nulo*. Além disso, a hipótese de haver alguma interferência do contexto de *migração* ao uso do fenômeno na comunidade não foi confirmada, visto que o programa não selecionou esse grupo de fatores como pertinente ao estudo.

Desse modo, partimos para os pesos relativos. Contudo, devido a *knockout*, retiramos as estratégias menos frequentes e realizamos uma segunda rodada dos dados sob o esquema analítico montado conforme os objetivos da pesquisa, a saber: i) *A alternância entre te e lhe para a representação do objeto de referência ao interlocutor*; ii) *A alternância de lhe como OD e OI de referência a segunda pessoa do singular* (Cf. 5.4.1).

Os dados resultantes do primeiro esquema analítico selecionaram os grupos de fatores *faixa etária* e *escolaridade* dos informantes como fatores extralinguísticos condicionantes ao uso da regra variável. Sobre a faixa etária, os informantes acima de 65 anos (*faixa III*) fazem maior uso do clítico *lhe* para referenciar o *interlocutor*, com frequência de 65,9% (91/138), peso relativo favorável, em 0.60. A hipótese ao uso do clítico pelos mais velhos se aplica quando conferimos ao clítico *lhe* o traço de [+formal], propício ao perfil social dos indivíduos dessa *faixa etária*. Os mais jovens neutralizam o uso entre ambos os clíticos, tendo o *lhe*

54,7% (94/172) peso relativo de 0.50 e *te* (78/172) 45,3%, com peso relativo de 0.51. Há, nessa *faixa etária*, um uso estável entre ambas as formas para referenciar a segunda pessoa. Contudo, observando o cruzamento entre a faixa etária e escolaridade, constatou-se a frequência de 56% (39/100), na vertente popular, para a utilização da forma canônica *te*, pelos mais jovens. Como se tratou de resultados conferidos à frequência, não se pode aferir, categoricamente, sobre uma possível variação estável ou em progresso, pois os resultados não foram, neste trabalho, aprofundados.

Ao segundo grupo, *escolaridade* dos informantes, confirma a hipótese de que os falantes com menor escolaridade (*popular*) fazem maior uso do clítico não padrão, com 60,0% (152/252), peso relativo de 0.54. A escola é uma tônica importante nesse grupo de fatores, visto que o instrução das formas padronizadas pela gramática normativa confere ao ensino superior, uso mais expressivo das formas canônicas (BAGNO, 2011). Contudo, o uso da forma inovadora ocorre, também, na fala dos mais escolarizados, visto que o peso de 0.44 aos falantes cultos da amostra confere um número próximo à zona de neutralização. Além disso, quando feito cruzamentos entre *escolaridade + faixa etária*, houve maior frequência de uso da forma canônica *te*, pelos mais jovens, com 56% (39/100), apontando uso decrescente do clítico *lhe*.

Considerando que, das duas formas de referência ao interlocutor, a maior frequência foi do clítico *lhe* como expressão do objeto direto e indireto, conduzimos a análise do segundo esquema, observando os resultados conferidos a essa variável. Os dados resultaram em 79,1% (174/220) para o uso inovador de *lhe* como acusativo e 20,9% (46/220) para o clítico em sua forma padrão. O programa selecionou como grupo de fatores importante *tempo e modo verbais*, sendo o *pretérito perfeito* e o *presente do indicativo* os tempos verbais mais condicionantes ao uso do clítico como *acusativo*, com peso relativo de 0.65 e 0.64, respectivamente.

A hipótese que justifica esse uso mais preferencial se deve ao contexto no qual as entrevistas foram apreendidas: primeira etapa (fala espontânea), uso da tipologia narrativa, cujos informantes narravam seus relatos pessoas, histórias e festas da cidade, comumente situações já ocorridas. Na segunda etapa das gravações, os informantes responderam ao inquérito, com perguntas nas quais constavam situações hipotéticas, ocorridas naquele momento da entrevista. Para o dativo, o peso relativo de 0.90 foi conferido às ocorrências com o futuro perifrástico, com frequência de 66,7% (4/46).

Retomando os questionamentos levantados no início da discussão (Cf. 4.6), a saber:

- i) o português falado no município de Feira de Santana é representado em dois pólos distintos, dos quais divergem normas *cultas* e *populares*. Tal divergência é perceptível no português falado na comunidade linguística em questão para representação dos clíticos *te* e *lhe* como formas de referência ao interlocutor?
- ii) O contexto de migração, atuante no município até os dias atuais, interfere na fala feirense no que respeita à variação dos pronomes oblíquos, mais especificamente o clítico *lhe*, para a representação do *objeto direto*?

Em súmula, sobre o primeiro ponto mencionado, conferimos o fato de que a *escolaridade* dos indivíduos é um fator extralinguístico relevante ao condicionamento do uso inovador de *lhe* como *objeto acusativo* de segunda pessoa, sendo os menos escolarizados os falantes mais assíduos no emprego dessa variante linguística. Contudo, é fato que não há disparidade bem definida entre os dois pólos, a saber, culto e popular, no que diz respeito ao fenômeno em questão, visto que a diferença entre os pesos relativos se aproximou da zona de neutralização. A justificativa se dá ao fato de esse fenômeno, especificamente o emprego do *lhe* na forma de objeto direto para referenciar o interlocutor não possuir uma marca de estigma na comunidade, não sendo avaliada negativamente pelos falantes, sendo comum o uso, também, pelos mais escolarizados.

O segundo item, o contexto de *migração*, a hipótese inicial baseou-se na sócio-história de Feira de Santana, tendo em vista o fluxo migratório desde sua gênese até os dias atuais, a fim de avaliar a possível influência de contato dialetal sobre o fenômeno. Contudo, nesta amostra, especificamente, esse dado não foi considerado pertinente. Acredita-se que tal fenômeno linguístico é pouco sensível ao contato linguístico, o que impossibilitou a averiguação mais aprofundada sobre o assunto, sendo reservado a investigações futuras, quem sabe!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1920 [1976].
- ALMEIDA, G. de S. Prescrição gramatical e uso: o caso do pronome *lhe* no português brasileiro. **Anais do XV congresso Nacional de linguística e Filologia**, vol. XV, Nº 5, t. 3. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2011, p. 2398-2408. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_3/204.pdf. Acesso em: 19. jul. 2015, às 01: 21.
- ALMEIDA, G. de S. **Quem te viu quem *lhe* vê: a expressão do objeto acusativo de referência a segunda pessoa na fala de Salvador**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Salvador: UFBA / Instituto de Letras, mimeo, 2009.
- _____. **Uso variável dos pronomes-objeto na expressão do dativo e acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus-BA**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Programa em Pós-Graduação em Língua e Cultura, Salvador: 2014
- ALMEIDA, N. L. F. de. **Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia**. 2005. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ARAUJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. 2014, p. 26-37.
- BAXTER, A. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa, 1995, p. 79-90.
- BAGNO, M. **O preconceito linguístico**. Ed. 54. São Paulo: Loyola, 2011.
- BUESCU, M. L. C. **A obra pedagógica de João de Barros: edição crítica da cartinha, Gramática, Ortografia, Diálogo em louvor da nossa linguagem, diálogo da viciosa vergonha**. Lisboa: Faculdade de Letras, 1540 [1971].
- BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 5. Ed. Campinas: Pontes, 1971 [2005], p. 277- 283.
- BICKERTON, D. Creole languages and the bioprogram, In: **Newmeyer, F.J., Linguistics: The Cambridge survey**, v. II; Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 268-284.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para cidade: estudo linguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editora, 2011.
- BLOOMFIELD, L. **Language**. University of Chicago Press. 1933.

BRIGHT, W. Resenha de 'Enciclopédia Bororo — Volume I: Vocabulários e Etnografia', **International Journal of American Linguistics**, 1996, p. 81-82.

CARDOSO, S. A. M. da S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CAMARA, J. M. JR. **Estrutura da língua portuguesa**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CAVALCANTE, R. Complementos dativos sem preposição no dialeto mineiro. **ReVEL**, v. 7, n. 12, 2009. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_12_complementos_dativos_sem_preposicao_no_dialeto_mineiro.pdf Acesso em: 15/01/2016.

COSERIU, E. **Teoria del language y lingüística general: cinco estúdios**. Madri: Biblioteca Românica Hispánica/ Editorial Gredos, 1973.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 17 ed. Lisboa: Sá da Costa, 2008.

CUNHA, C. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

DUARTE, E. L. **O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012.

ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. *et al.* **Diversidade do português do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1984. p. 21-32.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. In: **Ensaio de Linguística**, n. 13, 1987. p.31-50.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. cap. XII, p. 387-406.

GONZALES E BASTOS, M. I. **Migração para Brasília: uma análise dos migrantes de baixa renda**. Série Sociologia, vol. 07. Brasília: Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 1975.

GUY, G. R. **On the nature and origins of popular brazilian portuguese**. **Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989, p. 226-244.

GUY, G; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumentos de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOLM, J. **Pidgin and Creole**. 2 vols, Cambridge: Cambridge University Press, 1998-1999.

HOUAISS, A. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

KROCH, A (2001). **Mudança sintática**. Tradução de Silvia Regina Cavalcante.

KROCH, A. **Mudança sintática**. University of Pennsylvania, 2003. Disponível em: file:///C:/Users/Janicleide/Downloads/mudanca-sintatica.pdf. Acesso em: 21 jan. 2016.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno; Ma. Marta Pereira Scherre; Caroline Cardoso. São Paulo, Parábola, 1972 [2008].

LOBO, T. **Para uma sociolingüística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX**. Universidade de São Paulo/ FFLCH. Tese (Doutorado em Linguística), 2001.

LUCAS, E. M. **Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso inovador do clítico lhe no português do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

LUCCHESI; MELLO, A alternância dativo. In: LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I.; BAXTER, A. **O português afro-brasileiro**. Salvador: Editora da UFBA, 2009, p. 427-456.

LUCCHESI, D. (Org.) A sistematicidade da mudança: do estruturalismo à sociolinguística. In: **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editora, 2004, p. 165-179.

LUCCHESI, D. **Tendências de mudança no português do Brasil rumo ao “ponto impróprio”**. 1999.

LUCCHESI, D. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: SYBILLE, G., ZIMMERMANN, K. (Eds.). **Substandard” e mudança no português do Brasil**. Frankfurt: TFM, 1998, p. 73-100.

LUCCHESI, D. **A variação na Concordância de Gênero em uma Comunidade de Fala Afro-brasileira**: Novos elementos sobre a Formação do Português Popular do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C. (Org.) **Português brasileiro, contato linguístico, heterogeneidade e história**, Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003. p. 272-282.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I.; BAXTER, A. (Org.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. v. 13. São Paulo: Nacional: EDUSP, 1969 [1997].

MARQUILHAS, M. R. B. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII**. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. **Para a história do português brasileiro: novos estudos**. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP, v. 2, 2002, p. 443-464.

_____. De fontes sócio-históricas para a sócio-histórialinguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para a história do português brasileiro. Volume II: Primeiros estudos**. Tomo 2. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 275-301.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editora, 2004.

_____. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba T. de. **Para a história do português brasileiro. Volume I: Primeiras idéias**. São Paulo: Humanitas, 1998, p. 21-52.

_____. **Ouvir o inaudível**. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP. FAPESP, 2008, v. II, tomo II, p.257-302.

_____. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARROQUIM, M. **A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934 [1996].

MIRA MATEUS, M. H. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, S.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 63-80.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística**. São Paulo, Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. O sistema pronominal na região nordeste. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL**. João Pessoa, 1997, p. 513-515.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. 3ª Ed. Vozes: São Paulo, 2000.

MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MENDES, E. A. de M. Você, o senhor ou o quê? **Linguagem e Ensino**. v. I, n. 1, p. 135-150, 1998.

NARO, A. J. **A Study on the Origins of Pidginization**. Language, LSA, v. 54, n. 2, 1978, p. 314-347.

NARO, A.; SCHERRE, M. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCENTES, A. **Lheísmo no português do Brasil**. Revista Letras; vol 11; 1960. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19904/13129>. Acesso em; 17. jul. 2015, às 21: 40.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2ª ed. Complemente refundida. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1922.

OLIVEIRA, M. de. **A perda da preposição a e a recategorização de *lhe***. Artigo publicado nos anais do GEL, 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maril008.pdf>. Acesso em: 19. jul. 2015, às 01: 15.

OLIVEIRA, M. de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/OliveiraJM.pdf>; Acesso em: 17. Jan. 2016, às 22:28.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2003, p. 46-62.

RAMOS, C. de M. A. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1999.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 45 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, A. **Línguas brasileiras**, São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Línguas indígenas**. 500 anos de descobertas e perdas. D. E. L. T. A., 9 (1): 1993, p. 82-104.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.

ROSSI, N.; FERREIRA, C.; ISENSEE, D.. **Atlas Prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTANA, N. P. de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, K.; SOUZA, H. F. C.; GOMES, L. (Orgs). **Novos tons de rosa**; para Rosa Virginia Mattos e Silva. 1 ed. v. 1Salvador: EDUFBA, 2009, p. 75-94.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1916 [1972].

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E.; Goldvarb X: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref; Acesso em: 27. dez. 2015.

SILVA NETO, S. da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950 [1986].

SILVA, S. C. B. de M. e. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SILVA, D. E. R.; ALMEIDA, N. L. F. de. **Lheísmo no português brasileiro**: examinando o português falado em Feira de Santana. In: XVI Seminário de Iniciação Científica da UEFS: sustentabilidade, economia verde e erradicação da pobreza, 2012, Feira de Santana. Anais e resumos [do] XVI Seminário de Iniciação Científica da UEFS. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

_____. **A alternância do pronome oblíquo lhe como objeto acusativo na fala popular e culta**: anotações sobre caso de Feira de Santana. In: III Encontro de Sociolinguística, 2013, Salvador-BA. Salvador, sob o olhar da Sociolinguística. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013. v. 1 v. p. 7-166.

SCHER, A. P. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil**: um estudo sintático comparativo. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1996.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. In: Roberts, Ian; Kato, Mary (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 35-68.

TORRES-MORAIS, M. A. C. R. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. T. de. *et al* (Orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Pontes, 2007, p. 61-83.

TORRES-MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, Roseane A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T. *et al* (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Vol. VI. Novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 73-105.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 1997.

TORRES, A.; ASSUNÇÃO, C.; **Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira**. Lisboa: Academia das Ciências, 1536 [2000].

VOGT, C. E FRY, P. **Cafundó**: a África no Brasil – Linguagem e sociedade, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 1968 [2006].

ANEXOS

ANEXO A- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Pelo presente termo de autorização para uso de entrevista,
_____,
_____, portador (a) de identidade RG _____ e
CPF _____, residente e domiciliado (a) à

Nº _____, na cidade de Feira de Santana, UF- BA, autoriza expressamente a utilização de sua entrevista no projeto de pesquisa intitulado *A variação na representação do objeto dativo e acusativo em Feira de Santana* e em outras publicações dele decorrentes.

Pela presente permissão de uso, conforme discriminado nas condições acima referidas, não será pago qualquer valor em moeda corrente ou produtos, dando plena e irrevogável quitação das obrigações assumidas pelo projeto de pesquisa.

A presente autorização de uso abrange, exclusivamente, a concessão de uso da entrevista para os fins aqui estabelecidos, e qualquer outra forma de utilização deverá ser previamente autorizada para tanto.

_____, de _____ de _____

Assinatura

ANEXO B – FICHA SOCIAL DO INFORMANTE**1. DADOS DO INQUÉRITO**

Inquérito nº _____ Duração: _____

Data de realização: _____ Local: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome completo: _____

Endereço: _____

Naturalidade: _____ Data de nascimento: _____

Profissão: _____ Outras atividades: _____

Estado civil: _____

Instrução:

- 2ª ao 7ª ano do ensino fundamental ()
- Ensino Superior ()

Esteve fora da cidade por mais de um ano? Sim () Não ()

Naturalidade do Pai: _____ Onde morou por mais tempo? _____

Naturalidade da Mãe: _____ Onde morou por mais tempo? _____

3. COMPORTEAMENTO SOCIAL

Costuma ouvir rádio? () Sim () Não

Quais emissoras? _____

Programa(s) preferido(s):

Noticiário policial () Música () Esporte () Novela () Telejornal ()

Vê televisão? () Sim () Não Quais canais? _____

Programa(s) preferido(s) _____

Tem hábito de ler jornal? () Diariamente () Não De vez em quando ()

Qual(is) jornal(is)? _____

Lê revistas? () Sim () Não Quais? _____

Pratica alguma religião? Sim () Não Qual? _____

Espontaneidade durante a entrevista? Total () Média () Pouca ()

Fonte: Adaptado de Almeida (2014).

ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA / FALA DIRIGIDA

Neste momento, vou fazer algumas perguntas e você pode me responder da forma que quiser, mas deve usar sempre a última palavra que eu disser.

- 1) Há quanto tempo você me **conhece**?
- 2) Onde me **conheceu**?
- 3) Ontem eu andei por essas redondezas. Você me **viu**?
- 4) Se eu falar bem baixinho, alguém aqui me **escuta**?
- 5) Você acha que tem alguém me **olhando**?
- 6) Se eu falasse chinês, você me **entenderia**?
- 7) Combinamos para sair e você vai passar em minha casa. A que horas você me **pega**?
- 8) Quem, nesse momento, pode me **abraçar**?
- 9) Seu aniversário está chegando e você vai fazer uma festa? Vai me **convidar**?
- 10) Se eu pedir socorro, acha que alguém pode me **socorrer**?
- 11) Havia alguém me seguindo. Você viu quem me **seguiu**?
- 12) Ontem recebi vários elogios. Por que você acha que me **elogiaram**?
- 13) Quem você acha que gosta de me **ter por perto**?
- 14) Ontem fiquei o dia todo presa em casa? O que me **prende**u?
- 15) Se eu precisar de uma caneta, você me **empresta**?
- 16) O livro que emprestei, você me **devolve**u?
- 17) Se hoje fosse meu aniversário e você quisesse me comprar um presente. O que me **daria**?
- 18) Estou com muita fome. Quem tem uma fruta para me **oferecer**?
- 19) Se quisesse me pedir algo, o que iria me **pedir**?
- 20) Tem algo que gostaria de me **perguntar**?